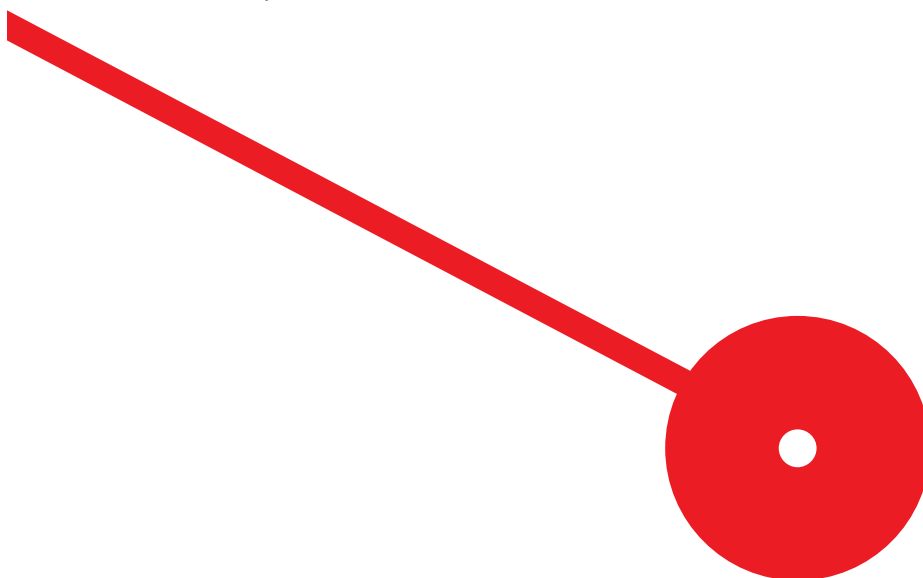




# Relatório de Estágio: Tradução e Interpretação na Empresa Word Perfect Translations

Inês Andrade de Freitas Mafra Ceia

10/2023





# Relatório de Estágio: Tradução e Interpretação na Empresa Word Perfect Translations

Inês Andrade de Freitas Mafra Ceia

**Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Tradução e Interpretação Especializadas, sob orientação de Sandra Patrícia Marques Ribeiro**

*To translate is to betray at the borders, it's to cheat, it's to trade one sentence for another. To translate is one of the only human activities in which one is required to lie about the details to convey the truth at large.*  
David Diop (2020, p. 138)

## Agradecimentos

Uma vez ouvi dizer que a nossa vida não é, nada mais nada menos, do que uma manta de retalhos, uma mistura colorida de influências e de memórias deixadas por outras pessoas. Este trabalho é fruto do esforço coletivo das pessoas que fizeram parte da minha manta de retalhos e a quem quero agradecer por terem marcado esta fase tão importante da minha vida.

Primeiramente, gostaria de agradecer à *Word Perfect Translations* pelo voto de confiança, pela experiência inestimável e oportunidade profissional internacional única. A todas as minhas colegas de Dublin, com quem bebi muitas Guinness e a quem dediquei muitos cantos de cartões de despedida.

À minha orientadora, a Professora Doutora Sandra Ribeiro, por todo o apoio, paciência e compreensão durante os últimos dois anos, por todos os esclarecimentos quando estava com tantas dúvidas que nem sabia por onde pegar no relatório. Sem a sua orientação, ainda estaria presa a escrever o primeiro capítulo. A todos os professores do ISCAP e da FLUP com quem tive o prazer de aprender sobre Tradução e Interpretação.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, particularmente à Mariana, à Inês, ao Leo, ao Denis, ao Gabriel, à Ana, ao Vítor e à Bia, por terem animado semanas de aulas à distância e por completado esta prova comigo, ainda que eu tenha chegado atrasada à meta final.

À Bruna, Bia, Jojo e Jana, ao grupo que não era para ser, unido por uma viagem espontânea. No final do ano, quando lá voltarmos, já vamos ser todas mestres. Seria previsível se dissesse que agradeço do fundo do coração terem estado sempre lá para mim nos bons e maus momentos, mas não seria mentira. Aos meus companheiros de cartolas arrebatadores do mundo azul e às minhas afilhadas, que confiaram tamanha responsabilidade a alguém que às vezes se esquece do próprio nome.

Não posso deixar de agradecer à minha família, particularmente ao meu tio Carlos e à minha tia Tita, e aos que se juntam à volta da mesa todos os Natais, quer sejam eles no Minho ou no Alentejo, e a quem vou finalmente poder responder à pergunta “Quando é que acabas o mestrado?” sem estar encabulada. À minha avó, que vai ficar tão contente por ter mais uma fotografia bonita da neta para emoldurar (a fotografia com este relatório na mão).

Aos meus pais, por me terem dado a oportunidade de seguir o meu percurso académico tal como ele se desenrolou e por, há vinte e quatro anos, terem a maior paciência do mundo quando me ouvem a fazer as perguntas mais disparatadas de sempre. À minha irmã, melhor amiga de todos os momentos e pessoa a quem conto tudo, mesmo as coisas que não posso contar.

## **Resumo:**

O presente relatório analisa o trabalho desenvolvido enquanto estagiária na empresa *Word Perfect Translations Ltd.* para a obtenção do Grau de Mestre em Tradução e Interpretação Especializadas pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Com a duração de seis meses, o estágio curricular decorreu entre fevereiro e julho de dois mil e vinte e dois e realizou-se na sede da empresa em Dublin, República da Irlanda, sob a alçada do programa Erasmus+.

A decisão de estagiar num contexto internacional permitiu que tivesse um contacto direto com uma das minhas línguas de trabalho, num país cuja língua nativa e oficial é o inglês, e abriu portas para a exploração do mercado de trabalho de tradução e de interpretação na República da Irlanda. A inserção, enquanto estagiária, numa empresa de tradução e de interpretação provou ser uma mais-valia para o meu desenvolvimento profissional e pessoal, para a aquisição de competências essenciais, e para a partilha de conhecimentos num espaço de trabalho multicultural.

Através de uma comparação entre a teoria e a prática, reflito sobre as experiências decorridas ao longo do estágio, contextualizando-as com base nos conhecimentos adquiridos durante o meu percurso académico. As tarefas realizadas passaram pela tradução e revisão de documentação oficial, e pela interpretação em contexto médico.

**Palavras chave:** Tradução; Tradução de Documentos Oficiais; Interpretação; Interpretação de Comunidade; Interpretação Médica

## **Abstract:**

In this report, I will analyse the work carried out as an intern at Word Perfect Translations Ltd., in order to obtain the Master's Degree in Specialised Translation and Interpretation from the Porto Accounting and Business School (ISCAP). With a duration of six months, the internship ran from February to July of two thousand and twenty-two and took place in the company's head offices in Dublin, Republic of Ireland, being financed by the Erasmus+ programme.

The decision to do an internship in an international setting allowed me to have direct contact with one of my working languages, in a country whose native and official language is English, and opened up the possibility of delving into the Translation and Interpreting labour market in Ireland. Being part of a translation and interpreting company as an intern proved to be an asset for my professional and personal development, the acquisition of key skills and the exchange of knowledge in a multicultural workplace.

By comparing theory and practice, I will reflect on the experiences that happened during the internship, contextualizing them based on the knowledge acquired during my studies. The tasks performed included the translation and proofreading of official documents, and interpreting in a medical setting.

**Key-words:** Translation; Official Translation; Interpreting; Community Interpreting; Medical Interpreting

## **Índice geral**

<b>Capítulo - Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – O Estágio Curricular</b>	<b>5</b>
1.1 Programa Erasmus+	6
1.2 A Entidade de Acolhimento	8
1.2.1 Estrutura Organizacional	8
1.2.1.1 Escritório Ormond Quay Upper	10
1.2.1.2 Escritório Wine Tavern	12
1.2.2 Línguas de Trabalho	14
1.2.3 Plano de Estágio	15
1.3 As Funções Desempenhadas	17
1.3.1 Línguas de Trabalho	21
1.3.2 Tipologia de Documentos Traduzidos	22
1.3.3 Fluxo de Trabalho de Tradução	23
1.3.3.1 Tradução	25
1.3.3.2 Revisão	27
1.3.4 Interpretação	27
<b>Capítulo II – O Enquadramento Teórico</b>	<b>30</b>
2 O Enquadramento Teórico	31
2.1 Os Estudos da Tradução de Documentos Oficiais	31
2.1.1 A Tradução de Documentos Oficiais nos Contextos da República da Irlanda, de Portugal e do Brasil	35
2.1.2 As Especialidades da Tradução de Documentos Oficiais	38
2.1.3 As Diferenças entre o Português Europeu e o Português do Brasil na Tradução de Documentação	40
2.2 Os Estudos da Interpretação em Contexto Médico	43
2.2.1 A Interpretação em Contexto Médico nos Contextos de Portugal, da República da Irlanda e do Brasil	47
2.2.2 A Mediação Emocional da Interpretação em Contexto Médico	53
2.2.3 As Diferenças entre o Português Europeu e o Português do Brasil na Interpretação em Contexto Médico	56
<b>Capítulo III – A Análise de Exemplos Práticos</b>	<b>61</b>
3 A Análise de Exemplos Práticos	62

3.1	Tradução e Revisão	62
3.1.1	Análise das Tarefas Realizadas	62
3.1.2	Exemplo Prático I: Certidão de Nascimento	67
3.1.3	Exemplo Prático II: Diploma	70
3.2	Interpretação	73
3.2.1	Análise das Tarefas Realizadas	73
3.2.2	Exemplo Prático III: <i>Child language brokering</i>	75
3.2.3	Exemplo Prático IV: Mediação emocional	81
<b>Capítulo IV – Conclusão</b>		<b>88</b>
<b>Referências bibliográficas</b>		<b>92</b>
<b>Apêndices</b>		<b>100</b>
Apêndice I – Documento Original – Certidão de Nascimento		101
Apêndice II – Documento Traduzido – Certidão de Nascimento		102
Apêndice III – Documento Original – Diploma		103
Apêndice IV – Documento Traduzido – Diploma		104

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Número total de documentos por serviço linguístico	63
Figura 2 - Número total de palavras e de documentos traduzidos	64
Figura 3 - Número total de projetos por tipo de documento	66
Figura 4 - Número de documentos por par linguístico	67
Figura 5 - Número total de interpretações e de duração por interpretação	75

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Exemplos de Problemas e Soluções na Certidão de Nascimento	68
Tabela 2 - Exemplos de Problemas e Soluções no Diploma	71



O presente relatório é o resultado de uma análise do trabalho desenvolvido no estágio curricular na empresa *Word Perfect Translations*, realizado no âmbito da obtenção do grau de mestre em Tradução e Interpretação Especializadas pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Com a duração de seis meses, o estágio curricular decorreu entre fevereiro e julho de dois mil e vinte e dois e realizou-se na sede da empresa em Dublin, República da Irlanda, sob a alçada do programa Erasmus+.

Este relatório é o reflexo das aprendizagens e experiências adquiridas no plano profissionalizante do estágio curricular e do desenvolvimento dos conhecimentos teórico-práticos previamente estudados na esfera académica e da sua aplicação a este contexto. As funções desempenhadas enquanto estagiária integravam duas áreas-chave principais de atuação: a tradução de documentos oficiais e a interpretação de acompanhamento. Os objetivos demarcados para a redação deste relatório compreendem uma coleção de relatos das atividades realizadas no estágio curricular e uma apresentação do perfil da empresa *Word Perfect Translations*, uma exploração aos conceitos e fundamentos teóricos concernentes às áreas e subáreas de atuação, e uma análise de quatro exemplos práticos e respetivos problemas e soluções. O relatório encontra-se, por esse motivo, e de forma a abordar respetivamente estas questões, dividido em três capítulos: I - O Estágio Curricular; II - O Enquadramento Teórico; III - A Análise de Exemplos Práticos.

No primeiro capítulo optou-se por delinear um perfil geral da entidade de acolhimento através de uma apresentação descritiva da empresa a nível estrutural com base em observações pessoais durante o período em análise. Contudo, não se compreende que a empresa tenha sido utilizada como estudo de caso neste relatório de estágio nem que o esboço deste perfil tenha sido o único objetivo deste relatório. A exposição de informações sobre a mesma surge na qualidade de resposta a questões específicas levantadas antes da realização do estágio. Qual é a metodologia de trabalho da empresa? Como se pode caracterizar o fluxo de trabalho? Quais são as ferramentas de apoio à tradução utilizadas? Qual é a procura por traduções de e para a língua portuguesa num mercado de tradução estrangeiro? Aquando da decisão pelo estágio curricular internacional, idealizou-se alcançar, através destas perguntas, um entendimento completo do funcionamento de uma empresa de serviços linguísticos e desenvolver uma perspetiva profissional da integração e do contributo de um estagiário. Selecionou-se o relato de experiências de um estagiário de tradução e interpretação como o segundo foco principal da metodologia deste capítulo. Em conjunto com uma descrição das tarefas realizadas,

acrescentou-se, em poucos casos, também, uma breve relação de paridade com ideias estudadas e questões levantadas em contexto académico à metodologia deste capítulo.

A decisão da escolha da *Word Perfect Translations* como entidade de acolhimento, tal como a própria decisão de optar por um estágio, ao invés das possibilidades de uma dissertação ou de um projeto, é multifacetada. Estas tomadas de decisão foram fruto de uma longa reflexão sobre objetivos pessoais quanto ao futuro profissional e justificaram-se pelas considerações tidas quanto às vantagens de aplicar ensinamentos teórico-práticos adquiridos na formação académica num contexto de ambiente de trabalho e num ambiente internacional e multicultural. Priorizadas empresas que oferecessem a oportunidade de exercer funções nas duas áreas exploradas no mestrado, Tradução e Interpretação, a *Word Perfect Translations*, situada no centro de uma capital europeia e com um leque de contactos de entidades públicas e privadas, apareceu como candidato ideal. Foi, também, valorizada a influência da experiência de viver num país cuja língua oficial é uma das minhas línguas de trabalho, possibilitando o contacto direto diário com o inglês a nível nativo e o desenvolvimento de competências transversais, interculturais e linguísticas dentro da União Europeia.

Com o segundo capítulo visou-se desenvolver uma rede de conhecimentos a partir da revisão da literatura de duas áreas-chave principais de investigação e das subáreas que amplificam a sua extensão interdisciplinar. Nesse sentido, foram exploradas temáticas contextualizadas na realização do estágio curricular do primeiro capítulo e introduzidos conceitos empregues posteriormente nas análises das questões dos exemplos práticos do terceiro capítulo. Este enquadramento teórico aproximou as grandes áreas da Tradução e da Interpretação a domínios adjacentes, explorando os tópicos da tradução de documentos oficiais e da interpretação de acompanhamento à luz dos contextos português, irlandês e brasileiro e às suas jurisdições, especialmente naquilo que diz respeito às figuras do tradutor ajuramentado e do intérprete de comunidade. Também se optou por debater as questões de mediação intercultural, intralinguística e emocional, proporcionando uma visão completa dos fatores que influenciaram e condicionaram a prática destas atividades. A exclusão da área da tradução para L2 neste capítulo, que acompanhou a análise do perfil da empresa neste capítulo e que esteve abundantemente presente nas funções desempenhadas, resulta meramente de uma restrição de espaço de redação deste relatório. A decisão de, por sua vez, fixar o foco do estudo na tradução de documentos oficiais e na

interpretação é uma manifestação do meu interesse pessoal e curiosidade acadêmica por estas áreas.

O estudo do contributo do estagiário iniciado no capítulo I será explorado detalhadamente no capítulo III com uma interpretação da coleção de dados dos projetos de tradução e de interpretação finalizados durante o estágio curricular, e a apresentação de uma análise estatística, contextualizadas à qualidade de tradutor e intérprete. No que diz respeito aos documentos traduzidos, será posta em evidência a relação entre o número de palavras e o número de documentos traduzidos e enfatizada a distribuição destas tarefas por tipologia e par linguístico. O mesmo exercício foi conduzido para as tarefas de interpretação, analisadas dentro da singularidade dos seus parâmetros, como a recorrência, a duração, e o local das interpretações. Por fim, no âmbito da exposição de quatro exemplos práticos, serão abordadas as dificuldades resultantes da tradução de dois documentos oficiais e da interpretação de duas consultas médicas. Para este efeito, a metodologia dos exemplos práticos passará, por um lado, pela análise textual objetiva dos problemas linguísticos identificados em dois documentos modelo oficiais traduzidos; e, por outro, pela análise situacional mais subjetiva de dois relatos pessoais, dada a natureza da área da interpretação no que se refere à sua expressão oral, em contraste com a produção escrita da tradução, e dada a impossibilidade de gravar as interpretações realizadas durante o estágio curricular.

Na conclusão serão apresentadas uma análise crítica e uma reflexão sobre a experiência adquirida no decurso do estágio curricular, e serão pronunciadas algumas considerações finais sobre o enquadramento do relatório na sua totalidade, que é o culminar dos últimos seis anos do meu percurso académico e o início da transição para o mundo laboral.

## **CAPÍTULO I – O ESTÁGIO CURRICULAR**

---

O capítulo descreve em retrospectiva o trabalho realizado no âmbito do estágio curricular na empresa *Word Perfect Translations*. Através de relatos de experiências próprias e pessoais enquanto estagiária, é realizada uma análise às funções desempenhadas e à estrutura e metodologia da empresa, sob o contexto do programa Erasmus+ e da dimensão internacional que este contexto trouxe a um estágio na área da tradução e da interpretação. Serão, também, identificados os serviços linguísticos e respetivas especializações que estiveram mais presentes no decorrer do estágio, nomeadamente a tradução de documentos oficiais e interpretação médica, e levantadas questões sobre estas, que serão posteriormente exploradas nos capítulos II e III.

Ao longo do capítulo, serão apresentadas apreciações sumárias dos vários parâmetros do estágio sob as expetativas criadas antes do início do mesmo, no que se refere à realização das tarefas delineadas no plano de estágio e à integração numa empresa de tradução e interpretação, entre outros. Pesando as variadas e divergentes expetativas que possam ser impostas a um estágio curricular, considerou-se, neste relatório de estágio, que este não é unicamente uma reprodução da realidade de um profissional na área. Em contrapartida, imaginou-se, aquando da conceção do plano de estágio, que o estágio curricular na *Word Perfect Translations* funcionasse como uma transição gradual para o mercado de trabalho real via um programa de mentoria, e se propusesse como uma oportunidade diferenciada de aplicar a prática da teoria adquirida na licenciatura e no mestrado.

## **1.1 Programa Erasmus+**

O Programa Erasmus+ é uma das modalidades de mobilidade académica e formação internacional que o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) oferece aos seus estudantes, que objetiva a promoção da cidadania europeia e do desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes em contextos multiculturais (Comissão Europeia, 2022). Sob a alçada do Gabinete de Relações Internacionais (GRI), o programa proporciona uma oportunidade de adquirir experiências no estrangeiro, atribuindo aos estudantes um apoio financeiro em forma de bolsa Erasmus+ para cobrir, nem que apenas parcialmente, as suas despesas.

A ideia de realizar um estágio curricular em mobilidade através deste programa surgiu no início do meu percurso académico no ISCAP e desde cedo visei informar-me sobre os procedimentos a seguir. Agradou-me a possibilidade de conjugar as vantagens

tipicamente associadas a um estágio curricular e a oportunidade de o fazer num contexto europeu. Compreendi que a realização do mesmo me pudesse catapultar para uma posição privilegiada de não só ver diretamente o funcionamento de uma empresa de tradução, desde a Gestão de Projetos até aos Recursos Humanos, como também de ter uma abertura para o mercado estrangeiro e um primeiro reconhecimento profissional para o meu futuro laboral nos ramos da Tradução e da Interpretação.

No mês de dezembro de dois mil e vinte deu-se o início do processo de candidatura para os programas de mobilidade oferecidos pelo ISCAP, que findou em abril do ano seguinte com a divulgação dos resultados de seriação e a formalização da minha candidatura na modalidade de estágio Erasmus+ no período de seis meses a ser realizado num dos três países de acolhimento por mim previamente definidos. Nos meses que se seguiram, dediquei-me prontamente à procura de oportunidades na minha primeira opção de país de acolhimento, a República da Irlanda, priorizando um estágio na sua capital que me garantisse a possibilidade de explorar várias áreas dentro da Tradução, da Interpretação e dos serviços linguísticos. A primazia dada a este país foi um reflexo do meu interesse em aprofundar o meu conhecimento linguístico e sociocultural num país cuja língua nativa é o inglês, aliado à mestria do domínio da linguagem técnica e vocabulário especializado nas áreas de atuação do mestrado.

O processo de procura, escolha e candidatura à empresa onde iria estagiar decorreu entre os meses de maio e junho de dois mil e vinte e um, culminando na admissão como estagiária na *Word Perfect Translations* a inícios de julho. Entre abril e maio, estabeleci contacto com múltiplas empresas de tradução em Dublin, fazendo um registo extensivo das opções, a meu ver, mais apelativas, e dos benefícios correlacionados a cada uma em termos profissionais. Foi a junção das áreas da Tradução e da Gestão de Projetos que levou à cessação da minha procura por entidade de acolhimento, assim como as oportunidades oferecidas pela empresa no sentido da exploração de outras áreas estudadas no Mestrado de Tradução e Interpretação Especializadas, como a da Interpretação.

O processo de recrutamento durou precisamente uma semana, desde o momento da receção da resposta inicial da *Word Perfect Translations* até ao momento em que a minha candidatura foi formalmente aceite. Delineado o plano de estágio original, sucedeu-se uma entrevista em formato online com a Gestora de Projetos encarregada pelos estagiários, onde foram analisadas as condições do programa de mobilidade e as minhas tarefas enquanto estagiária.

Hesitante em relação aos possíveis impedimentos que a pandemia pudesse trazer à minha experiência internacional, comuniquei desde o princípio à entidade de acolhimento as minhas preocupações, a minha flexibilidade de horários e disponibilidade em realizar o estágio, parcialmente ou integralmente, em regime de teletrabalho. Será, também, indispensável mencionar que algumas das atividades previstas no meu plano de estágio original dependiam de a eventualidade da situação pandémica não regredir, dado o facto de terem de ser realizadas nas instalações da empresa.

## **1.2 A Entidade de Acolhimento**

### **1.2.1 Estrutura Organizacional**

A empresa *Word Perfect Translations* foi fundada em novembro de 2001 como resposta ao influxo de procura por serviços de tradução e interpretação na República da Irlanda em inícios do século XXI. Phelan (2001) condiz com esta ideia, referindo a alteração de fluxos migratórios líquidos recente de emigração para imigração no país, que contraria a vasta história de emigração irlandesa, e aponta para um ajuste social multicultural resultante da vaga de imigração entre os anos 1991 e 2001. O próprio website da empresa<sup>1</sup> fundamenta a sua fundação com este crescimento exponencial de imigrantes.

Sediada em Dublin, estima-se que a *Word Perfect Translations* empregue entre treze a quinze colaboradores *in-house* nos escritórios em Limerick, Cork e Dublin, esta última cidade com dois escritórios, onde ocorreu a totalidade do estágio curricular. Conta, também, com uma vasta rede de tradutores e intérpretes em regime de *freelance* que procura e utiliza face à procura dos seus clientes: cidadãos (a título próprio), clientes do setor privado (empresas privadas) e clientes governamentais (entidades públicas), compartimentação criada pela própria empresa para efeitos de organização interna. Por *in-house* entende-se algo que é produzido internamente, dentro da própria empresa, e não por trabalhadores independentes (Cambridge University Press, s.d.), e por *freelance* entende-se trabalho independente e particular, ao invés do trabalho exclusivo para um único empregador (Cambridge University Press, s.d.).

A *Word Perfect Translations* é um dos maiores prestadores de serviços na República da Irlanda nas áreas da Tradução, da Interpretação e dos serviços linguísticos

---

<sup>1</sup> Word Perfect Translation Services. (s. d.). *Translation Services Ireland – Certified Translation Services Dublin*. <https://www.wordperfect.ie/> (consultado a 28 de setembro de 2022)

(Keena, 2020). Dispõe de acordos com numerosos organismos públicos, como, por exemplo, a An Garda Síochána<sup>2</sup>, os gabinetes de serviços de imigração, as câmaras municipais, os hospitais públicos, os centros de saúde e o Health Service Executive (HSE)<sup>3</sup>. Também usufrui de uma relação de trabalho próxima com empresas privadas como a Legal Aid Board (entidade que presta assistência jurídica) e várias sociedades de advogados. Presta serviços de tradução de documentos oficiais, tradução jurídica, tradução técnico-científica, transcrição, e serviços de interpretação simultânea, consecutiva e por telefone em contextos legais e médicos, entre outros.

Representada por um único diretor operacional, a empresa divide-se em quatro escritórios, cada um administrado por dois Gestores de Projetos internos, encarregados de um ou mais dos serviços linguísticos oferecidos, e por três a cinco estagiários, número dependente das condições de trabalho oferecidas por cada escritório, como, por exemplo, questões de distribuição espacial, entre outros fatores. O escritório principal e base de operações da empresa está situado na rua Ormond Quay Upper, em Dublin. Às duas Gestoras de Projetos deste escritório são confiadas as tarefas da gestão de clientes particulares (a título próprio) e do recrutamento e acompanhamento de todos os estagiários, quer desempenhem funções neste escritório ou noutro. O segundo escritório em Dublin encontra-se na rua Wine Tavern. Apresenta-se com três a quatro funcionários a tempo integral que se dedicam à logística, à contabilidade e à faturação da *Word Perfect Translations*, em conjunto com as duas Gestoras de Projetos que trabalham diretamente com clientes privados, com a Legal Aid Board, o International Protection Office (IPO)<sup>4</sup> e com câmaras municipais no país inteiro. Os serviços de interpretação são da responsabilidade do escritório instalado em Limerick. As suas duas Gestoras de Projetos, em conjunto com os estagiários em regime presencial nesta cidade e com os estagiários em Ormond Quay Upper, resolvem as problemáticas de contactar clientes e intérpretes para satisfazer a procura de serviços *in-situ* em todos os condados da República da Irlanda, e de serviços por telefone. Por *in-situ* entende-se no local original, ou o local onde algo deve ocorrer, em vez de ser em mobilidade (Cambridge University Press, s.d.). O escritório em Cork responsabiliza-se pelo atendimento de pedidos de tradução de clientes dos organismos públicos supramencionados, entre outros. Todos os serviços de

---

<sup>2</sup> Força policial nacional irlandesa

<sup>3</sup> Serviço nacional de saúde irlandês

<sup>4</sup> Serviços de imigração irlandeses

notariado são conduzidos com a parceria de uma empresa local de consultoria jurídica, a MS Solicitors.

No sentido de visualmente representar a *Word Perfect Translations*, a empresa aprovou inicialmente a possibilidade de incluir um organograma para efeitos da redação deste relatório, mas indeferiu confirmar a veracidade da sua estrutura organizacional atual e não forneceu subseqüentes esclarecimentos sobre os cargos e o número das pessoas que emprega internamente. Deste modo, sempre que a estrutura da entidade de acolhimento é referida, trata-se apenas de uma perceção pessoal da mesma, ou seja, feita unicamente com base em observações pessoais durante o período em análise, dada a impossibilidade de confirmar o número exato de colaboradores que emprega.

#### **1.2.1.1 Escritório Ormond Quay Upper**

O escritório de Ormond Quay Upper é composto por dois colaboradores internos, duas Gestoras de Projetos, e entre três a cinco estagiários. As duas Gestoras de Projetos supervisionam todos os pedidos de tradução de clientes privados e a atividade dos estagiários, cujas funções são, raramente, a de um tradutor, e, mais frequentemente, a de um técnico de atendimento e de apoio ao cliente. Este escritório funciona de modo semelhante a de um *call center*, onde os estagiários atendem chamadas telefónicas de clientes, particulares, privados ou públicos, sobre traduções ou interpretações, delegando pedidos de cotação para as duas Gestoras de Projetos internas presentes, e coordenando entre si pedidos de serviços de interpretação.

O ambiente de trabalho no escritório de Ormond Quay Upper é unicamente característico da dinâmica de grupo dos colaboradores presentes a qualquer momento, isto é, o ambiente de trabalho varia conforme a experiência, as capacidades, as línguas faladas e a disposição geral dos estagiários deste escritório. O facto de o número de estagiários exceder invariavelmente o número de outros colaboradores no escritório e de o leque de estagiários ser altamente rotativo obriga a que, neste relatório, se priorize a caracterização do “estagiário modelo” e se assinale alguns dos fatores distintivos deste quadro de trabalhadores.

Nos seis meses em que estagiei na *Word Perfect Translations*, todos os estagiários que tive a oportunidade de conhecer, tanto no escritório principal, como no secundário, apresentavam-se com histórias similares: eram estudantes da área da Tradução ou das Línguas Estrangeiras, tinham acordos com o programa Erasmus+, e apareciam no

primeiro dia de trabalho com um plano de estágio uniformizado idêntico e com semelhantes expectativas quanto às funções que iriam desempenhar. Nenhum estagiário era irlandês, ou proveniente de qualquer outro país cuja língua nativa é o inglês; procuravam uma oportunidade para desenvolverem as suas capacidades linguísticas e profissionais num ambiente multicultural sob a mentoria de um profissional na área (como indicado anteriormente, uma das Gestoras de Projetos da empresa) e, na chegada a Dublin, experienciavam o característico choque cultural de estudantes em mobilidade e apresentavam abrangentes dificuldades de adaptação social e barreiras idiomáticas. Estes fenómenos podem comprovar a existência de uma camada acrescida às adversidades comuns de um estagiário (sentida e mencionada pelos meus colegas de mestrado em experiências nacionais) que se traduziu num ambiente excecionalmente colaborativo de partilha de conhecimentos, de entreajuda, e de uma sororidade de natureza internacional (em virtude de terem sido todos os estagiários do género feminino).

Se, por um lado, o ambiente de camaradagem entre os membros do grupo de estagiários do escritório de Ormond Quay Upper facilitou a integração no país, por outro, a falta de orientação e supervisão por parte das Gestoras de Projetos e a ausência de estruturas de apoio aos estagiários por parte da empresa condicionou o desenvolvimento das capacidades laborais. Pouca (se não, nula) formação é providenciada pelas Gestoras de Projetos, que, na sua vez, incumbem ao estagiário que há mais tempo desempenha funções na empresa a missão de ensinar ao recém-chegado a prática das suas funções. Tanto no escritório de Ormond Quay Upper como no de Wine Tavern, a empresa sofre do problema de ter um regime de estagiários de grande rotatividade, dado o facto de, em média, cada estagiário ter um contrato de apenas três meses, sendo incomum aquele que se estende até aos seis, como era o meu caso.

Sempre que o número diário de estagiários disponíveis presencialmente era menor do que três, um estagiário (ou, até, dois, dependendo da necessidade) do escritório de Wine Tavern transferir-se-ia, temporariamente, para o escritório principal. A sua presença seria indispensável para o funcionamento do novo local de trabalho e este só regressaria para o escritório anterior até a lacuna ser preenchida permanentemente. Esta problemática dava-se, na maioria dos casos, ao facto de as partidas e chegadas dos estagiários nem sempre se alinharem cronologicamente e, excecionalmente, a surtos de Covid-19, entre outras diversas causas. Esta permuta tanto poderia ter a duração de uma manhã como a

de uma semana, e todas as tarefas precedentes em progresso teriam de ser interrompidas e atribuídas a outro estagiário com disponibilidade total para se dedicar às mesmas.

Foi neste contexto em que me encontrei sazonalmente a exercer funções no escritório de Ormond Quay Upper - em certas situações apenas durante um dia, e noutras, durante duas semanas. Apesar de as circunstâncias do carecimento de estagiários terem sido recorrentes, havia a possibilidade de alternar o meu dever de deslocação a Ormond Quay Upper com o de outros estagiários do escritório de Wine Tavern.

### **1.2.1.2 Escritório Wine Tavern**

O escritório da rua Wine Tavern é composto pelos departamentos de *Payroll*, de *Invoicing* e de Tradução, que, em conjunto com dois a quatro estagiários, perfazem um grupo de menos de dez pessoas. As duas Gestoras de Projetos efetivas estão encarregues do tratamento dos pedidos de clientes privados, do acompanhamento dos estagiários instalados neste escritório e de todas as chamadas telefónicas. Contrastivamente com o escritório principal, este segundo escritório não dispõe de um ambiente tão ruidoso, visto não se reunirem condições para tal, pelo facto de não ter mais do que dois telefones fixos, cujos telefonemas são raros e provenientes apenas dos outros escritórios da empresa e do diretor operacional. Este cenário funcionava a favor dos estagiários presentes e promovia uma maior produtividade do trabalho individual, ainda que contivesse interações de grupo. Pode considerar-se que o exercício de funções num local de trabalho mais pacato seja mais proveitoso para a ocupação do tradutor, dado o facto de se poder concentrar unicamente na tarefa em mãos e de a realizar com rigor e minúcia. Por ter sido esta a minha experiência neste escritório, tendo a concordar com esta convicção.

Em contrapartida com o descrito no escritório de Wine Tavern, no escritório de Ormond Quay Upper raras eram as vezes em que era possível fazer um controlo de qualidade das traduções que entregava que considerasse adequado. Idem, demorava em média mais tempo a entregá-las e dedicava menos tempo do meu horário de trabalho na releitura das traduções e na pesquisa de soluções e estratégias para solucionar os problemas linguísticos identificados. Por esse motivo, sempre que possível, pedidos de tradução atribuídos a mim eram indeferidos em todas as ocasiões em que me encontrasse presentemente na sede da empresa. O facto de o estagiário ter amplo tempo no escritório de Wine Tavern para fazer a pré-tradução, tradução e pós-tradução dos documentos revelou-se ser ideal e contrariou a desilusão inicial de ter sido transferida para o segundo

escritório. Inclusive, nos intervalos de tempo ininterruptos no escritório de Wine Tavern foi possível manter um registo consistente do meu progresso e da evolução da qualidade das traduções que realizei.

Neste sentido, durante os seis meses do estágio, foi possível concluir, após ter traduzido documentos nos dois escritórios, que a qualidade do trabalho final apresentado no escritório de Wine Tavern era significativamente maior da do trabalho elaborado no escritório de Ormond Quay Upper, na minha opinião. Aponto para o ambiente dos escritórios como efeito principal para o declínio ou incremento de qualidade dado o facto de não encontrar outro fator variável que surgisse como motivo plausível.

As funções principais desempenhadas pelos estagiários de Wine Tavern passavam pela tradução, revisão e edição de documentos e de quaisquer pedidos feitos pelas Gestoras de Projetos, que podiam passar por deslocações a hospitais ou a centros de saúde para realizar interpretações, ou, até, diversas funções administrativas. Sempre que estas tarefas fossem terminadas e os estagiários se encontrassem sem responsabilidades ou deveres imediatos, ser-lhes-ia pedido que auxiliassem os trabalhadores dos departamentos de *Payroll* e *Invoicing* nos seus encargos mais urgentes, tendo acontecido com alguma regularidade.

Tal como ocorria no escritório de Ormond Quay Upper, também a mim não me foi proporcionada uma oportunidade de ter uma formação inicial no escritório de Wine Tavern, apenas uma breve *tour* do escritório e da minha secretária pessoal. Não foram organizadas quaisquer formações pela parte das Gestoras de Projetos, que, todavia, da sua parte, me deputaram a tarefa de comunicar aos novos estagiários as informações básicas da empresa, e de elaborar e dar uma formação aos novos estagiários. Esta realidade destoa das expectativas estabelecidas quanto ao programa de mentoria e à oferta de formação assumidos pela Gestora de Projetos que supervisionou a fase inicial do processo de recrutamento. Tanto num escritório como no outro, a empresa também não dispõe de reuniões semanais ou mensais com os estagiários, quer individualmente, quer em grupo.

Considerando que esta abordagem das Gestoras de Projetos ao acompanhamento aos estagiários é bastante distinta da que foi apresentada uns meses antes aquando da redação do plano de estágio, optou-se por salientar estes aspetos na estrutura organizacional da empresa neste relatório de estágio. Espera-se, igualmente, desta forma,

que a sua inclusão justifique outras menções ao longo do relatório à não correspondência das expectativas definidas para o estágio curricular.

### **1.2.2 Línguas de Trabalho**

A *Word Perfect Translations* traduz de e para inglês (britânico) num leque de mais de trinta línguas europeias e internacionais, consultando a sua rede de tradutores e intérpretes *freelancers* para a vasta maioria do seu volume de trabalho. À exceção da expressão do vernáculo, a nível fonético e de sintaxe, e de casos lexicais únicos na escrita, Hickey (2012) argumenta que, na praticabilidade, não existem diferenças entre o inglês formal usado na República da Irlanda e o inglês formal usado em Inglaterra. O autor afirma que a função pública escrita do inglês (irlandês) é equivalente à do inglês (britânico) e a uniformização de uma variante irlandesa ainda se encontra num processo aberto.

A empresa trabalha, primariamente, sob as orientações do inglês (britânico) dentro do contexto irlandês, e das suas particularidades terminológicas, sempre que o pedido de serviços linguístico não é específico quando à variante linguística do inglês. Assim que clarificações são providenciadas, também oferece outras variantes da língua, sob disponibilidade dos seus tradutores e intérpretes *freelancers*.

Quanto aos preços praticados, o preço à palavra traduzida é sempre o mesmo, não se alterando consoante a dificuldade da tradução, o conteúdo do documento, a especificidade e a língua de trabalho, entre outros. No caso da interpretação, o cálculo do preço é feito por minuto no que diz respeito às interpretações por telefone e por cada intervalo de meia hora no que diz respeito às interpretações *in-situ*. É definido um período mínimo de cobrança de serviços de interpretação para garantir que o intérprete é compensado pelo tempo cedido, sendo fixado o quarto de hora mínimo obrigatório em interpretações por telefone e a hora mínima obrigatória em interpretações *in-situ*. Esta norma também se estende a casos onde o pedido é cancelado à última hora, onde o serviço continua a ser cobrado ao cliente.

A respeito do preçário dos serviços de tradução, a única exceção à regra surge no caso da língua irlandesa (também conhecida como língua gaélica), onde o preço passa para o dobro. Este acréscimo é justificado pelo facto desta língua ser historicamente nativa à ilha da Irlanda e idioma oficial desde 1922 aquando da declamação do Estado Livre Irlandês (Catháin, 2016). Foi igualmente reconhecida como língua do Tratado da

União Europeia em 1973 e língua oficial e de trabalho em 2007, empregue limitadamente por falta de profissionais e recursos de tradução do irlandês. O início do ano de 2022 marca o fim deste período de derrogação, formalizando o estatuto oficial da língua irlandesa, significando a obrigatoriedade da publicação de todos os documentos oficiais nesta língua (Translation Centre for the Bodies of the EU, 2022).

O “Official Languages Act” de 2003 estabelece um conjunto de diretrizes sobre a utilização do irlandês em documentação de entidades públicas. A Constituição Irlandesa (ou *Bunreacht na hÉireann*) (1937) já determinava o irlandês como primeira língua oficial, reconhecia o inglês como segunda língua oficial e previa a possibilidade de ser previsto em lei o uso exclusivo de uma destas línguas ser utilizada em assuntos oficiais. A lei supramencionada de 2003 passaria a estipular a obrigatoriedade da publicação de documentos oficiais governamentais simultaneamente em irlandês e inglês e a assegurar o direito de falantes de irlandês de recorrer à língua em assuntos governamentais ou parcialmente sob a tutela do governo, entre outros (Official Language Act, 2003).

Pelas razões descritas, existe um mercado substancial de tradução para e de irlandês na República da Irlanda, ao qual a *Word Perfect Translations* responde e colmata através dos seus acordos com clientes governamentais.

### **1.2.3 Plano de Estágio**

A versão original do plano de estágio foi idealizada na primeira resposta obtida da empresa, através de um e-mail onde não só se encontravam prontamente enumeradas as funções e responsabilidades do estagiário, mas também outras diretrizes a ter em consideração (horário de trabalho, dias de descanso, remuneração, entre outros). De acordo com esse esboço inicial indicado no e-mail, ficaria a meu encargo, enquanto futura estagiária:

- A tradução, revisão e edição de documentos a partir da minha língua materna<sup>5</sup> para a língua inglesa, e vice-versa;
- O atendimento de chamadas telefónicas e o redirecionamento de pedidos de clientes, sob a alçada de um Gestor de Projetos, que estaria responsável pela minha formação;

---

<sup>5</sup> Sem menção a variantes linguísticas.

- Tratamento de pequenos projetos de tradução, igualmente sob as condições impostas no ponto anterior.

A indicação inicial apontava para a sede da empresa em Dublin como o meu local de trabalho durante os seis meses de estágio, onde realizaria as tarefas acordadas. Após uma reunião em que estavam presentes a supervisora da Entidade de Acolhimento (que tem o cargo na empresa de Gestora de Projetos), a orientadora, e eu, foi, então, elaborada uma segunda versão do plano de estágio, entregue ao Gabinete de Estágios e Empregabilidade e assinada pelas três partes. Ademais, foram acrescentadas três sugestões da Gestora de Projetos previamente mencionadas ao plano.

As novas tarefas avançadas pela Gestora de Projetos passariam por:

- O tratamento direto de pedidos de cotação por parte de clientes, sendo-me assegurada a responsabilidade do acesso ao e-mail principal dos Gestores de Projetos, reforçando assim as tarefas no domínio da Gestão de Projetos;
- A tradução, revisão e edição de documentos da língua alemã para a língua inglesa, e vice-versa;
- A possibilidade de prestar serviços de interpretação, sob disponibilidade do estagiário e de oportunidades da *Word Perfect Translations*.

Nesta fase do projeto, direcionei os meus esforços para o estudo dos dois domínios dos serviços linguísticos explanados no plano e, prematuramente no que diz respeito à cronologia da redação deste relatório de estágio, defini os meus objetivos centrais como sendo a revisão de literatura e a aquisição de conhecimentos num contexto teórico-prático das áreas da Tradução e da Gestão de Projetos. Sob o compromisso da empresa de que as tarefas realizadas no âmbito do estágio teriam o acompanhamento de uma das Gestoras de Projetos, geraram-se, igualmente, expectativas para a possibilidade de incluir uma secção no relatório de estágio sobre o desenvolvimento de competências profissionais ao longo de seis meses.

No primeiro dia do estágio curricular fui transferida para o segundo escritório da *Word Perfect Translations* em Dublin, por um período indefinido e sem quaisquer outras orientações. Esta permuta sucedeu-se por falta de espaço de trabalho e de organização interna por parte das Gestoras de Projetos no escritório principal. Esta mudança física traduziu-se, igualmente, numa alteração das funções que iria desempenhar como

estagiária, dada a natureza dos serviços realizados em cada escritório e das suas divergentes condições de trabalho.

Em vista da falta de oportunidades e condições para cumprir o que estava previsto no plano de estágio original, o mesmo sofreu uma reestruturação a inícios de março, após um mês sem indicações de que iria trocar de local de trabalho. As seguintes tarefas foram acrescentadas ao plano original:

- Paginação e edição eletrónica de documentos de tradução;
- Diversas funções no Departamento de *Invoicing*, como a sistematização e tratamento de informação relativa à faturação de traduções e interpretações, o processamento de faturas em *softwares* especializados (Sage 50cloud) e o envio de e-mails a clientes públicos e privados;
- Diversas funções administrativas e de secretariado, como a organização e o arquivamento de folhas de presença de intérpretes e de faturas.

As seguintes tarefas foram suprimidas do plano original:

- O atendimento de chamadas telefónicas e o redirecionamento de pedidos de clientes, sob a alçada de um Gestor de Projetos, que estaria responsável pela minha formação;
- Tratamento de pequenos projetos de tradução, igualmente sob as condições impostas no ponto anterior.

Atualizado o plano de estágio e retirada a possibilidade de trabalhar diretamente com um dos Gestores de Projetos, reorientei os meus esforços no que diz respeito não só aos serviços prestados e ao meu desempenho dentro da *Word Perfect Translations*, mas também à redação do presente relatório, no sentido de restabelecer os meus objetivos e inquirir abordagens ao novo tema da Interpretação.

### **1.3 As Funções Desempenhadas**

O estágio curricular na empresa *Word Perfect Translations* teve a duração de seis meses, ocorrendo entre 1 de fevereiro de 2022 e 28 de julho de 2022, e esteve sob o abrigo financeiro do Programa Erasmus+. A carga de trabalho semanal era de sete horas e meia diárias, de segunda a sexta-feira, entre as 9:00 e as 17:30, e incluía uma hora de pausa de almoço, que podia ser tirada à hora que o estagiário quisesse, com a restrição de não ser durante a primeira ou a última hora de trabalho. O regulamento interno da empresa fixava

10 dias de férias para seis meses de estágio e não estipulava um período mínimo de consulta com as Gestoras de Projetos em relação à data do dia de férias. Inicialmente, estes dias não incluíam faltas ao trabalho por questões de saúde, mas no último mês do estágio (julho) passariam a compreender todos os dias de falta ao trabalho. Para além destes 10 dias, gozei de 5 feriados públicos nacionais no decorrer dos seis meses estipulados. As funções desempenhadas pelos estagiários estavam sob a supervisão das Gestoras de Projetos dos dois escritórios em Dublin. Como já vimos, as Gestoras de Projetos do escritório de Ormond Quay Upper coordenavam pedidos de tradução de clientes privados, que, por si, distribuíam pelos estagiários de todos os escritórios (e pelos tradutores freelancers); estes pedidos perfaziam a totalidade dos documentos que os estagiários recebiam para traduzir, editar e rever, salvo casos infrequentes.

Uma das principais razões que me levou a escolher a *Word Perfect Translations* como entidade de acolhimento para o estágio curricular foi a perspetiva de explorar uma miríade de funções nas áreas da Tradução e dos serviços linguísticos, assegurada através de um plano de estágio versátil. Ainda que o plano de estágios tenha sofrido diversas alterações desde que foi concebido, a flexibilidade que oferecia ao estagiário garantia que, mesmo na casualidade de haver imprevistos e de não haver espaço para cumprir uma das funções, estas podiam ser substituídas por outras.

Durante os seis meses do estágio, as tarefas principais dos estagiários no escritório de Wine Tavern eram a da tradução, edição e revisão de documentos (incluindo a sua paginação e edição eletrónica) e a da interpretação. Extraordinariamente, também se ocupavam com encargos de escritório e de secretariado, e de trabalhos dos outros departamentos do escritório de Wine Tavern, que incluíam o processamento de faturas de serviços de tradução e de interpretação, a sistematização e o tratamento de informações dos mesmos e a organização e o arquivamento de folhas de presença de intérpretes. Quase todas as traduções eram de carácter legal e documental - excetuando casos esparsos de textos de teor médico e financeiro - cujas combinações linguísticas eram, na sua vasta maioria, de português para inglês ou de inglês para português, e, excecionalmente, de alemão para inglês e inglês para alemão. A distribuição de pedidos de tradução dentro da *Word Perfect Translations* operava à base de um processo seletivo de prioridades face à língua nativa do tradutor, favorecendo a língua nativa do estagiário com maior disponibilidade imediata. Ou seja, quer seja ela língua de partida ou de chegada, enquanto estagiária, eu era sempre a primeira opção para a tradução de um texto que trabalhava

com a língua portuguesa, e, por outro lado, era sempre a segunda opção no caso da língua alemã, visto ser a minha terceira língua de trabalho. A mesma preferência acontecia com os pedidos de interpretação, aos quais não revelei ter disponibilidade para trabalhar com o par linguístico inglês – alemão.

As interpretações realizadas eram de acompanhamento, presenciais (dentro da empresa intituladas “*face-to-face*”), na categoria de interpretação consecutiva, e em contextos médicos, situadas em hospitais e centros de saúde, e, num caso único, em contexto legal num Cartório Notarial, interpretação de chuchotage. Estes conceitos, em conjunto com outras especificidades da temática da interpretação em contexto médico, serão explorados discriminadamente no capítulo II deste relatório de estágio.

Por outro lado, no escritório de Ormond Quay Upper, as funções desempenhadas passavam pelo atendimento de chamadas telefónicas e pela Gestão de Projetos de Interpretação, em cooperação com o escritório de Limerick. Dentro deste conjunto de funções, a de Gestão de Projetos de Interpretação era aquela à qual os estagiários dedicavam a maioria do seu horário de trabalho. Três a cinco estagiários metodizavam o processo de Gestão de Projetos, intercalando responsabilidades nas suas várias fases e criando uma espécie de linha de produção.

A primeira fase dava início com o atendimento de uma chamada telefónica de um cliente da empresa, geralmente de um hospital ou de um centro de saúde, podendo estender-se a instituições de ensino e clientes privados, entre outros. A partir daí, o cliente enumerava as informações básicas sobre o pedido de interpretação. Caso o pedido fosse de uma interpretação presencial, a chamada seria contiguamente redirecionada para o escritório de Limerick, que operava unicamente interpretações presenciais. Em contrapartida, caso o pedido fosse de uma interpretação à distância (por telefone ou por vídeo), a empresa oferecia aos estagiários formulários pré-impresos para facilitar e apressar o processo de recolha de informações. Estas folhas continham alíneas em branco para a data (dia e hora) e língua da interpretação, para o nome do cliente (caso se trate de um hospital, teria de incluir o departamento) e o nome e contacto do autor da chamada. Estes últimos dois dados eram de crucial importância para que, mais tarde, o estagiário pudesse devolver a chamada telefónica com os detalhes do intérprete a quem tinha sido atribuído o pedido.

A partir desse ponto desencadeava a segunda fase da Gestão de Projetos de Interpretação, em que o estagiário criava um pedido novo na plataforma própria da empresa, o “*Customer Portal*” (portal de clientes), com as informações do cliente. Enquanto o estagiário inseria o pedido nesta plataforma, era gerado um número de referência que pudesse ser rastreado e o pedido monitorizado por pessoas para além da única que o criou, por ser uma plataforma partilhada e utilizada por todos os colaboradores da empresa a diferentes níveis e em diferentes departamentos. De seguida, o estagiário iniciava a procura por um intérprete a quem pudesse atribuir a interpretação, filtrando a base de dados da plataforma por língua de trabalho e dia e cruzando referências com outras dezenas de pedidos previamente inseridos. Caso fosse(m) encontrado(s) intérprete(s) disponível/disponíveis, o estagiário teria o encargo de lhe(s) telefonar e perguntar pelo seu interesse em realizar pelo pedido. Rejeitado o pedido do primeiro intérprete disponível, o estagiário teria de regressar à plataforma em busca de outro intérprete e repetir o processo. No caso excepcional de todos os intérpretes comunicarem a sua indisponibilidade, o pedido ficaria nas mãos do diretor operacional, tal é a ação recomendada pelas Gestoras de Projetos. Aceite o pedido, o estagiário enviaria um e-mail ao intérprete com todas as informações da interpretação dadas pelo cliente, que habitualmente não contemplavam a variante da língua, o número de intervenientes e o(s) assunto(s) a serem abordado(s), tal como o contexto e o conteúdo.

Na terceira fase da Gestão de Projetos de Interpretação, o estagiário devolvia a chamada telefónica ao cliente através do nome e número de contacto anteriormente solicitado e informava-o do nome e contacto telefónico do intérprete, com quem o próprio cliente, sendo-lhe conferida completa autonomia com autorização prévia do intérprete, poderia entrar em contacto a partir da data e hora estabelecida. Por experiência própria, era recorrente haver fatores que impediam que este contacto acontecesse, ora por erro do estagiário em apontar o número de telefone correto, ora pelo telefonema não ser atendido pelo cliente ou por ser reencaminhado para o departamento ou funcionário errado na instituição.

Aproximadamente sessenta e cinco por cento dos pedidos de interpretação recebidos tinham um nível acrescido de urgência, por serem pedidos denominados “*ASAP*” (“*As soon as possible*” - assim que possível), onde a totalidade do processo não podia exceder os 10 a 15 minutos antes de o cliente voltar a telefonar a questionar sobre se a empresa já lhe tinha atribuído um intérprete. Nestes casos, tal acontecia por falta de

conhecimento ou planeamento quer por parte do cliente, quer de um dos intervenientes da interpretação/pacientes. Já no que diz respeito a este tipo de ocorrências em hospitais, na sua generalidade, ocorria, porque o paciente não tinha informado previamente o hospital de que não falava inglês, tinha sobrestimado as suas capacidades linguísticas ou tinha vergonha de perguntar por um (de acordo com a opinião das colaboradoras destes locais).

Para além da ferramenta da plataforma online supramencionada, a *Word Perfect Translations* disponibilizava recursos adicionais via folhas de Excel, planeadas e digitadas por antigos estagiários, que enumeravam, em formato de tabela, intérpretes por língua e disponibilidades. Para antecipar confusões periódicas de novos estagiários, a empresa fornecia, ademais, folhas de *Word* tituladas “Como pronunciar foneticamente nomes pessoais etnicamente irlandeses” e “Lista dos grandes hospitais do país”. Como foi previamente mencionado neste relatório, episódios em que os estagiários experienciaram dificuldades de adaptação cultural e linguística eram regulares. Por conseguinte, eram-lhes facultadas folhas de apoio como estas que visavam socorrê-los em momentos de ansiedade ao telefone quando se deparavam com nomes próprios como Aoife ou Caoimhe.

### **1.3.1 Línguas de Trabalho**

Uma análise ao volume de trabalho realizado na *Word Perfect Translations* demonstra que a esmagadora maioria dos textos de partida não se destinava a ser traduzida para português, a minha língua nativa. Esta prática fora acordada através do plano de estágio, não se refletindo numa novidade e numa particular estranheza, tendo-a adotado como um desafio desde o princípio desta experiência. Dado o facto de a empresa ser sediada na República da Irlanda, ocorre que a procura por traduções para inglês [com a especificidade de ser para a variante inglês (britânico), não dissemelhante do inglês (irlandês), como já vimos] perfaz a maioria do volume de pedidos dos seus clientes. Deste modo, todos os seus estagiários trabalharam com tradução para L2 (para uma língua não-nativa). No meu caso, as combinações linguísticas foram as seguintes:

- Inglês (Reino Unido) - Português (Portugal)
- Inglês (Reino Unido) - Português (Brasil)
- Português (Portugal) - Inglês (Reino Unido)
- Português (Brasil) - Inglês (Reino Unido)

- Alemão (Alemanha) - Inglês (Reino Unido)
- Inglês (Reino Unido) - Alemão (Alemanha)

No decorrer do meu percurso académico no Mestrado de Tradução e Interpretação Especializadas, as minhas línguas de especialização foram o inglês e o alemão e a sua tradução para português. Kościuczuk (2016) argumenta que ainda existe uma convicção entre os profissionais e académicos da área da Tradução de que se deve traduzir apenas para a língua nativa (L1) e que o tradutor de L1 terá sempre um desempenho superior do que os tradutores de L2 dadas as suas vantagens naturais linguísticas. Por outro lado, outros autores como Sax (2014) e Mayoral (2003) objetam este ponto de vista, que consideram tradicional e antiquado, arguindo a mudança desta prática em muitos países se traduzir numa crescente necessidade de recorrer a tradutores de L2.

Outra problemática levantada por Sax (2014), e que pude presenciar no decorrer da minha atividade profissional no estágio curricular, foi a da dificuldade do tradutor de L2 de língua inglesa em uniformizar a sua escrita, por ter sido sujeito, na sua formação de inglês, a uma amálgama de referências e influências de diferentes culturas e variantes da língua inglesa. Isto refletiu-se, não só, no trabalho individual do estagiário na *Word Perfect Translations*, mas também na homogeneização do trabalho produzido por todos os estagiários na entrega de produtos finais aos clientes da empresa no que é referente à padronização de documentos com a mesma tipologia e, até, a modelos de documentos.

Uma percentagem substancial dos pedidos de tradução com a língua portuguesa como texto de partida eram de português do Brasil. À vista disso, houve alterações ao nível da minha metodologia de trabalho e compreensão textual face a esta barreira natural linguística, colmatada com extensas e adicionais pesquisas e estudos sobre esta variante da língua portuguesa.

### **1.3.2 Tipologia de Documentos Traduzidos**

No que concerne à tipologia textual, os documentos traduzidos no decorrer do estágio curricular eram certidões de nascimento, de casamento e de óbito, currículos e certificados de formação profissional, registos criminais, diplomas académicos e históricos escolares e universitários, entre outros. Excetuando ocasionais exceções de documentos de carácter financeiro e económico, a tradução de documentos oficiais, ou tradução de documentação, ou tradução autenticada, perfazia a maioria do volume de trabalho na *Word Perfect Translations*.

Realizada uma análise dos projetos completados na empresa, é possível constatar que os documentos traduzidos e revistos eram, na sua generalidade, relativamente curtos, compreendendo um número médio menor a cinco páginas e apresentando traços característicos da linguagem técnico-científica. Foram identificadas, desde cedo, dificuldades no tratamento da terminologia jurídica, legal e de documentação, tanto portuguesa, como brasileira, como irlandesa, tendo recorrido a variadas fontes de informação na procura por soluções linguísticas. Por outro lado, o meu trabalho enquanto tradutora foi, de certa forma, simplificado pela repetição do tipo de documentos e de documentos com o mesmo modelo recebidos, como foi o caso de certidões de nascimento e de certidões de antecedentes criminais brasileiros, o que representou uma ausência de variedade de linguagem e vocabulário de documentação. Desse modo, foi possível estabelecer uma abordagem e metodologia de trabalho personalizada durante o estágio curricular, prestando atenção a possíveis adaptações distintivas de cada projeto. Esta especialização do meu trabalho enquanto tradutora neste período formativo demonstrou ser uma mais-valia para o desenvolvimento ocupacional das minhas competências e provou ser uma experiência profissional enriquecedora.

Esta mesma especialização resulta do volume de trabalho dos pedidos de tradução que a *Word Perfect Translations* recebe para traduções de e para a língua portuguesa incluir, em grande parte, a variante portuguesa do Brasil. Como foi mencionado anteriormente, tal se dá devido à crescente vaga de imigrantes na República da Irlanda no século XXI (Phelan, 2001), sendo mais relevante referenciar aqui, mais especificamente, a vaga de imigrantes brasileiros. De acordo com Maher e Cawley (2014), este fenómeno pode ser explicado pela existência de políticas de pró-imigração de países desenvolvidos, como no caso da República da Irlanda, que gozam de acordos e programas a curto prazo com países em desenvolvimento/emergentes, como o Brasil, de modo a colmatar a falta de mão de obra local. Numa era cada vez mais globalizada, estes imigrantes brasileiros em regime temporário, quer sejam muito ou pouco qualificados, carecem de documentação oficial em inglês que possam apresentar nos seus locais de trabalho e em organismos e serviços públicos, procurando, assim, sempre, uma tradução autenticada dos seus documentos pessoais, profissionais e académicos.

### **1.3.3 Fluxo de Trabalho de Tradução**

A *Word Perfect Translations* não segue o método de trabalho delineado por Gouadec (2007), que distingue a ação tradutiva em três fases: pré-tradução, tradução e

pós-tradução. Este processo é frequentemente iniciado pelos Gestores de Projetos, que procedem à pré-tradução do documento recebido pelo cliente. No seu contacto inicial com o mesmo, os Gestores de Projetos encarregar-se-iam de fazer uma análise extensa do documento, à vista de compreender a sua tipologia e género textual, o seu número de palavras, a combinação linguística, com a inclusão da variante de cada língua no par linguístico, e a existência, ou falta dela, de glossários e memórias de tradução. Esta fase é indispensável ao projeto de tradução para que seja possível fornecer ao cliente um orçamento e uma data de entrega do produto final, e fornecer ao(s) tradutor(es) toda a informação disponível para que este possa proceder à segunda fase do processo, a da tradução.

Por sua vez, as Gestoras de Projetos da empresa não viabilizavam nenhum destes dados aos seus tradutores, excetuando a combinação linguística, que não abrangia a variante da língua, e tampouco asseguravam ferramentas de apoio à tradução (“*Computer-assisted translation tools*”, ou *CAT tools*) ou softwares especializados, ficando ao cargo do tradutor utilizar os recursos que quisesse e precisasse (na questão da confidencialidade, a utilização de qualquer plataforma, como veremos à frente, teve o explícito acordo consentido da empresa). Ademais, não se encarregavam da formatação de texto e da conversão dos documentos recebidos diretamente do cliente em documentos “editáveis” e prontos a traduzir, tendo os tradutores de fazer a paginação e edição eletrónica dos documentos de tradução e de criar layouts idênticos aos dos documentos originais, tal qual incentivado pelas Gestoras de Projetos. O trabalho de terminologia era, igualmente, da responsabilidade dos tradutores a quem o projeto era atribuído, que, autonomamente, teria de procurar bases de dados terminológicas, textos de comparação e dicionários especializados de forma a encontrar soluções para as problemáticas identificadas. Aquando da conclusão do processo de tradução, os tradutores não recebiam indicações de que o seu texto traduzido seria reencaminhado a um revisor e, portanto, ter-se-iam de certificar que a releitura era feita pelo mesmo, tal como o controlo da qualidade do produto final.

Fruto da comunicação diminuta com as Gestoras de Projetos e do prazo de entrega de traduções ser, geralmente, bastante reduzido, encontrava-me, enquanto tradutora, numa posição única, propícia para desenvolver capacidades de flexibilidade e autogestão. Os estagiários exerciam, simultaneamente, funções de quatro profissionais: tradutor, terminólogo, revisor e editor de paginação eletrónica. O contacto direto ou indireto com

o cliente de forma a tirar quaisquer dúvidas e/ou questões relativas ao projeto era desencorajado, apesar de a comunicação na direção oposta ser uma prática recorrente. A *Word Perfect Translations* não facultava aos seus tradutores um guia de estilo de tradução ou um conjunto de diretrizes sobre normas gramaticais e lexicais e preferências estilísticas e linguísticas da empresa, ficando unicamente ao critério do próprio tradutor.

Porém, a despeito de a metodologia da empresa não ter correspondido às expectativas definidas pelas indicações dadas no plano de estágio e exemplos estudados em contexto acadêmico, a oportunidade de estagiar na *Word Perfect Translations* permitiu que tivesse tido uma visão real e completa do fluxo de trabalho de uma empresa de tradução.

### **1.3.3.1 Tradução**

Os pedidos de tradução eram distribuídos pelas Gestoras de Projetos através do *software* de eleição da empresa, o *Skype*, e eram acompanhados de uma indicação de uma possível data de entrega, que versava três categorias de nível de urgência. A primeira categoria era apelidada “*ASAP*”, que implicava um custo adicional ao cliente e cuja tradução teria de lhe ser entregue, habitualmente, no próprio dia. Estes pedidos de tradução tinham imediata prioridade sob todos os outros, ainda que estes tivessem sido atribuídos anteriormente, precedendo a conclusão de qualquer outro projeto, excetuando serviços de interpretação. As outras duas categorias de urgência divergem num único ponto - no número de palavras do pedido de tradução. Caso se tratasse de um documento de entre uma a três páginas, a tradução teria de ser realizada até 3 dias úteis, por ser considerada de urgência de nível médio e de um esforço presumivelmente menor. Caso se tratasse de um documento maior ou de um conjunto de documentos maior, a data de entrega teria de ser ajustada pelas Gestoras de Projetos quanto ao número de páginas, podendo divergir entre uma semana a um mês; será meritório registar neste ponto que nenhum projeto de tradução que me foi atribuído tinha uma data de entrega que excedesse um mês, por natureza da extensão da maioria dos documentos.

Como foi mencionado no subcapítulo anterior, a entidade de acolhimento não cede aos estagiários ferramentas de apoio à tradução ou *softwares* especializados, e tampouco oferecem formação na área de tradução para os estagiários que não tivessem tido formação e experiência profissional e/ou académica prévia nesta área. Isto traduziu-se na necessidade de recomendar aos meus colegas de trabalho as minhas próprias ferramentas

de eleição, cujo uso para os projetos da empresa foi consentido pelas Gestoras de Projeto, como já vimos. A ferramenta principal que usei enquanto estagiária na *Word Perfect Translations* foi o *Smartcat*<sup>6</sup>, a plataforma de tradução assistida por computador e de mercado freelancer de tradutores. Optei por utilizar esta ferramenta por ser aquela que uso há mais tempo a nível pessoal e académico e com a qual me sinto mais confortável dentro das ferramentas *online* gratuitas. No que diz respeito aos dicionários, o *Priberam* e o *Cambridge Dictionary* foram os que mais vezes consultei, tal como os serviços do *Linguee* e do *DeepL*. Quanto a bases de dados terminológicas, recorria regularmente à *Inter-Active Terminology for Europe* (IATE) e aos portais terminológicos da *Microsoft* e do *Proz.com* durante o processo de tradução e releitura.

Por não fazer uso de muitas das ferramentas de apoio à tradução exploradas durante as unidades curriculares do mestrado de Tradução e Interpretação Especializadas, com a exceção de uma única, utilizada autonomamente, não será possível realizar uma análise extensiva aos benefícios e à importância das mesmas no trabalho praticado durante o estágio e no contexto da *Word Perfect Translations*. Tampouco será relevante neste relatório fazer uma comparação entre a aplicação profissional vs aplicação académica das ferramentas de tradução. Não tendo compreendido uma parte fundamental do estágio, uma análise diferente proveniente do trabalho efetuado no estágio curricular será feita no capítulo III, onde explanarei as temáticas da tipologia textual e dos pares linguísticos das traduções realizadas no período em questão, que incluirá, também, um levantamento de dados em formato de tabela.

Quanto a outros materiais utilizados para a produção de traduções, criei ficheiros separados com termos técnicos, e respetivas traduções, recorrentes de cada documento modelo para consultar, como se se tratasse de um glossário, de modo a agilizar e facilitar o processo de redação dos textos de chegada. Socorri-me, igualmente, de textos comparáveis<sup>7</sup> brasileiros e, em alguns casos, procurei a proficiência de colegas de nacionalidade brasileira. Aqui, as consultas de termos especializados no *Priberam* foram particularmente úteis nas traduções para português (Brasil) e na adaptação intralinguística

---

<sup>6</sup> Smartcat (s. d.). Translation & Localization Platform. <https://www.smartcat.com/>

<sup>7</sup> Andrade et al (2006) consideram textos comparáveis os “textos representativos em pares ou em múltiplas línguas que podem ser contrastadas e comparadas por se tratar de assuntos ou domínio com características comuns.”

de português (Portugal) para português (Brasil), por assinalarem, em algumas das entradas do *website*, as distinções entre termos de Portugal e do Brasil.

A nível do controlo da qualidade dos projetos de tradução realizados a *Word Perfect Translations*, não é possível elaborar uma reflexão que não seja unicamente uma autoavaliação neste relatório de estágio, dada a ausência de mecanismos de acompanhamento da parte das Gestoras de Projetos, como mencionado anteriormente.

#### **1.3.3.2 Revisão**

A *Word Perfect Translations* não tem por norma fazer a revisão interna de documentos traduzidos pelos seus tradutores e estagiários. Podendo ser considerada uma etapa essencial do processo de tradução por Gouadec (2007), especialmente entre pares, a revisão é, portanto, uma prática comum dentro de algumas empresas de tradução e de serviços linguísticos. De modo a garantir a qualidade da tradução, o Gestor de Projetos geralmente atribui a revisão do documento traduzido submetido pelo(s) tradutor(es) a um revisor, que, por sua vez, fará as necessárias alterações ao texto de chegada, antes que a sua versão final seja enviada ao cliente. Excetuando episódios extraordinários, esta fase era por regra omitida pelas Gestoras de Projetos da entidade de acolhimento na delegação de funções nos projetos de tradução.

No mês de abril, com a chegada de outra estagiária portuguesa à *Word Perfect Translations*, foi apresentada às Gestoras de Projetos uma proposta de revisão entre pares. Tanto por não considerarem esta atividade uma mais-valia como tanto por falta de disponibilidade das duas estagiárias, esta proposta de revisão só correu parcialmente durante o início do mês, sendo abandonada por completo poucas semanas depois. Salvo as revisões efetuadas no decorrer deste período, as únicas revisões que me foram pedidas para serem feitas tratavam-se de casos em que as traduções já enviadas aos clientes tinham recebido uma extensa lista de comentários por parte dos mesmos e seria preciso fazer uma revisão profunda e um número significativo de retificações em grande parte do texto de chegada.

#### **1.3.4 Interpretação**

Os pedidos de interpretação eram comunicados pelas Gestoras de Projetos dos escritórios de Dublin e do de Limerick, escritório responsável pela gestão dos serviços de interpretação, através do *Skype* ou presencialmente. Todas as interpretações que me foram

atribuídas eram interpretações de acompanhamento *in-situ*. Ainda que a *Word Perfect Translations* ofereça serviços de interpretação por telefone e de conferência, entre outros, não fui pessoalmente chamada para realizar nenhum destes enquanto estagiária. Não obstante, pude presenciar a intervenção de algumas das minhas colegas de estágio enquanto intérpretes destes serviços e de conversar com elas sobre as suas experiências, que foram esclarecedoras sobre as metodologias utilizadas pela empresa nesta área de atuação. Conforme mencionado anteriormente, a empresa possui acordos com diversos hospitais públicos e privados e centros de saúde no país para assegurar a prestação de serviços de interpretação aos seus pacientes e respetivos acompanhantes. Consequentemente, verificava-se que a maioria do volume de pedidos que a empresa recebia eram de interpretações médicas, que, por si, se traduziu na vasta maioria das minhas interpretações serem, igualmente, no contexto médico.

O processo de atribuição da interpretação tanto podia ser feito com dias de antecedência como com minutos de antecedência, tendo chegado a receber vários pedidos para me deslocar a um hospital assim que pudesse, passando já da hora de início da consulta. Estes episódios sucediam devido aos estagiários da empresa apenas serem chamados para fazer uma interpretação caso houvesse indisponibilidade dos intérpretes *freelancers*. Em certos casos, estes intérpretes só comunicavam a sua ausência no próprio dia ou exatamente à última hora, devido a imprevistos pessoais ou profissionais, sendo justificável a substituição expedita. Quer o pedido tenha sido feito em cima da hora, quer tenha sido feito com um tempo adequado de antecedência, não recebia, por norma, dados sobre a interpretação para além de informações básicas. Como vimos anteriormente, as informações pedidas aos clientes de serviços de interpretação eram as mesmas que o intérprete recebia, sendo elas: a data (dia e hora) e língua da interpretação, o nome do cliente (incluindo o departamento onde a interpretação iria ter lugar, caso se tratasse de um hospital ou de um centro de saúde) e o nome e contacto do autor do pedido. Por vezes, era possível discernir e prever o conteúdo da conversa da consulta pela indicação do departamento onde a mesma iria ocorrer e fazer uma preparação terminológica da temática, se bem que limitada, durante a deslocação.

As problemáticas linguísticas encontradas durante o processo de interpretação serão exploradas no capítulo III deste relatório de estágio. Um enquadramento teórico será, igualmente, elaborado no capítulo II, que explanará conceitos encontrados durante a prática da interpretação como a mediação emocional, entre outras temáticas que

enquadram a experiência vivenciada durante o estágio e são alvo de reflexão teórica *a posteriori*.

Todas as interpretações ocorreram na cidade de Dublin, incluindo a sua periferia, com a exceção de uma interpretação, que foi realizada na cidade de Navan, a aproximadamente cinquenta quilómetros da capital. Os custos das deslocações para e de os locais da interpretação eram reembolsados pela *Word Perfect Translations* aquando do retorno ao escritório, altura em que também teria de entregar uma folha de presenças do intérprete assinada por mim e por um representante do cliente (podendo ser um médico/enfermeiro ou um funcionário da instituição) que confirmasse a realização da interpretação.

Tal como se verificava na gestão de estagiários e nas traduções aprovadas pela entidade de acolhimento, também nos serviços de interpretação se observava uma ausência de controlo de qualidade. Tanto quanto é da minha experiência pessoal dentro da empresa, como daquilo que foi relatado pelo jornal *Dublin Inquirer* em 2021 (Malekmian, 2021), não é possível confirmar a existência de testes de confirmação de proficiência linguística especializada, de avaliação da qualidade do contratado enquanto intérprete e da oferta pela empresa de formação aos seus intérpretes na *Word Perfect Translations*. Da minha parte, enquanto estagiária, não me foi concedida formação especializada pela empresa na área da interpretação no contexto médico e não fui inquirida sobre se tinha formação académica ou experiência profissional prévia na mesma antes de me terem atribuído a minha primeira interpretação.

A partir da imersão completa nesta experiência profissional, tornou-se evidente o impacto significativo das experiências vivenciadas durante o estágio curricular para a minha formação académica e desenvolvimento pessoal. Ao longo deste capítulo analisaram-se as competências adquiridas e os desafios enfrentados face as condições oferecidas pela *Word Perfect Translations*, que fortaleceram não só os conhecimentos teórico-práticos, mas também a capacidade de adaptação e resolução de problemas. Este estágio proporcionou um espaço enriquecedor para ter uma visão direta e mais abrangente do funcionamento de uma empresa de serviços linguísticos.

## **CAPÍTULO II – O ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

## **2 O Enquadramento Teórico**

Neste capítulo serão explorados conceitos e fundamentos teóricos na área da tradução e da interpretação, de maneira a contextualizar duas das funções desempenhadas no âmbito do estágio curricular e optando-se, assim, por encadear diretamente este enquadramento às questões levantadas no subcapítulo 1.3. As Funções Desempenhadas.

Mais especificamente, propõe-se que nesta revisão de literatura sejam realizadas abordagens aos estudos da tradução de documentos oficiais e da interpretação consecutiva, da interpretação de comunidade e da interpretação médica. Face à unicidade da inclusão da variedade linguística brasileira da língua portuguesa indissociável à prática destas áreas de estudos, esta análise foi elaborada dentro do contexto de uma análise intralinguística.

### **2.1 Os Estudos da Tradução de Documentos Oficiais**

A análise preliminar feita à especialização da tradução de documentos oficiais no capítulo anterior, que demarca esta área de estudos pela pequena dimensão dos seus textos e pela linguagem técnico-científica de natureza legal, cria as condições para uma reflexão mais detalhada e completa neste capítulo, ainda que singularizada ao contexto deste relatório de estágio. As exigências do estágio curricular para um tradutor, como a necessidade de aprofundar os seus conhecimentos na área específica de atuação presente no estágio, de desenvolver um compêndio de estratégias especializadas e fazer uso frequente de textos legais comparáveis, estão diretamente alinhadas com esta abordagem investigativa. De forma a compreender o que a caracteriza, investigar-se-á a tradução de documentos oficiais através da literatura existente no que diz respeito à identificação dos seus traços gerais e especializados, nomeadamente dentro do contexto português, irlandês e brasileiro. À vista desta análise, serão feitas observações sobre o perfil do profissional desta área, das suas competências, dos desafios enfrentados e das questões comumente levantadas.

A prática da tradução de documentos oficiais, ou tradução de documentação, termos aqui usados indistintamente, é, ainda, por muitos autores, difícil de categorizar dentro da miríade de especializações da área da Tradução. O seu conceito surge algumas vezes paralelamente ao conceito da tradução jurídica, muitas vezes dentro da categoria da tradução técnica e especializada, e quase sempre como sinónimo dos conceitos de

tradução autenticada e tradução (a)juramentada<sup>8</sup>. Não obstante, a tradução jurídica, ou seja, a tradução de textos de carácter legal e jurídico, não deve ser confundida com a tradução de documentos oficiais. Mayoral (2003) e Byrne (2012) admitem que ainda que possa haver uma sobreposição entre os dois domínios, dado ao facto de ambos lidarem com terminologias e fraseologias legais, a tradução de documentação deve ser considerada à parte desta. Já nos conceitos de tradução autenticada e tradução ajuramentada, apesar de documentos oficiais requererem certificação e autenticação por entidades oficiais na sua tradução, nem sempre exigem a presença de um tradutor ajuramentado, como veremos mais adiante.

A falta de consenso sobre que documentos estão sujeitos à influência da tradução jurídica e à tradução de documentação dificulta a tarefa de divorciar os estudos dos dois domínios e de encontrar uma definição de tradução de documentos oficiais que a distancie das demais, especialmente, quando, durante tanto tempo, tinham o mesmo significado. Se por um lado Mayoral (2003) sugere que elementos textuais como certidões de nascimento e de casamento, documentos académicos e escolares, e testamentos, entre outros, estejam ao abrigo da tradução de documentação e da análise que um tradutor de documentos oficiais faz das suas características singulares, Cao (2010a) dissente. Esta autora classifica os mesmos tipos de documentos quanto ao critério do assunto do texto de partida, colocando-os dentro da categoria de tradução de documentos jurídicos privados (Cao, 2010a), e quanto à condição imposta pelos textos de partida, como documentos de tradução jurídica não vinculativa, (Cao, 2007a, as cited in Cao, 2010a). Mayoral (2003) contesta o método usado por Cao no que diz respeito a esta categorização, argumentando que: “Any type of text can be the object of official translation, since any activity or information may be the subject matter or one of the elements of a claim, a suit, a report, a contract, or any other legal act.” (Mayoral, 2003, p. 37). De acordo com este autor, apesar das dificuldades existentes em se encontrar uma definição para esta atividade, a tradução de documentos oficiais pode ser “(...) broadly defined as translations that meet the requirements to serve as legally valid instruments in a target country.” (Mayoral, 2003, p. 11).

O facto deste exemplário coincidir com os documentos traduzidos durante o estágio curricular e desta descrição consolidar a parecença das características identificadas com

---

<sup>8</sup> O termo “ajuramentado(a)” é utilizado na variante europeia da língua portuguesa, enquanto o termo “juramentado(a)” aparece no léxico da variante brasileira da língua portuguesa.

as encontradas no volume de trabalho obriga a que se fixe a tradução destes textos sob a revisão de literatura da tradução de documentos oficiais. Uma discussão das estratégias propostas auxilia a consolidação desta abordagem condizente a este relatório.

Para a tradução deste tipo de documentos não só é necessário prestar atenção às características distintas apresentadas pela área específica, como também às especialidades da tradução técnica<sup>9</sup>. As exigências impostas pela tradução técnica carecem de um conhecimento aprofundado das características textuais do tradutor especialista desta área (Gouadec, 2007), da sua capacidade em reproduzir informação técnica e especializada claramente e eficazmente (Byrne, 2012), e da destreza do tradutor em aceder a informação técnica, entrando em contacto com profissionais especialistas (Mayoral, 2003). Além disso, Mayoral (2003) alude a complexidades presentes no processo da tradução de documentação que fazem com que vá para além do conceito simplista de tradução como o conhecemos, ou seja, da transmissão de uma mensagem de uma língua para outra. O autor dá os exemplos da dissemelhança entre os destinatários do texto de partida e dos do texto de chegada, e da ausência de um formulário ou modelo em branco<sup>10</sup> a ser preenchido noutras áreas da tradução (Mayoral, 2003) como principais diferenças entre a tradução de documentos oficiais e a tradução geral.

Como se verificou anteriormente, e conforme veremos mais adiante nos casos práticos, os documentos modelo estiveram abundantemente presentes no trabalho realizado no estágio curricular. Dada a necessidade de suprir o tempo despendido em projetos de tradução com estas semelhanças textuais e a dispensabilidade de repetir o mesmo processo frequentemente, o tradutor passou a adotar uma nova estratégia. A criação de um único documento que pudesse ser “reutilizado” em todos os pedidos de tradução com este modelo permite não só auxiliar o tradutor no seu processo, como também certificar que o propósito do texto de partida do documento oficial está a ser cumprido e a espelhar Mayoral (2003). Este autor aponta para uma nova tendência presente em alguns países em simplificar a função comunicativa dos seus documentos oficiais originais, que visam ser acessíveis tanto para especialistas como para qualquer indivíduo que seja uma das partes interessadas no preenchimento do formulário (Mayoral, 2003). Ora, tendo o ato comunicativo no texto de partida um propósito específico e traços

---

<sup>9</sup> Aguado & Álvarez de Mon y Rego (2004) definem este conceito como “the process of translating those texts belonging to what are called specialized languages and is usually classified along with other varieties such as legal translation, scientific translation or the translation of medical texts” (pp. 358-359).

<sup>10</sup> Estes tipos de documentos serão doravante referidos como “documentos modelo”.

estilísticos definidos, os mesmos deverão ser mantidos no texto de chegada, ainda que o seu recipiente, ou seja, as instituições da administração pública, não seja o mesmo. Mayoral (2003) não abandona a ideia de descomplicar o texto de chegada, sugerindo a uniformização do estilo, a supressão de elementos coloquiais, a adaptação aos requisitos, normas e convenções impostos por documentos administrativos, e a omissão de informações de “baixo risco” (Pym, 1996, as cited in Mayoral, 2003). Mayoral (2003) refere, como exemplo de informações de “baixo risco”, quando falamos de tradução de documentação, o nome de uma parteira numa certidão de nascimento, expressando ser um dado de menor importância do que o nome da criança, dos pais, ou da data de nascimento e, portanto, podendo ser omitido sem que a tradução da informação relevante seja comprometida.

Neste sentido, perguntámos: como e quando é que se decide que informações não devem ser transpostas para o texto de chegada? E se se considerar o mesmo trecho de informação relevante numa situação, mas noutra não?

De acordo com Mayoral (2003), o tradutor, que já sabe por instinto e por experiência profissional que informação é supérflua, encontrará a melhor estratégia dependendo do seu contexto, sendo que não é possível oferecer soluções universais nos contornos de todos os problemas da tradução de documentos oficiais.

A tradução de documentação não é estática e a questão torna-se ainda mais pertinente quando falamos da tradução de um documento modelo, particularmente quando este é regularmente utilizado em novos projetos e em novos contextos. Nesta área de atuação, o objetivo não passa por elaborar o mesmo texto de chegada a partir do mesmo texto de partida, mas versões diferentes no seu contexto próprio adequado ao conjunto de informações disponibilizadas, como expõe Mayoral (2003). O mesmo autor afirma que tornar-se-ia suspeito se um tradutor fizesse duas interpretações textuais iguais em circunstâncias e alturas diferentes (Mayoral, 2003), podendo ser arguido que, encontrando-se em condições dissemelhantes perante dois textos iguais, o tradutor será obrigado a alterar naturalmente o seu processo de tradução. Ora, depreende-se, ainda, que o tradutor estará mais habilitado face à temática e à terminologia em apreço meses após a primeira tradução de um documento oficial; sendo, igualmente, capaz de versá-la sobre novos pontos de vista, e de ter acesso aos comentários dos clientes prévios e as suas observações quanto ao trabalho realizado. Quer seja por mão própria ou devido a fatores externos, esta nova abordagem, que recaí no facto de o tradutor ter, conseqüentemente,

mais conhecimento adquirido, faz com que se gere resultados diferentes a partir do mesmo documento, sem que isso ponha em causa o profissionalismo do tradutor e se aponte para a sua primeira abordagem como um erro. Este parecer coadjuva com Harvey (2002), que diz que o tradutor terá de implementar uma combinação de rotinas antigas e desafios novos em cada nova tarefa de tradução, que, ademais, estará dependente da experiência do próprio e da natureza do projeto em mãos. Segundo Mayoral (2003), o objetivo do tradutor deve ser o de traduzir cada vez melhor, e não sempre da mesma maneira, sendo essa a principal abordagem à prática da tradução de documentação adotada no contexto deste relatório.

### **2.1.1 A Tradução de Documentos Oficiais nos Contextos da República da Irlanda, de Portugal e do Brasil**

No que diz respeito ao processo de autenticação ou certificação, termos aqui usados indistintamente para evitar confusões inter- e intralinguísticas, de traduções de documentos oficiais, estão implicadas as considerações a ter com alguns aspetos divergentes da figura do tradutor ajuramentado, contextualizados sobre as jurisdições portuguesa, irlandesa e brasileira. De acordo com Mayoral (2003), uma vez que as traduções oficiais devem, por lei, ser acompanhadas de uma declaração que certifique a sua fidelidade<sup>11</sup> ao texto original, o tradutor torna-se, portanto, um “*public authenticator*” (autenticador público) do conteúdo do documento traduzido. Contudo, sabemos que nem em todos os países a figura deste autenticador, que assume a responsabilidade de garantir que a declaração é legítima sob escrutínio de entidades públicas ou privadas, equivale à do tradutor, dado o facto da figura do tradutor ajuramentado não ser universalmente reconhecida e unanimemente legalizada. O conceito de tradução ajuramentada destoa de jurisdição para jurisdição e o seu estudo terá de ser submetido às particulares de cada uma.

Apesar de existir “em várias jurisdições física ou culturalmente próximas de Portugal (no Brasil e em Espanha, por exemplo)”, a figura do tradutor ajuramentado não existe em território português (Neves, 2020, p. 28), e cabe a um número restrito de entidades jurídicas a certificação de uma tradução de um documento. Como disposto no

---

<sup>11</sup> Mayoral refere que o conceito de “fidelidade” usado no seu artigo foi retirado da teoria do funcionalismo de Nord, que define-o como “a concept that usually refers to a linguistic or stylistic similarity between the source and the target texts, regardless of the communicative intents and/or expectations involved” (2006).

artigo 44.º d'O Código de Notariado (Portugal, 2022), a incumbência da sua autenticação terá de ser entregue a um dos seguintes:

(...) por notário português, pelo consulado português no país onde o documento foi passado, pelo consulado desse país em Portugal ou, ainda, por tradutor idóneo que, sob juramento ou compromisso de honra, afirme, perante o notário, ser fiel a tradução.

Neste sentido, o artigo 4.º d'O Código de Notariado (Portugal, 2022) explicita que também é da competência do notário “certificar, ou fazer e certificar, traduções de documentos”. Pode ser argumentado que a ausência da figura do tradutor ajuramentado em Portugal representa uma lacuna na valorização da atividade do tradutor, visto que aquilo que é unicamente certificado através da declaração notarial é a identidade do tradutor que procura este serviço, e não a veracidade do conteúdo da sua tradução. A situação portuguesa também implica que tradutores com pouca experiência incorram “em perigo”, por não haver a obrigatoriedade de um tradutor profissional ter passado por um processo de preparação das melhores abordagens e procedimentos do processo tradutivo ou ter sido submetido a testes sobre as suas competências de tradução (Neves, 2020). Dado o facto da certificação de uma tradução estar nas mãos de um profissional sem formação na área, que não será capaz de jurar a fidelidade do conteúdo do documento traduzido comparativamente com o original, acresce-se um nível de risco que o tradutor terá de tomar, à luz da jurisdição portuguesa (Neves, 2020).

Quando contemplamos a jurisdição irlandesa também verificamos que o foco da certificação são as traduções e não os tradutores, como afirma Stejskal (2002), ainda que existam exceções. Embora o governo irlandês não estabeleça diretrizes oficiais sobre como uma tradução deve ser certificada, disponibiliza quem é que a pode certificar, designando certas instituições, entidades e indivíduos para a autenticação de documentos traduzidos. Estão qualificados para fazer traduções autenticadas de documentos emitidos no estrangeiro a serem utilizados para fins oficiais na República da Irlanda tradutores ou empresas de tradução com reputação profissional estabelecidas e fortes relações com organismos públicos. Ora, no que diz respeito à certificação de traduções, apesar de não estar discriminado no *website* do *Immigration Service Delivery*<sup>12</sup>, também é fundamental referenciar uma situação excecional. Esta diz respeito à acessibilidade da licença de certificação de traduções para tradutores profissionais na República da Irlanda, que é

---

<sup>12</sup> Serviços de imigração irlandeses sob a tutela do Departamento de Justiça do governo irlandês

vetada a qualquer profissional que não faça parte da categoria mais elevada de sócios da *Irish Translators' and Interpreters' Association (ITIA)*<sup>13</sup>, e que tenha passado o exame de competências de tradução introduzido em 2006 pela mesma (*Irish Translators' and Interpreters' Association, s.d.*), após ter-se verificado a inexistência de regulamentação e de sistemas de qualificação de tradutores a nível governamental. Por outro lado, quando nos referimos a traduções a serem utilizadas em embaixadas sediadas na Irlanda ou no estrangeiro, será necessário que o documento original seja acompanhado de uma apostila (*Translayte, s.d.*) e que ambos os documentos, em conjunto com as respetivas traduções, sejam autenticados por um dos seguintes profissionais: “*Solicitor, Notary Public, Commissioner of Oaths and Peace Commissioner*” (*Immigration Service Delivery, s. d.*). Este enquadramento em particular foi incluído nesta secção do relatório do estágio para justificar as traduções de documentos oficiais realizados no estágio curricular sob a tutela da *Word Perfect Translations*, uma das empresas acreditadas pelo Estado irlandês.

Ao contrário dos casos analisados, a jurisdição brasileira inclui a figura do tradutor juramentado, cuja nomenclatura oficial no Brasil é atualmente “Tradutor e Intérprete Público”. Estabelecida em 1943 através do decreto presidencial n.º 13.609/43 como “Tradutor Público e Intérprete Comercial”, esta profissão é regulamentada pelo governo brasileiro, que publica constantes mudanças às regras referentes à atuação de tradutores e intérpretes no território brasileiro (Matos & Paixão, 2011), e visa estipular um padrão de conduta de tradutores e intérpretes e garantir um nível de qualidade nas traduções certificadas produzidas nacionalmente. Matos & Paixão (2011) também explanam:

Em conformidade com a legislação vigente, segundo a Associação Profissional de Tradutores e Intérpretes Juramentados do Estado do Rio de Janeiro, desde o decreto de n.º 13.609/43, incluindo o Código Comercial, o Código de Processo Civil, o Código Penal e a Lei de n.º 8934/94 (Lei do Registro Público das Empresas Mercantis), somente os tradutores públicos e intérpretes comerciais juramentados, devidamente matriculados na Junta Comercial, têm a atribuição legal de efetuar traduções juramentadas, sob sua responsabilidade pessoal, dotadas de direito público no território brasileiro. (p. 6)

Para exercer a profissão de Tradutor e Intérprete Público com fé pública, ou seja, para ser um profissional habilitado a produzir traduções certificadas com reconhecimento legal, é necessário que este cumpra os requisitos definidos na Lei 14.195/2021 e na IN

---

<sup>13</sup> De acordo com o website da própria (s.d.), a ITIA é a única associação profissional que representa os interesses dos tradutores e intérpretes na República da Irlanda.

DREI 52/2022. O seu acesso a esta habilitação está sujeito à aprovação do candidato num concurso público e nacional específico e à demonstração das competências necessárias exigidas para exercer as atividades descritas por lei para esta profissão.

A regulamentação legal da profissão do tradutor ajuramentado tem sido um objeto de debates nas últimas décadas. No que diz respeito ao caso português, Neves (2020, p. 35) argumenta que “a sua realização de forma segura e informada não só diminui o risco pessoal do tradutor, como contribui para um maior prestígio da profissão.”, equiparando, desta forma, a valorização da figura do tradutor ajuramentado a uma uniformização das condições desta atividade e apelando a uma “padronização de procedimentos”. Contudo, como vemos em jurisdições onde esta figura já existe, o seu alcance é restringido pelo facto de ser a única ocupação regulamentada no país dentro da área da tradução e interpretação, e de, segundo Stupiello (2014, p. 23), não abranger “as inúmeras particularidades envolvidas na prática”, estando dependente das conjunturas das jurisdições de cada país e tornar-se, na sua generalidade, uma figura disputável.

### **2.1.2 As Especialidades da Tradução de Documentos Oficiais**

Embora o tradutor de outra especialização encontre os mesmos inúmeros e recorrentes problemas no processo de tradução que um tradutor de documentação, é necessário identificar as especialidades da tradução de documentação que divergem das restantes.

A questão da literalidade na tradução não é recente e muito menos exclusiva à tradução de documentos oficiais, mas o seu enquadramento distingue-se dos outros, dado o seu encadeamento com conceitos como o da fidelidade.

Mayoral (2003) descreve o papel do tradutor de documentação à luz das exigências que lhe são feitas simultaneamente de dois lados. O primeiro, do cliente, que pode ou não ser a pessoa a quem o documento se refere (ou ter uma relação próxima com essa pessoa), que tem interesses próprios e procura transcrevê-los na tradução apresentada às autoridades, mesmo que isso não seja um reflexo da verdade. E o segundo lado, do destinatário do documento, geralmente representado por entidades públicas que, por exemplo, precisam de confirmar a identidade de um imigrante ou a empregabilidade de um candidato, e que geralmente reivindica o maior nível de literalidade na tradução. O paralelismo entre estas duas dinâmicas é algo que o tradutor de documentos oficiais tem de conciliar, em conjunto com as exigências contraditórias já mencionadas, que passam

pela conjugação de “fidelity, literalism, transparency, plausibility, identification, good style (clarity, fluency, adequate and coherent terminology and phraseology, etc.).” (Mayoral, 2003, p. 13).

Há um nível de imparcialidade que o tradutor deve manter na tradução de documentos oficiais, que também pode resultar do contacto direto com clientes e, segundo Mayoral (2003), ser influenciado pelas imposições das condições de clientes que podem, até, fazer pedidos que levantam suspeitas de falsificação. Citando caso análogo da prática desta tipologia textual no decorrer do estágio curricular, pode acontecer que estas imposições se traduzam em situações que coloquem o tradutor na posição ingrata de ter de fazer correções à sua tradução com as quais não concorde. Nesta situação exemplar, sob o pretexto de que o tradutor teria cometido um erro linguístico, o cliente aborda o Gestor de Projetos com *feedback* sobre a tradução da nomenclatura do cargo anterior do cliente, expressando o seu desagrado com o termo selecionado, apesar de lhe ter sido enviada uma justificação, com diversas referências bibliográficas, do porquê de se considerar a equivalência mais próxima. Um tradutor suspeitaria desta correção infundada, podendo supor, hipoteticamente falando, que seria um embelezamento da realidade e da importância do cargo anterior do próprio. Contudo, sem a confirmação do cliente, é farrucoso fazer juízos de valor em situações únicas. Ainda que Mayoral (2020) diga que a ação de instituir por força soluções favoráveis deve ser rejeitada pelo tradutor, pode, igualmente, ser da opinião do Gestor de Projetos que fosse a melhor opção fazê-lo, e prosseguir à alteração do termo consoante a vontade do cliente, estando outros fatores envolvidos nesta decisão, como a reputação da empresa e a lealdade do cliente.

Ora, as estratégias utilizadas pelo tradutor têm de passar não só pelo contorno das dificuldades tipicamente associadas à produção de traduções, como, por exemplo, questões linguísticas, culturais ou terminológicas, que serão analisadas nos seguintes parágrafos, mas também pela gestão de expectativas e resolução de problemáticas que advêm da comunicação entre tradutor e cliente(s).

Como reparamos anteriormente, algumas das características distintivas da tradução de documentos oficiais, confirmadas no decorrer do estágio curricular, são a curta dimensão dos textos e o carácter repetitivo da terminologia. Estas qualidades distintivas levam a que o tradutor, na sua generalidade, suprima a necessidade de recorrer a ferramentas de apoio à tradução em todos os projetos e à decisão de investir, como substituto, na criação de glossários e de folhas de apoio com informação adicional para

consulta recorrente sobre diversas temáticas integrantes. Na elaboração de *templates* de certos documentos modelo, estratégia adotada no estágio curricular, como vimos previamente, atentaram-se dificuldades que não se referem apenas ao conteúdo do que está escrito, mas também ao texto na sua totalidade. A reutilização do mesmo documento adiantou também problemas de formatação, de estilo e de espaço, do manuseamento de caixas de texto com caracteres limitados, da descrição de todos os logótipos, selos, carimbos, assinaturas, e demais, (transpostos para o texto de partida em parêntesis retos, de acordo com Mayoral [2003]), e de possíveis notas adicionais do tradutor.

Na tradução de documentos oficiais, o exercício da releitura torna-se imprescindível, particularmente no que diz respeito à transferência de certas informações que frequentemente induz o tradutor em erro, como nomes, datas, códigos e outros dados numéricos, e elementos textuais que se encontram manuscritos, e, portanto, por vezes ilegíveis. Para as dificuldades acima enumeradas, e para aquelas que serão analisadas nos próximos subcapítulos, foram encontradas as estratégias que se adequaram melhor às especificidades e exigências de cada situação, nunca havendo uma solução única facilmente aplicável a todos os projetos. Mayoral (2003) associa o processo da tradução a um ato comunicativo e criativo, cujos dilemas únicos não podem ser resolvidos apenas com uma comparação entre duas línguas. A procura por estratégias não deverá culminar em conclusões uniformes a todos os problemas encontrados, mas no acesso de um compêndio de variadas possibilidades de soluções sujeitas a adaptações e a critérios próprios de cada tradutor, que advêm da experiência que adquiriu com a prática da sua profissão (Mayoral, 2003).

### **2.1.3 As Diferenças entre o Português Europeu e o Português do Brasil na Tradução de Documentação**

Como foi indicado anteriormente, e como será explorado mais detalhadamente no capítulo III, mais de metade dos projetos realizados no âmbito do estágio curricular continham a variante português do Brasil, tanto como língua de partida como de chegada. À procura de perceber as especificidades da variante da língua portuguesa do Brasil no contexto dos documentos oficiais e de aprender a adaptar intralinguisticamente as traduções, um tradutor não nativo desta variante tem de se auxiliar de um conjunto de recursos para desenraizar a parte do seu trabalho que é mais natural, a de traduzir para a variante materna.

Os textos de partida traduzidos no estágio curricular correspondiam a certidões de nascimento, de casamento e de óbito, currículos e certificados de formação profissional, registos criminais, diplomas académicos e históricos escolares e universitários, entre outros. Sendo a sua tradução para inglês muito procurada na República da Irlanda, podemos admitir a hipótese de existir uma grande procura por tradução de documentos com uma finalidade partilhada, a da apresentação de documentos para efeitos de imigração, fenómeno a que já tínhamos aludido no primeiro capítulo. Estes documentos oficiais têm, geralmente, propósitos diversos específicos, como a entrada, a residência e a procura por trabalho ou formação escolar e académica, entre outros assuntos. Porém, em muitos casos, apresentam um leque terminológico comum, típico de documentos de identificação pessoal. Ao invés de se optar por uma abordagem na senda da literalidade para esta tipologia de documentos, dada a utilidade e tipologia dos textos identificados, a sua produção de traduções tende a refletir uma aproximação mais íntima à língua e à cultura de partida, dado o facto de carregarem aspetos característicos de natureza institucional e/ou jurídica (Aubert, 2005). Não é viável, desse modo, na atividade da tradução de documentos oficiais, extrair significado de um texto e fazer uma cópia fiel da sua mensagem sem atentar as suas qualidades etnográficas, dado o facto de, segundo Manole (2013), haver países que se expressam culturalmente através da sua língua, e, portanto, através dos documentos que produzem.

Torna-se, logo, forçoso que, neste caso específico, o tradutor demonstre não só proficiência linguística em português brasileiro a nível lexical, gráfico, sintático e pragmático, mas também a capacidade de produzir textos de chegada que sejam reproduções de aspetos culturais, sociopolíticos e geográficos do Brasil. O domínio linguístico de uma língua não pode ser considerado na mesma veia que o domínio de todas as suas variantes linguísticas. Dado o facto de existirem particularidades que podem divergir de país para país, ainda que estes partilhem a mesma língua, importa para o tradutor de documentos oficiais atentar a assuntos diversos integrantes da cultura e variante linguística de partida/chegada, como, por exemplo, a divisão administrativa e o sistema jurídico desse país.

Um tradutor de nacionalidade portuguesa, seja qual for o seu contacto profissional prévio com o português do Brasil, terá de fazer certas reflexões quanto às suas competências antes de aceitar traduzir de e para uma variedade linguística não nativa. Quando deparado com esta questão, terá de se questionar sobre o seguinte: estarei

familiarizado com os termos da comunicação técnica do Brasil do mesmo modo que estou com os da minha variante nativa? Saberei identificar onde é que divergem as duas variedades linguísticas na procura por equivalências? Que estratégias deverei adotar como resposta a estas questões e às dificuldades encontradas?

Para traduzir de e para uma variante linguística não nativa, o tradutor terá de reconhecer traços identificativos da comunicação escrita da língua em apreço, como, por exemplo, determinadas fraseologias, e de contornar possíveis “armadilhas” intralinguísticas - termos que não existem, que têm outro significado ou que são empregues num contexto diferente na variedade materna. Dentro do desenho dos tópicos abordados neste relatório, olhamos para a questão da tradução de documentos oficiais em conjunto com a questão da variedade linguística de português do Brasil, sendo impossível separar uma da outra. Quando se refere ao conjunto de investigações que levou a cabo sobre diplomas académicos, Aubert (2005) sugere um tipo de abordagem específica à tradução dos mesmos, versando sobre a matéria da tradução de fraseologismos, recorrentemente presentes em documentos oficiais, que reflete a tradução do documento como um todo. Segundo este autor: “A natureza dos textos comumente submetidos a esse tipo de tradução tende a exigir uma abordagem comunicativa, substituindo os ‘modos de dizer’ do original pelos ‘modos de dizer’ correntes na comunidade de chegada.” (Aubert, 2005, p. 247). Em contraposição com outros “elementos textuais mais ‘neutros’” (Aubert, 2005, p. 249), fraseologismos são, usualmente, indícios de marcas culturais demarcadas que verteram para documentos oficiais de um país e que desafiam os critérios utilizados pelo tradutor na sua atividade (se é prioritária uma substituição direta dos termos/expressões ou uma adaptação linguística, ou ambos, ou nenhum), e cuja procura por equivalentes pode ser simplificada pelo facto de, em alguns casos, já existirem correspondentes diretos na cultura de chegada (Aubert, 2005).

No decorrer do exercício da tradução de e para português do Brasil, a pesquisa por estratégias que esclarecessem as dúvidas e solucionassem as dificuldades encontradas poderá passar, como mencionado no capítulo anterior, pela leitura e análise de textos comparáveis, pelo recurso a bases de dados terminológicas e pela procura singular de informações relevantes em *websites* brasileiros. No âmbito da abordagem comunicativa, poderão ser estudados aspetos da cultura brasileira que complementem o conteúdo informativo, ou seja, os dados pessoais (por exemplo, nomes e idades), dos documentos de identificação a serem traduzidos, como a divisão administrativa e o sistema jurídico,

criando e fazendo uso de glossários especializados próprios. No que diz respeito às equivalências terminológicas, como sugere Aubert (2005), será viável optar por evitar, sempre que possível, estranhamentos culturais no texto de chegada e de encontrar correspondências funcionais dos itens lexicais especializados do documento oficial do país de partida, procurando uma certa sinonímia funcional sem que se comprometessem as marcas culturais do documento original.

A perspectiva explorada neste subcapítulo é restringida à prática das funções desempenhadas no estágio curricular; ou seja, dado o facto de não se ter realizado traduções intralinguísticas de documentos oficiais (de português europeu para português brasileiro, ou vice-versa) e de nunca ter utilizado o português europeu como “intermediário” nas traduções realizadas (por esse motivo, não se entende acrescentar estes estudos à sequência já incluída). De forma a delimitar os objetivos deste relatório, não será feita uma análise detalhada e profunda comparativa das diferenças da grafia, da sintaxe e do léxico entre o português europeu e o português brasileiro.

## **2.2 Os Estudos da Interpretação em Contexto Médico**

A breve apresentação da interpretação por meio da exploração das tarefas realizadas no capítulo anterior enquadrou o tópico na sua prática durante o estágio curricular, revelando o *modus operandis* de uma empresa que oferece serviços nesta área e exemplificando um modelo de gestão de projetos de interpretação. Este relato também atuou como um ponto de partida para a realização de uma análise mais aprofundada dos modos de interpretação e do estudo dos vários enquadramentos e conjunturas da interpretação, a serem elaborados neste segundo capítulo. A investigação destas temáticas contemplará não só conceitos-base como interpretação consecutiva e interpretação de acompanhamento (particularmente de comunidade), como também observações contextualizadas às dificuldades que surgem no exercício da interpretação, e vários aspetos interdisciplinares, como a interpretação médica e a mediação emocional. Apresentará, igualmente, uma visão geral atual dos serviços de interpretação e da profissão do intérprete nos contextos português, irlandês e brasileiro, com especial atenção àquilo que os diferencia.

É geralmente acordado que aquilo que distingue claramente o conceito de interpretação do conceito de tradução é a sua forma de expressão - se a interpretação abrange, por um lado, a forma oral do processo de conversão de uma língua para outra, a

tradução compreende, por outro, a sua forma escrita (Hale, 2007; Pöchhacker, 2016). Apesar disso, Hale (2007) e Pöchhacker (2016) dizem que se pode considerar que a interpretação seja tradicionalmente um ramo da tradução. Ainda que seja fácil identificar um ponto de desencontro entre os dois conceitos, dadas as diferenças iniciais evidentes, como a supramencionada, o processo de interpretação e o estudo das suas especificidades continuam a ser muitas vezes equiparados às abordagens metodológicas da tradução, sem que se consiga desprender deste. Isto acontece apesar do fenómeno da interpretação como prática humana preceder à invenção da escrita, e, por isso, da tradução (Pöchhacker, 2016). Contudo, este autor argumenta que a evolução da investigação dos estudos da interpretação não tem sido condicionada tanto pelos estudos da tradução, que, ainda assim, teve um impacto considerável nos fundamentos básicos teóricos da interpretação, como tem sido influenciada por domínios (inter)disciplinares adjacentes, como a psicologia, a linguística, a sociologia, entre outros (Pöchhacker, 2016). A proximidade destas áreas dos estudos da interpretação tem proporcionado perspectivas diferenciadas à sua prática e impactaram a forma como investigadores têm vindo a idealizar o fenómeno da interpretação (Pöchhacker, 2016).

A atividade de interpretação pode ser categorizada e dividida em tipos e subtipos com base em vários critérios, sendo que o primeiro se refere à repartição pelos “modos de trabalho” (Dam, 2010). A dicotomia desta divisão é referida por Dam (2010), que realça a sua importância entre a pluralidade de repartições, e desmembra em dois grandes tipos de interpretação: a interpretação simultânea e a interpretação consecutiva. É a segunda que iremos analisar neste relatório, dada a natureza das tarefas realizadas no âmbito da interpretação no estágio curricular.

De acordo com Dam (2010), ao contrário da interpretação simultânea, cujas fases ocorrem, como o nome indica, simultaneamente, ou seja, num momento único de interpretação, a interpretação consecutiva pode ser considerada como compreendendo duas fases distintas. Estas são: (1) a fase de receção/compreensão, em que o intérprete ouve e apreende o texto de partida e faz um registo, físico e/ou mental, da informação analisada que tem de transmitir, em consequência, na (2) fase de produção ou reformulação, em que elabora e fala o texto de chegada. Dam (2010) considera que o exercício de interpretação consecutiva pode ocorrer em diferentes modos de expressão, tanto em monólogos como em diálogos, e em diferentes contextos e em eventos de cariz diferente, tanto em conferências internacionais como em ambientes comunitários. Hale

(2007), tal como Dam (2010), faz a distinção dos modos de expressão de interpretação consecutiva face ao seu tipo de interatividade, separando a interpretação consecutiva longa, realizada em contexto de pequenas conferências e reuniões informais, geralmente num modo monológico, da interpretação consecutiva curta, realizada em contexto de entrevistas, de consultas e em tribunais, geralmente num modo dialógico.

Pöchhacker (2010, p. 1) alude ao papel da diversificação dos domínios profissionais na área da interpretação no final do século XX quando sugere a necessidade de acrescentar às divisões pela qual o exercício da interpretação pode ser caracterizado, em conjunto com a questão principal da interpretação simultânea vs consecutiva, um tipo com base nos contextos/situações. Hale (2007) diz que as duas principais categorias deste tipo de divisão são a interpretação de conferência e a interpretação de comunidade (ou comunitária, aqui, substituíveis); mencionando, também, a interpretação de negócios como uma terceira categoria distinta<sup>14</sup>.

Tanto Hale (2007) como Bancroft (2015) admitem a controvérsia à volta do termo “*community interpreting*” (interpretação de comunidade) e a discórdia e a falta de consenso em classificá-lo dentro dos estudos da interpretação ao longo das últimas décadas, desde que foi criado nos anos setenta na Austrália, e à volta do mundo. Ainda que este termo tenha sido adotado em 2010 pela International Organization for Standardization (ISO), não tem uma única definição internacionalmente aceite (Bancroft, 2015), podendo ser descrito como a atividade de interpretação “takes place to enable individuals or groups in society who do not speak the official or dominant language of the services provided by central or local government to access these services and to communicate with the service providers” (Hertog, 2010, p. 49) e que, também, “usually refer[s] in one way or another to interpreting that supports access to community services.” (Bancroft, 2015, p. 219). Ademais, Hale (2007) desdobra a interpretação de comunidade nas suas duas principais especializações: médica e jurídica.

Não obstante, é geralmente acordado que a sua definição não está tão assente nos modos de interpretação e nas estratégias utilizadas, frequentemente em oposição àqueles da interpretação de conferência, como, por outro lado, é definida pelos seus contextos, cenários e pela missão de facilitar o acesso a serviços comunitários (Hertog, 2010;

---

<sup>14</sup> Tanto Hale (2007) como Pöchhacker (2015) utilizam os termos *Liaison Interpreting*, *Business Interpreting* e *Escort Interpreting* para definir toda a atividade de interpretação em contexto de negócios/comércio, sempre em oposição aos termos *Conference Interpreting* e *Community Interpreting*.

Bancroft, 2015). De acordo com Pöchhacker (2016), o acesso este tipo de serviços, como ao mercado de trabalho ou a instituições públicas, gerou novas necessidades de comunicação dentro do âmbito da (i)migração, onde o conceito de interpretação de comunidade foi adquirindo uma nova visibilidade e estabelecendo-se como uma profissão (Bancroft, 2015). Ao contrário da imagem prestigiada dos intervenientes em ambientes de interpretação de conferência, Pöchhacker (2016) e Hale (2007) caracterizam o domínio da interpretação de comunidade pelos estatutos sociais desiguais dos seus participantes, normalmente refugiados e migrantes, que requerem a presença de um intérprete para serem compreendidos e para comunicarem. Isto contrasta particularmente com o contexto de interpretação de conferência e com a ideia de que para os delegados de conferências internacionais “speaking their national language represents a political, symbolic statement rather than a necessity” (Viaggio, 2004, as cited in Hale, 2007, p. 26). Esta autora sugere, ainda, que a interpretação de comunidade pode ser considerada uma combinação de duas profissões distintas: a interpretação e o trabalho social (Gehrke, 1993, as cited in Hale, 2007), e que, por isso, é geralmente incompreendida e tida como “inferior”, comparativamente a outras categorias de interpretação (Gentile et al, 1996, as cited in Hale, 2007).

Uma das principais especializações da interpretação de comunidade é a interpretação médica, que compreende a interpretação que se realiza em locais como hospitais, centros de saúde e consultórios privados, e abrangem áreas da saúde como medicina, fisioterapia, terapia da fala, entre outros (Hale, 2007). O profissional de interpretação é habitualmente referido como intérprete médico e age como intermediário entre o profissional de saúde e o paciente, garantindo a boa comunicação entre os dois intervenientes, da qual o sucesso da prestação de cuidados médicos está dependente (Hale, 2007). Wadensjo (1993) apresenta a ideia do intérprete de comunidade como intérprete de diálogo, uma posição única e potencialmente poderosa dentro do contexto da interpretação como interação em situações institucionais inter-sociais, que media a dinâmica complexa entre representantes da comunidade e cidadãos. Neste sentido, e de acordo com Davidson (2000), no caso da prática da medicina, tal como a prática da interpretação, e, particularmente, interpretação de comunidade, não é possível ignorar a inerente dimensão social e o que implica para a interação entre os intervenientes.

O destaque que tem sido dado ao discurso na interação (dialógica), em oposição à primazia do destaque histórico que os estudos da interpretação têm dado à interpretação

de monólogos (tradicionalmente em interpretação de conferência), impulsionou uma transferência de foco nos estudos da interpretação; afastando o discurso académico do conceito de interpretação como atividade linguística, como a atividade única da (re)produção de um texto, para noção da interpretação como mediação (Davidson, 2000; Pöchhacker, 2010). Davidson (2000) destaca em particular aquilo que distingue a interpretação de um diálogo da de um monólogo no que diz respeito a todos os fatores que um intérprete de diálogo tem de ter em conta, que entra em oposição direta à ideia da obrigação do intérprete em ser um “eco perfeito” de cada interlocutor (ideia semelhante à da função do tradutor nos estudos da tradução). Estes fatores podem incluir: a sequência de turnos, os intervenientes como recetores e produtores da mensagem, a transmissão multidimensional da mensagem, a mutabilidade do discurso face às consequências do que está a ser discutido, entre outros.

Ao aplicar uma camada sociológica à noção de linguagem, ao despir a interpretação do aspeto puramente linguístico, é possível olhar para o impacto que interações entre participantes de meios socioculturais e sistemas de valores diferentes, e respetivas posições sociais, papéis e intenções comunicativas (Pöchhacker, 2010), têm na transmissão de uma mensagem de uma língua para outra, particularmente no contexto da interpretação de comunidade. Este foi um dos aspetos mais trabalhados durante as aulas da unidade curricular de Interpretação de Acompanhamento do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas, conforme mencionado por Couto et al (2010):

Para concluir, a abordagem dos conceitos de análise conversacional, no contexto da unidade curricular de Interpretação de Acompanhamento, centrou-se numa focalização da análise conversacional, distinguindo-a das análises textuais e discursivas que privilegiam abordagens semânticas e sintáticas, para focalizar a atenção naquilo que a análise conversacional destaca, nomeadamente a referência, a interlocução e a relação interactiva.(p. 50)

### **2.2.1 A Interpretação em Contexto Médico nos Contextos de Portugal, da República da Irlanda e do Brasil**

Este subcapítulo visa apresentar uma análise comparativa do estado atual da prática da interpretação de comunidade, em particular em contexto médico, consoante a natureza das funções desempenhadas no decorrer do estágio curricular, em três países: Portugal, República da Irlanda e Brasil. As conclusões retiradas deste exercício são uma representação das políticas internas atuais de cada país, caracterizadas à luz das condições

socioeconómicas e culturais das suas populações, espelhando panoramas desiguais na formação e na contratação de intérpretes profissionais desta área.

Historicamente, a missão de facilitar o acesso de (i)migrantes a serviços públicos através da promoção da interpretação de comunidade foi pioneira em países com políticas de imigração explícitas (como a Austrália e a Suécia) (Pöchhacker, 2016). Para além do impacto que o patrocínio e o financiamento público dos Estados têm na prática da interpretação de comunidade, Pöchhacker (2016) argumenta que o atraso na “*academization*” (“academização”) da profissão do intérprete de comunidade tem tido profundas implicações no progresso da investigação desta área, ainda que grande parte do desenvolvimento da profissionalização da interpretação de comunidade tenha ocorrido na área em estudo, de saúde. Apesar disto, o número de intérpretes de comunidade não qualificados ou com formação insuficiente é, ainda, muito elevado (Hertog, 2010).

Couto et al (2010) apontam para a globalização e para o aumento de fluxos migratórios como fatores decisivos para o aumento da procura e da necessidade da intervenção do intérprete como “mediador linguístico e cultural”, resultante do acréscimo gradual da quantidade de situações e contactos de cariz intercultural em cada país. No capítulo anterior salientamos a tendência tradicional e histórica da República da Irlanda como país de emigração e os novos desafios e abordagens ao fluxo migratório que tem corrido na direção oposta, de imigração, no país nas últimas décadas. Ora, Couto et al (2010) referem que este fenómeno também se verifica no contexto português, sendo Portugal tradicionalmente um país de emigração, fenómeno que tem impactado o panorama e o desenvolvimento da prática de interpretação no país. Ainda assim, a nível nacional, a interpretação de comunidade, apesar de ter representação por meio de um serviço nacional e público, continua, ainda, longe de satisfazer os critérios e as exigências estabelecidos a nível internacional e a nível dos estudos da investigação, carecendo de reconhecimento profissional e não dispondo plataformas para garantir a qualidade dos seus serviços através da profissionalização dos seus intérpretes.

Lançado originalmente em 2006 pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), o Serviço de Tradução Telefónica foi criado com o objetivo principal de “ajudar a ultrapassar barreiras linguísticas” (Relatório de Actividades do ACIDI, 2008, p. 16). A história e o funcionamento deste serviço foram analisados e estudados detalhadamente por Satalecka (2011) nas suas primeiras edições, até à data do estudo, e complementados com a informação partilhada pela Dr.<sup>a</sup> Susana

Oliveira, representante do Alto Comissariado para as Migrações, numa reunião individual. Segundo dados disponibilizados pelo STT, Stalecka (2011) descreve o processo de recrutamento de “(intérprete-)tradutores”, cujos únicos requisitos eram a fluência da língua portuguesa e da língua materna dos vários grupos de imigrantes, não estando prevista a apresentação de formação académica, experiência profissional na área, ou testes especializados. Na supramencionada reunião, a Dr.<sup>a</sup> Susana Oliveira descreve o processo de acompanhamento de novos contratados para a posição de intérprete, aludindo a um método interno de verificação de competências utilizado nos primeiros meses de trabalho, e à existência de formações de carácter geral e de gestão emocional e de mediação a todos os intérpretes.

Couto et al (2010) reportavam o facto de ser habitual não se recorrer a intérpretes profissionais em contextos médicos em Portugal quatro anos após o aparecimento deste serviço. Como já vimos, a ausência de um intérprete com formação especializada compromete a prestação dos cuidados de saúde e “não assegura a eficácia, confidencialidade, a precisão e qualidade que devem orientar o serviço de interpretação.” (Couto et al, 2010, p. 57).

Mais tarde, a Circular Informativa n.º 15/DQS/DMD, de 22 de abril de 2010, da DGS, estabelece a criação e a manutenção do Serviço de Tradução Telefónica pela ACIDI, agora Alto Comissariado para as Migrações (ACM), e determina que:

Este Serviço dirige-se a todos os cidadãos que não falam português e a todos os interlocutores portugueses que com estes precisem de comunicar. (...) Através desta linha, em formato de conferência telefónica, são colocados, em contacto simultâneo, o profissional que desempenha funções na unidade prestadora de cuidados de saúde, o imigrante e o tradutor, para que a comunicação se estabeleça, apoiando os interlocutores na sua vida quotidiana.

De acordo com o Relatório de Atividades do ACM de 2021, o STT contava com uma bolsa de 107 tradutores (aqui, intérpretes) e 69 línguas/dialetos em 2021, números que tem aumentado ano após ano como resposta às alterações dos fluxos migratórios. No mesmo ano, o Censos 2021 contabilizava 542 165 pessoas de nacionalidade estrangeira a viver em Portugal, o que representava 5,2% do total da população. Por este motivo, e paralelamente a este crescimento, o STT tem reunido melhores condições para atender às necessidades da população imigrante com um orçamento que vai crescendo ano após ano. A Dr.<sup>a</sup> Susana Oliveira confirma que, em 2023, este serviço tem à sua disposição uma

bolsa de 130 tradutores que trabalham em regime freelance com 71 línguas diferentes para responder aos pedidos, maioritariamente, de interpretação telefónica e, exceccionalmente, de videoconferência e em regime presencial.

Contrastivamente com o que é possível noticiar do estado da interpretação de comunidade em Portugal, não fomos capazes de sondar o número de intérpretes ativos e as línguas e variantes linguísticas com que trabalham na República da Irlanda, pelo facto de não existir um serviço único irlandês que gere todos os serviços de interpretação de comunidade. Contudo, e contrariamente ao caso português, todos os anos são reportadas as despesas do HSE relacionadas com intérpretes em contexto médico: em 2007, revelou-se ter-se gasto 750 000 euros (Brennan, 2007); em 2021, apresentaram-se despesas de 3,4 milhões de euros, e nos primeiros seis meses de 2022 já se contabilizavam 1.6 milhões de euros (McNamara, 2022). O Censos de 2022 da República da Irlanda denunciava 631 785 pessoas de nacionalidade estrangeira residentes no país, correspondendo a 12% da população total irlandesa.

Porém, a Irish Translators and Interpreters Association (ITIA), já em 2007, demonstrou a sua preocupação com a falta de financiamento, afirmando que estes valores podiam não corresponder à procura por serviços de interpretação (Brennan, 2007). Tanto em 2007 como em 2022, a presidente da ITIA, Mary Phelan, alertou para o facto de não existirem normas que regularizem a profissionalização dos intérpretes que trabalham em serviços de saúde, apelando para que uma regulamentação mais rigorosa seja implementada no país (Brennan, 2007; McNamara, 2022). Phelan também denuncia uma prática que ocorre há décadas dentro do HSE: casos de médicos que recorrem a familiares, amigos e vizinhos dos pacientes para servir como intérpretes, podendo, até, incluir crianças nesta profissão (Brennan, 2007; McNamara, 2022); a presidente da ITIA suspeita, também, que algumas das empresas utilizadas pelo Estado irlandês não submetam os seus intérpretes a quaisquer tipos de testes, sejam eles de competências linguísticas e/ou de interpretação, e não sejam capazes de garantir a qualidade dos seus serviços (Pollak, 2021). Estas preocupações vão ao encontro do que alguns intérpretes têm relatado das suas experiências pessoais na prática da interpretação em contexto médico e jurídico na República da Irlanda (Pollak, 2021; Malekmian, 2021), dando azo a uma crescente desconfiança da qualidade do estado atual da contratação de intérpretes “profissionais” e “qualificados”. Um destes relatos inclui um intérprete que trabalhou com a *Word Perfect Translations*, a empresa que serviu de entidade de acolhimento do

estágio em análise neste relatório, que descreve que o processo de contratação desta empresa se baseou num “basic grammar test and a quick phone interview” (Malekmian, 2021).

Em 2009, a Unidade de Inclusão Social (“Social Inclusion Unit”) do HSE compilou num único documento direcionado aos profissionais de saúde, “On Speaking Terms: Good Practice Guidelines for Staff in the Provision of Interpreting Services” (cujo acesso está disponível através da seguinte hiperligação: <https://www.hse.ie/eng/services/publications/socialinclusion/emaspeaking.pdf>), as diretrizes para promover as boas práticas na prestação de serviços de interpretação (ainda em uso). Nestas diretrizes, apresentam-se algumas definições-chave da área da interpretação, os protocolos em vigor para encontrar e atribuir um intérprete ao paciente, as melhores abordagens para trabalhar de forma cooperativa com o intérprete, algumas recomendações de práticas a não serem consideradas (por exemplo, o recurso a crianças, a familiares e a profissionais de saúde bilingues como intérpretes), entre outros. Embora não esteja especificado nos nove fundamentos dos Equal Rights Act de 2000, também se considera que esteja protegida a discriminação por língua, sendo que as diretrizes supramencionadas determinam que:

The legal duty to provide services without discrimination includes the duty to ensure that services accessible to the majority community are also accessible to members of minority ethnic communities. (...) failing to provide interpreting facilities in relation to service provision, when it is known that there is a language barrier, could be construed as unlawful racial discrimination. (p. 7)

À semelhança do que acontece com o caso irlandês, e diversamente do que sucede em países como a Austrália e os Estados Unidos, a prática profissional da interpretação em contextos de saúde não é institucionalizada no Brasil (Queiroz, 2014). A área da interpretação de comunidade não se tem tornado objeto de atenção quer a nível académico, não fazendo parte dos principais focos de investigação recentes nas áreas da tradução e da interpretação, quer a nível profissional, cujos serviços não são oferecidos por hospitais e clínicas (Queiroz, 2014; Origuela, 2014). Ao contrário do “conjunto de leis e políticas públicas que garantem direitos linguísticos aos indivíduos com limite de proficiência em língua inglesa” em vigor nos Estados Unidos (Queiroz, 2011, as cited in Queiroz, 2014, p. 206), o governo brasileiro não apresenta propostas a nível nacional para a profissionalização do intérprete em contexto médico, salvo em dois casos excecionais,

como apresentado por Queiroz (2014). De forma a atender às necessidades dos cidadãos surdos no Brasil, a Lei Federal 10.436/2002 e o Decreto 5626/2005 reconhecem como meio legal de comunicação a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e determinam a profissionalização do tradutor e intérprete desta língua, respetivamente, entre outras concessões. Para a população indígena não falante de português, a Portaria 1068/GM previu a criação do selo “Hospital Amigo do Índio”, que vinculava a presença de um acompanhante intérprete em contexto médico a um paciente de um dos povos indígenas brasileiros.

Reconhece-se atualmente que, no Brasil, há uma curva da procura crescente por serviços de interpretação em contexto médico, constatado através da entrada de um número significativo de pacientes que não falam português em hospitais e entidades de saúde e fruto dos “movimentos migratórios de trabalhadores e refugiados e políticas de inclusão de grupos minoritários” (Niska, 2005, as cited in Queiroz, 2014, p. 203; Bancroft, 2005, as cited in Queiroz, 2014, p. 203). Origuela (2014) adverte para a ausência de plataformas de apoio e de organização dos órgãos responsáveis (aqui, as entidades de saúde) em atender as necessidades deste influxo de pessoas. Este relato coincide com as perspetivas de Queiroz (2014) sobre o panorama atual da interpretação em contextos médicos. Esta autora critica a escassez de meios que garantam a disponibilidade de intérpretes profissionais e qualificados em contextos de comunidade e afirma evidenciar que os intérpretes que trabalham para os prestadores de serviços desta tipologia “não possuem nenhum tipo de treinamento específico para atuar em instituições da saúde” (Queiroz, 2014, p. 204).

Não tendo sido possível apurar o número de imigrantes a viver no país através Censo realizado em 2022, espera-se que tal seja possível no futuro: a entidade responsável pelo Censo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmou que, em 2021, fez um acordo com duas agências da ONU para a melhoria de ferramentas de recenseamento de imigrantes e refugiados no país (Almeida, 2022). Ainda assim, estima-se que, no mesmo ano, tenham estado 1,3 milhões de imigrantes ou refugiados a residir no Brasil (Almeida, 2022), o que, comparando com os 203 milhões de habitantes totais contabilizados pelo Censo 2022, corresponde a aproximadamente 0,6%.

A falta de sistematização de dados demográficos suficientes de imigrantes no Brasil é apontada como um dos maiores entraves à concessão de acesso a serviços públicos e de obrigações intra-sociais e ao reconhecimento da necessidade de serviços de

interpretação de comunidade (Queiroz, 2014). Para este efeito, esta autora consciencializa para que seja feita uma reflexão profunda sobre o estado atual da profissionalização de intérpretes na área da saúde no Brasil e apela a que mudanças sejam realizadas na senda das leis linguísticas e dos limites de aplicação dessas leis (Queiroz, 2014). Por fim, Queiroz (2014) também aponta para o papel crucial que as associações de tradutores e intérpretes têm de assumir no desenvolvimento deste capítulo da área da interpretação e na obrigatoriedade de impulsionar a regulamentação destes serviços, “garantindo aos pacientes e provedores de serviços da saúde a oferta de intérpretes qualificados, bem como a remuneração adequada e a segurança dos intérpretes.” (p. 217)

Muitos dos problemas aqui abordados revertem intrinsecamente a muitas das questões analisadas no subcapítulo anterior e à consideração que o público, em geral, e os estudiosos das áreas da tradução e interpretação têm da interpretação de comunidade. Hale (2005, como citado em Hale, 2007, p. 27) argumenta que o baixo estatuto atribuído por muitos a este domínio deriva de quatro causas interrelacionadas: “the disorganised and unstructured state of the industry; the absence of mandatory university education; the lack of a strong professional identity; and the general unawareness of the complexity of the task.”. Desse modo, a profissionalização dos serviços de interpretação de comunidade em contextos médicos carece, ainda, de reconhecimento e organização nos três países em estudo. É necessário consciencializar as entidades responsáveis para que se criem instrumentos de regulamentação da qualidade da prática dos serviços citados e de proteção dos intérpretes profissionais em contexto médico.

### **2.2.2 A Mediação Emocional da Interpretação em Contexto Médico**

A interdisciplinaridade dos estudos da interpretação de comunidade estudados nos subcapítulos anteriores introduziu conceitos ao perfil do intérprete como mediação sociocultural e linguística num contexto de trabalho social e colocou a figura do (i)migrante e do refugiado e o acesso (ou a ausência) a serviços públicos no cerne da investigação desta área. Contudo, e à luz da especialidade do contexto médico, considerou-se ser igualmente relevante abordar a questão da mediação emocional na prática da interpretação, delimitada pelas obrigações de códigos de ética.

Um dos tópicos que tem ganho mais relevância na comunidade médica nos últimos anos tem sido o desenvolvimento dos aspetos interpessoais e relacionais como foco na garantia de qualidade na prestação de serviços de saúde, cujo impacto positivo

tem sido sentido junto dos pacientes (Farini, 2013; Elaine & Brenda, 2015). Aliado à importância atribuída à promoção de uma relação emocional entre os profissionais de saúde e os pacientes (Farini, 2013; Elaine & Brenda, 2015), os progressos representados por este tópico do setor da saúde têm vertido para os estudos da interpretação no que diz respeito à caracterização do papel do intérprete. Contudo, Elaine & Brenda (2015) alertam para o facto de, ao contrário do que tem acontecido na literatura na área da enfermagem, poucos estudos no domínio da interpretação médica têm incidido diretamente na questão da empatia e da emoção, o que poderá ser representativo da influência do modelo “*conduit*”<sup>15</sup> nos intérpretes de comunidade.

Quanto se refere ao impacto emocional e psicológico em trabalhar em serviços públicos, Roberts (2015) afirma:

The nature of public services means that professionals working within them are vulnerable to both directly experiencing trauma themselves and being exposed to trauma through listening to accounts of difficult experiences users of public services may encounter. (p. 4)

Reconhecendo os efeitos negativos que o contacto com relatos de trauma pode ter em profissionais de serviços públicos, este tópico tem sido alvo de extensos estudos desde a década de 1980 (Roberts, 2015), que, pela sua vez, têm excluído maioritariamente, até inícios do século XXI, a experiência do intérprete (Elaine & Brenda, 2015). É, portanto, igualmente importante disponibilizar ao intérprete as ferramentas necessárias para atender à sua gestão emocional durante a prática da interpretação como a de um profissional de serviços públicos que se encontra nas mesmas condições; entre outros, as consequências negativas impostas a estes profissionais podem incluir a exaustão emocional, a fadiga resultante da compaixão, e o esgotamento (Elaine & Brenda, 2015). Também é compreendido que trabalhar com pacientes que expõem histórias traumáticas, como é geralmente o caso de refugiados, pode influenciar o estado psicológico do intérprete, caso este tenha passado por experiências semelhantes (Loutan et al, 1999). Ainda que se observe que o envolvimento tanto dos profissionais de saúde como dos intérpretes a nível da gestão emocional possa impactar favoravelmente e consideravelmente a qualidade da prestação de cuidados e respetivos resultados na saúde

---

<sup>15</sup> Uma ideologia tradicional que vê o intérprete como uma figura neutra com características de uma máquina, que transfere informações de uma língua para a outra como que palavra por palavra (Elaine & Brenda, 2015).

dos pacientes (Elaine & Brenda, 2015), recomenda-se cautela, especialmente na profissão de intérprete.

O que distingue, então, a participação emocional de um profissional de saúde (médico, enfermeiro, entre outros) da de um intérprete? Que expectativas são impostas a cada um? Elaine & Brenda (2015) denotam que tanto profissionais de saúde como intérpretes estão expostos ao sofrimento dos pacientes em cuidados clínicos, onde, de acordo com Roberts (2015), se encontram em situações apropriadas para prestar apoio emocional adequado. Por essa razão, Roberts (2015) considera que o uso da empatia é um requisito para qualquer indivíduo que trabalhe numa profissão de “ajuda” (“*helping profession*” no original). Porém, apenas os profissionais de saúde têm a responsabilidade implícita de aliviar o sofrimento dos pacientes, dado o facto dos intérpretes, constrangidos por códigos de ética profissionais e por imposições de posições neutras, adotarem uma intervenção passiva na prestação de cuidados de saúde (Elaine & Brenda, 2015). Ainda assim, o intérprete terá à sua escolha várias estratégias de ação: por não serem vistos pelos profissionais de saúde como agentes ativos neste processo, poderão permanecer no papel de “*conduit*” (Hsieh & Jung Hong, 2010); poderão, por outro lado, adotar a figura de terceira parte interveniente na interação mediada (Knapp-Potthoff and Knapp, 1986, as cited in Pöchhacker, 2016). Davidson (2000) e Hale (2007) enfatizam a necessidade de considerar o processo completo de interpretação para determinar a responsabilidade do intérprete neste conflito. Ambos os autores argumentam que o intérprete tem de ser um participante ativo e envolvido de forma a produzir uma rendição fiel do cenário de interpretação, que inclui, para além de converter palavras, inclui a mediação de objetivos conversacionais (Davidson, 2000; Hale, 2007). Neste sentido, o intérprete não poderá ignorar que o estado emocional do paciente é um fator essencial a considerar para realizar uma análise dos resultados e do cumprimento destes objetivos.

Atendendo a considerações complementares no estudo do papel do intérprete à luz dos objetivos delineados em contexto de prestação de cuidados de saúde, reconhecemos que a importância de prestar apoio emocional também é influenciada pelo fator dos contextos (inter- e multi-)culturais da interpretação de comunidade (Hsieh & Jung Hong, 2010; Elaine & Brenda, 2015). Elaine & Brenda (2015) atestam às dificuldades e à complexidade de interpretar emoções nestas circunstâncias, que muitas vezes têm implicações e normas socioculturais distintas, representativas das vivências dos vários intervenientes, e, por isso, resultados clínicos que serão entendidos de uma maneira

emocional diferente. Em vista disso, é importante que o intérprete de comunidade, particularmente em contexto médico, tenha em consideração esta vertente cultural na gestão emocional da interação e saiba corresponder às expectativas nele colocadas na mediação extralinguística, incluindo garantir a construção de uma relação interpessoal favorável entre o paciente e o profissional de saúde (Hsieh & Jung Hong, 2010).

Hsieh & Jung Hong (2010) sugerem que o intérprete, considerando os desafios com que se depara nesta temática, tente encontrar um balanço entre duas figuras: ser humano e profissional. Uma profissional de saúde justificou a adoção desta postura dicotómica no estudo de Hsieh & Jung Hong (2010):

Is there an in-between? I guess that's what we are saying. You don't want [the interpreters] to be the person's friend and you don't want [them] to hold their hands and give them hugs but you want them to still be a human and act like they care. (p. 195)

### **2.2.3 As Diferenças entre o Português Europeu e o Português do Brasil na Interpretação em Contexto Médico**

O exercício conduzido no contexto da tradução de documentos oficiais neste capítulo será replicado e espelhado aqui para o estudo das dificuldades intralinguísticas dentro das especificidades da interpretação, onde serão exploradas as estratégias utilizadas na adaptação da variante linguística da língua de trabalho. É de constatar que as seguintes observações não existem num estado de vacuidade face a uma revisão de literatura desta área, mas estando, em contrapartida, diretamente encadeadas com os exemplos práticos e os problemas encontrados nos casos práticos seleccionados e nas aprendizagens do estágio curricular.

Quando comparando com todas as variantes linguísticas da língua portuguesa fora da Europa, Lucchesi (2012) alude ao facto de o português do Brasil ser a mais distinta da variante congénere de Portugal, quer a nível da fonética e da prosódia, como a nível da gramática. Ainda que a variante europeia desta língua seja a originária de todas as outras, são os aproximadamente 214 milhões de habitantes brasileiros, em conjunto com o poderio político, económico e cultural no palco internacional, que cimentam a hegemonia da sua vertente linguística no mundo (Lucchesi, 2012). Este facto, aliado ao facto de, de acordo com o último Censo da República da Irlanda (2022), os brasileiros representarem 4% da população imigrante residente neste país (ocupando a sexta posição), traduziu num maior contacto pessoal com cidadãos da nacionalidade brasileira enquanto prestadora de

serviços de interpretação de língua portuguesa no decorrer do estágio curricular, do que com quaisquer outros cidadãos cuja língua nativa é o português.

Se, no que diz respeito à minha própria experiência como tradutora, já não era habitual a passagem da utilização do português europeu para o português do Brasil na prática da tradução, a experiência do uso desta última variante linguística era muito menor no caso da interpretação. Apesar de se inicialmente se ter suposto que as dificuldades encontradas na expressão verbal de uma variedade linguística não nativa seriam as mesmas que a sua expressão escrita, e que, desse modo, seria poupada a procura por novas estratégias para as combater, rapidamente foi possível constatar, no decurso do estágio curricular, que a realidade é bastante diferente. É preciso observar que, apesar de a formação oferecida pelo Mestrado de Tradução e Interpretação Especializadas a nível da prática da interpretação cobrir bastantes cenários e temas distintos, é, efetivamente, inviável que se aborde todas as circunstâncias possíveis, por sua vez dependentes do leque de estudantes de cada ano, das suas nacionalidades e das línguas que falam; tanto que prever a necessidade de abordar extensivamente a questão das variantes linguísticas foge aos objetivos principais da formação de um intérprete português. Este estudo é visto através do prisma de uma intérprete estagiária que, nos seus próprios termos, realizou serviços de interpretação no estrangeiro e fugiu às particularidades da interpretação em Portugal estudadas, justificando a sua inexperiência no seu ajuste à interpretação de uma variante não nativa.

A metodologia utilizada para solucionar as dúvidas linguísticas existentes quanto à correta aplicação do português do Brasil na tradução de documentos oficiais era de estudo contínuo, ao contrário da natureza instantânea e transitória da atividade da interpretação. Os tradutores, em comparação com os intérpretes, gozam de um intervalo de tempo substancialmente maior para identificar, avaliar e solucionar os problemas encontrados; para fazer pesquisas através de vários meios, para consultar glossários e bases de dados terminológicas, e para recorrer à ajuda de colegas de nacionalidade brasileira e à sua proficiência nesta variante. Ainda que o prazo de entrega estipulado para uma tradução seja menor do que o esperado, dependente das características de cada projeto, a possibilidade de visitar e rever o texto existe em quase todas as situações, algo que não acontece na interpretação. Neste sentido, individualizou-se o enquadramento das diferenças entre variantes linguísticas na análise da interpretação, que apresenta características diretamente opostas à tradução e que exige uma gestão especializada dos

seus problemas e soluções. Dada a unicidade da atividade da interpretação, as dificuldades sentidas na comunicação verbal do português do Brasil e os recursos utilizados para as desemaranhar estão intrinsecamente ligados à capacidade de adaptabilidade do intérprete.

Apesar de se poder considerar que os melhores momentos de aprendizagem para o desenvolvimento das capacidades do intérprete surgem no decorrer da interpretação em si, onde a competência da adaptabilidade se destaca, não é a única ocasião para tal. Tanto antes como depois da interpretação surgem dois momentos de extrema importância para a elaboração de estratégias: o primeiro, um exercício premeditado de preparação terminológica, onde se criam listas dos termos técnicos e se preveem dificuldades, e o segundo, um momento de reflexão e retrospeção sobre a aplicação dos conhecimentos e uma avaliação das estratégias estudadas. Ainda que as dificuldades encontradas na interpretação a nível terminológico sejam mais fáceis e imediatas de identificar e corrigir, dado o facto de as estratégias utilizadas serem idênticas às da tradução, com a criação e o estudo de glossários especializados, é o aspeto das diferenças culturais na expressão oral que requer mais atenção.

O facto de o vasto volume de trabalho de interpretação no estágio curricular incluir a combinação linguística inglês (Irlanda) - português (Brasil) traduziu-se, conseqüentemente, numa imposição de adequação do discurso e do registo do intérprete, de forma a atenuar possíveis divergências na comunicação clara da mensagem. Reconhecendo padrões nos problemas recorrentes que os pacientes e/ou de amigos ou familiares partilhavam com o intérprete na compreensão do (meu) português europeu, optou-se, cada vez mais, por ceder traços característicos comuns da minha comunicação verbal pessoal enquanto intérprete e da minha variante linguística, e por homogeneizar as duas variantes. No primeiro contacto com intervenientes brasileiros em cada uma das interpretações, era feita, em todos os casos, uma referência ao meu sotaque e um reconhecimento de que não falava a variedade linguística do paciente, o que, dependendo do nível de contacto e de conforto dos intervenientes com o português europeu, poderia dificultar ou facilitar a conversação. Este momento pautava o nível de ajuste linguístico que era preciso fazer em cada interpretação e o nível inicial de estranheza cultural e linguística que era preciso ser atenuado.

Acontece que, apesar da questão da individualidade das diferentes variedades do português refletir-se em vários níveis da expressão escrita e da expressão verbal, como

diz Manole (2013), os desentendimentos não se cingem apenas à relação entre as variedades, mas também dentro de uma única variedade. O nível de “estrangeiridade”<sup>16</sup> que demonstrava o (meu) português europeu nas interpretações durante o estágio curricular antecipou diferenças culturais que também se podiam manifestar com um interveniente do próprio país, especialmente no que diz respeito à pluralidade de sotaques e de diferenças culturais e sociopolíticas regionais que existem dentro das fronteiras brasileiras.

Manole (2013) também faz referência às dificuldades que algumas pessoas de nacionalidade brasileira possam ter na compreensão do sotaque de Portugal quando menciona a necessidade de se legendar certos filmes portugueses no Brasil devido à “pronúncia fechada” dos portugueses, fenómeno explicado pelo menor contacto que geralmente têm com esta variedade linguística. Ora, para oradores com este contacto limitado com o português europeu pode tornar-se incompreensível a expressão oral desta variedade e causar uma estranheza irreversível, havendo, igualmente, a possibilidade de a comunicação ser enviesada e influenciada por tendências pessoais, e pelo receio do próprio interveniente em ser mal compreendido durante uma situação tão vulnerável como é a dos cuidados médicos. Apesar de não ter presenciado nenhum episódio de discriminação face à minha nacionalidade por parte de intervenientes brasileiros, tive a infelicidade de testemunhar preconceitos xenófobos no único caso de interpretação com uma paciente de nacionalidade portuguesa, que se recusou a ser atendida por um intérprete brasileiro e insistiu que eu comprovasse a minha nacionalidade. Ainda que o episódio me tenha chocado, a nível pessoal, por ser tendenciosa a rejeitar qualquer tipo de comportamento desta natureza, a minha postura enquanto profissional perante uma paciente com um problema médico teve de ser neutra e de continuar a atividade num registo imparcial.

Ora, não conseguimos abordar as diferenças entre as variedades linguísticas sem equacionar a questão social da interpretação. Gouveia (2008) comenta as relações sociais nas dissemelhantes formas de tratamento de portugueses e brasileiros e, citando Villalva (2003b), aborda a oposição entre a informalidade e a formalidade do tu *vs* você e das diferenças culturais impostas pelas mesmas. Neste sentido, o intérprete debate-se quanto à possibilidade de alterar o seu discurso para coincidir com o dos intervenientes de

---

<sup>16</sup> Por estrangeiridade entende-se qualidade do que é estrangeiro (Priberam, s.d.).

nacionalidade brasileira, no que diz respeito à forma de tratamento. Que o registo deve ser acertado quanto à formalidade da situação já tínhamos visto, mas deverá este respeitar uma hierarquia social (formas de tratamento distintas para pessoas mais velhas, da mesma idade, e mais novas do que o intérprete, especialmente crianças), ainda que tal contraste não seja tão comum no Brasil (Villalva, 2003b, como citado em Gouveia, 2008)? Sabendo que é recomendável que o intérprete se adapte constantemente à situação em questão, como se identifica o que é preciso adaptar, onde e quando? Como deve ser abordada a comunicação verbal com intervenientes que podem não saber comunicar as suas dificuldades?

Os resultados desta análise a estes problemas foi a de que a solução mais instintiva em cada momento tende a ser a melhor para o exercício da interpretação, ainda que, na generalidade, a da convergência de termos brasileiros no meu vocábulo pareceu simplificar muitas dúvidas existentes. O meu sotaque, ainda que não tenha sido transformado num sotaque brasileiro, foi tentativamente atenuado, e alguns fraseologismos aproximados à realidade brasileira. Sempre que possível, eram replicados os termos usados pelos próprios intervenientes, que, por vezes, tinham um historial maior com a utilização da terminologia da sua doença do que eu própria, enquanto intérprete, e, também, algumas expressões, para evitar que se causassem problemas acrescidos na comunicação.

Finalizando este capítulo dedicado ao enquadramento teórico, é possível perceber a amplitude dos fundamentos e conceitos teóricos que adornam e contextualizam as práticas desenvolvidas durante o estágio curricular. A revisão crítica e aprofundada da literatura pertinente às áreas de atuação serviram de alicerce para a compreensão dos desafios abordados no capítulo anterior. A articulação entre a abordagem teórica e a abordagem prática evidencia a importância da teoria na compreensão dos processos, tomadas de decisão e formulação de estratégias do campo profissional, que continuará a ser desenvolvida no terceiro capítulo.

## **CAPÍTULO III – A ANÁLISE DE EXEMPLOS PRÁTICOS**

---

### **3 A Análise de Exemplos Práticos**

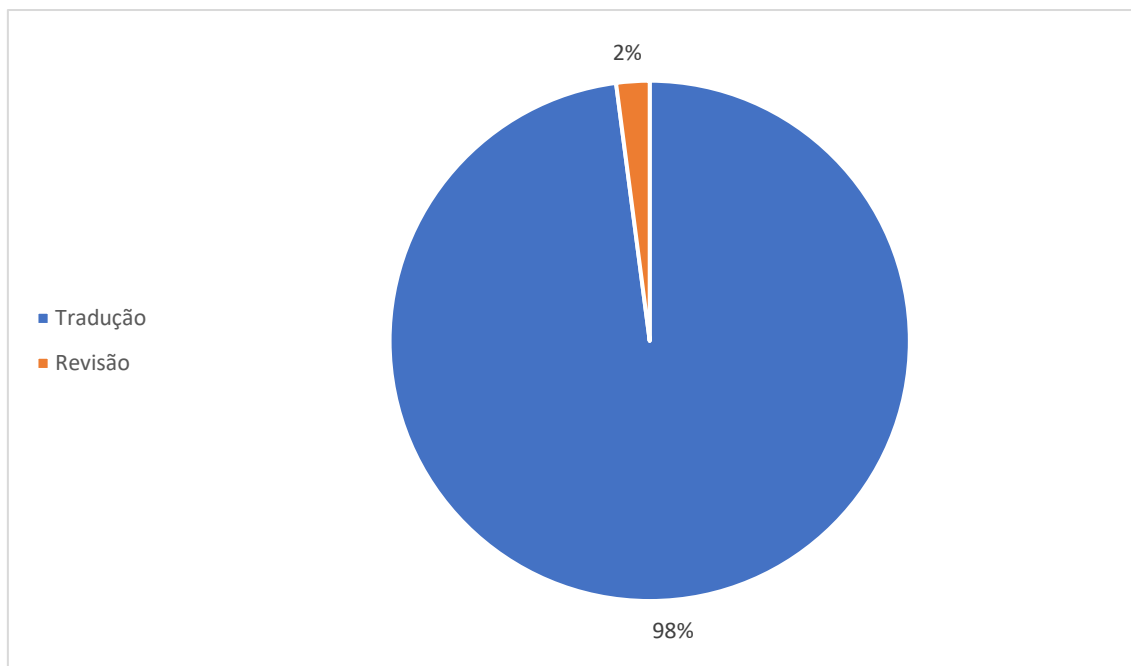
Neste capítulo será apresentada uma análise exploratória dos dados recolhidos a partir das funções desempenhadas no estágio curricular das áreas da tradução e revisão de documentos, e da interpretação. Através de gráficos ilustrativos, será feita uma síntese contextualizada das características das tarefas realizadas com base nas seguintes divisões: número de palavras e documentos traduzidos, tipo de documento e par linguístico para os serviços de tradução e revisão de documentos, e número de minutos interpretados, local da interpretação e par linguístico para os serviços de interpretação.

Ao longo deste capítulo também serão apresentados quatro exemplos práticos, dois documentos modelo e dois relatos de interpretações, e as dificuldades linguísticas, terminológicas e situacionais discernidas no decorrer do estágio. Com o objetivo de elaborar uma análise e uma revisão do trabalho realizado, serão retratados, através de tabelas demonstrativas no caso da tradução e em pontos-chave no caso da interpretação, os problemas identificados e comentadas as soluções encontradas.

#### **3.1 Tradução e Revisão**

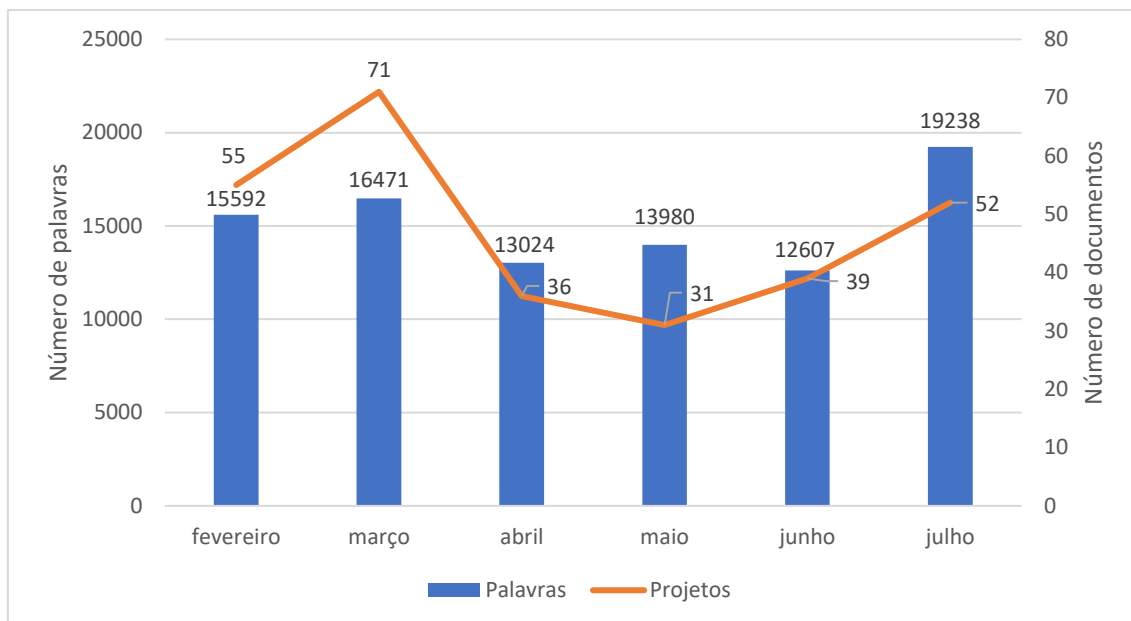
##### **3.1.1 Análise das Tarefas Realizadas**

No decorrer do estágio curricular, foram completados 290 projetos, divididos em 284 projetos de tradução, que fez 98% dos serviços linguísticos escritos realizados, e apenas 6 projetos de revisão, perfazendo os restantes 2%, distribuição representada na figura 1. Na comparação do número de palavras entre as respetivas tarefas, a margem não discrepa muito da anterior. A atividade da tradução regista 96% de todo o trabalho realizado, correspondendo a 90912 palavras traduzidas, e a atividade da revisão regista 4%, correspondendo a 3446 palavras revistas.



**Figura 1 - Número total de documentos por serviço linguístico**

Como observamos no primeiro capítulo, a atribuição de documentos traduzidos para revisão aos estagiários e tradutores era uma prática incomum na *Word Perfect Translations*. Tendo recebido três revisões no início do mês de fevereiro, duas no decorrer do mês de março e uma única no período experimental de revisão entrepares no mês de abril, esta prática dissipou-se gradualmente, o que se traduziu, a partir do mês de maio, na ausência completa da atividade da revisão das funções desempenhadas no período em questão.



**Figura 2 - Número total de palavras e de documentos traduzidos**

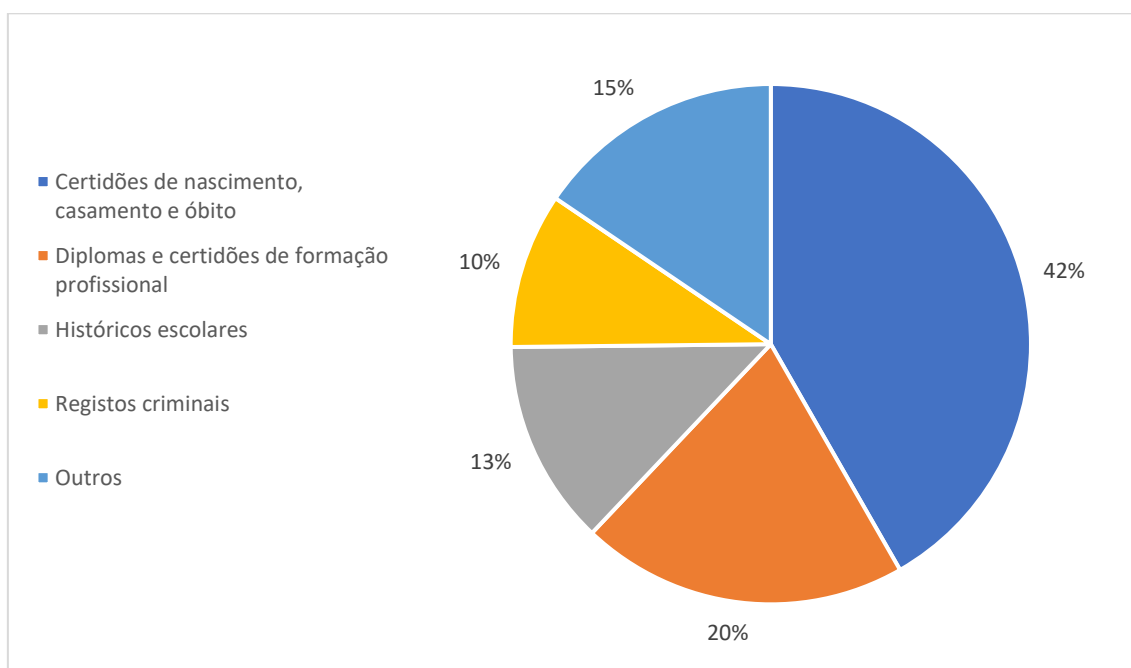
Representada na figura 2 encontra-se a distribuição das tarefas de tradução e de revisão realizadas por mês, por número de documentos e por palavras. Esta divisão foi feita para pôr em perspetiva a pequena dimensão de cada texto traduzido face ao vasto número de projetos atribuídos. Para esta análise foi, portanto, efetuado um cálculo exato da média de palavras por documento e uma estimativa da média de páginas por documento, resultando num registo de, arredondando o valor para o número inteiro mais próximo, 337 palavras por documento, e de entre uma a uma página e meia por documento.

A entrada de outra estagiária portuguesa no início de abril representou uma redução da atribuição de traduções de e para a língua portuguesa, como se consegue denotar pelas quedas do número de projetos e de palavras de março para abril, passando de 71 para 36 e de 16471 para 13024, respetivamente. Os meses de abril, maio e junho também marcam uma nova tendência, sendo os únicos a registar menos de quinze mil palavras e menos de quarenta projetos mensais. Por outro lado, a saída da única estagiária de nacionalidade alemã no final do mês de janeiro resultou na atribuição de mais textos com as combinações linguísticas alemão - inglês e inglês - alemão, dada a necessidade de colmatar a vaga deixada pela mesma.

O mês de junho, onde foi registado o menor número de palavras traduzidas por mês, foi, não coincidentemente, o mês onde realizei mais serviços de interpretação, sendo,

por isso, o mês com uma menor disponibilidade para me comprometer a traduções. Por haver mais procura para interpretações para português nesse mês e por ser a única estagiária portuguesa disponível para as realizar na cidade de Dublin, era-me recomendado que aceitasse preferencialmente documentos curtos ao invés de projetos de maior dimensão.

O mesmo pedido foi feito na última quinzena de julho com a obstrução da atribuição de interpretações, por ter representado um período excepcional de grande procura por traduções de documentos oficiais portugueses e brasileiros, tendo, por esse motivo, correspondido ao mês onde registei o maior número de palavras traduzidas.



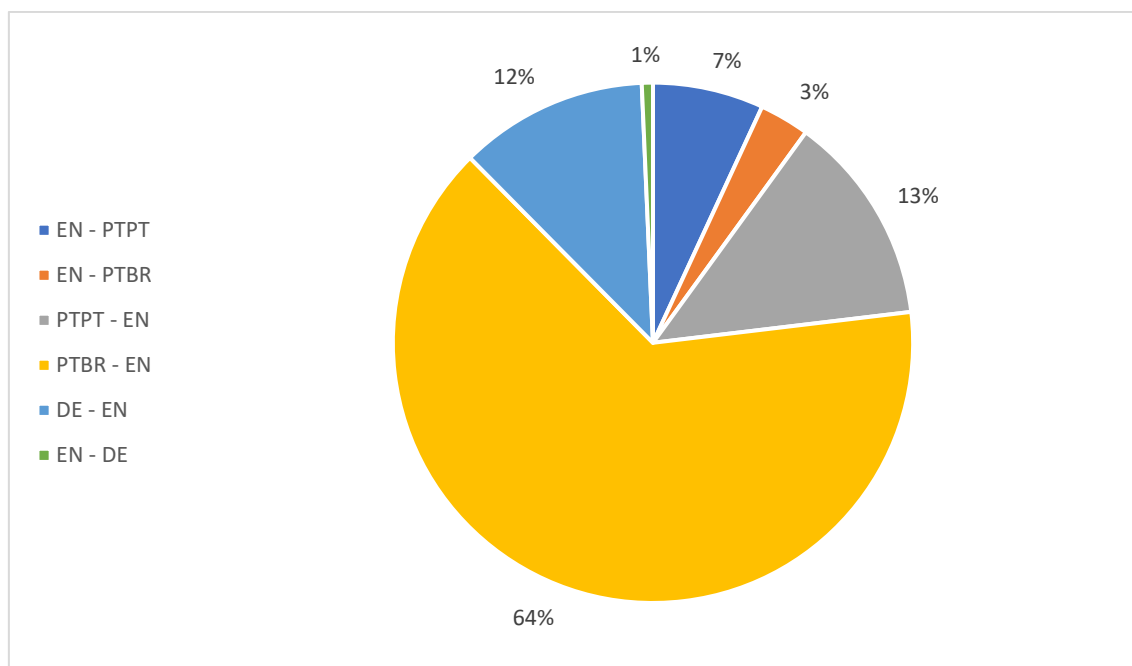
**Figura 3 - Número total de projetos por tipo de documento**

Este gráfico identifica a percentagem do teor de cada documento traduzido e revisto e confirma o que foi reconhecido no capítulo I - a abundante e maioritária presença de documentos oficiais nas tarefas realizadas. Optou-se por fazer a divisão nas quatro categorias de documentos mais procurados e numa quinta categoria, “outros”, que abarcasse todas as traduções que não compreendessem a tradução de documentação. A

frequência de certidões de nascimento, de casamento e de óbito é a mais prevalente, ocupando 42% (121 projetos) de toda a atividade da tradução e revisão, seguida de diplomas e certidões de formação profissional, representados por uma fatia de 20% (59 projetos). As categorias dos históricos escolares e dos registos criminais registam uma percentagem de treze (37 projetos) e dez (28 projetos), respetivamente, enquanto a última, supramencionada, corresponde a 16% (45 projetos) das tarefas realizadas. Este grupo é, por si, composto por 42% de traduções de teor financeiro, 29% de teor jurídico ou legal, 27% de teor médico e 2% tradução geral, tratando-se, este último, de um único caso de uma tradução de uma sinopse de um filme.

Esta distribuição ajuda-nos a entender o foco nas especialidades da tradução de documentos oficiais e no enquadramento dos problemas e soluções linguísticos através do documento modelo (notoriamente das certidões de casamento, de nascimento e de óbito e dos registos criminais) neste relatório. Auxilia-nos, igualmente, a justificar a pequena dimensão dos documentos oficiais traduzidos, dado o facto de a maioria destes documentos modelo terem entre uma a duas páginas, excetuando os históricos escolares.

Uma análise por par linguístico aos 290 projetos realizados concilia a caracterização destes documentos da sintaxe e do léxico deste género textual às suas especificidades linguístico-culturais.



**Figura 4 - Número de documentos por par linguístico**

Representada na figura 4 encontra-se a repartição das tarefas realizadas por combinação linguística. Como se constata, mais de metade, 64% (187 projetos) ao certo, das traduções e revisões eram de português (Brasil) para inglês (Reino Unido), tendo-se tornado imprescindível mudar a abordagem à tradução e revisão de documentos desta língua durante o estágio curricular, em virtude de não ser de nacionalidade brasileira. Um processo semelhante ocorreu para textos de chegada de português (Brasil), cujo par linguístico inglês (Reino Unido) - português (Brasil) fez 3% (9 projetos) do trabalho realizado, onde as diferenças entre as duas variantes se tornaram mais evidentes.

Adicionalmente, no cálculo da percentagem de documentos com base na língua de trabalho, comparando português (Portugal), português (Brasil) e alemão (Alemanha) (a exclusão do inglês acontece por estar em todas as combinações linguísticas), estabelece-se uma hegemonia da variante brasileira da língua portuguesa, registando, aproximadamente, 68% (196 projetos) das funções desempenhadas. Enquanto o português (Portugal) está em representação de um quinto (58 projetos) da totalidade de documentos traduzidos, o alemão (Alemanha) corresponde apenas a, aproximadamente, 12% (36 projetos).

Mencionada de passagem no capítulo I deste relatório, a prática da tradução para L2, ou seja, a tradução para uma segunda língua, que neste caso foi o inglês, esteve presente na maioria dos documentos traduzidos no decurso do estágio curricular, integrando cerca de 89% (259 projetos) das tarefas escritas. Com 10% (29 projetos) e 1% (2 projetos), a tradução para L1 (português) e tradução para L3 (alemão) inteiram os restantes 11%, respetivamente.

### **3.1.2 Exemplo Prático I: Certidão de Nascimento**

Como vimos previamente, o predomínio dos documentos oficiais nas traduções realizadas no âmbito do estágio curricular impôs que se aprofundassem os conhecimentos desta especialização e que se explorassem metodologias para combater dificuldades linguísticas e culturais comuns dentro desta tipologia de texto. A frequência da certidão de nascimento, tanto de origem brasileira, como de origem portuguesa, levou a que se optasse por analisar este documento modelo como o primeiro exemplo prático. Será, aqui, replicado o exercício de identificação de problemas feito no decorrer da tradução deste

documento através da apresentação de um conjunto de excertos frásicos e de comentários que justifiquem cada solução encontrada.

**Tabela 1 - Exemplos de Problemas e Soluções na Certidão de Nascimento**

Texto de partida	Texto de chegada	Comentários
“CPF”	CPF (Tax Identification Number)	Optou-se por deixar a sigla brasileira original (CPF) e por acrescentar uma explicação em parênteses. O CPF <sup>17</sup> tem o mesmo valor que o irlandês PPS <sup>18</sup> (“Personal Public Service Number”), mas não se compreende que se utilize esta sigla no documento traduzido por esta não ser vinculativa - por não resultar na obtenção imediata de um número de identificação fiscal irlandês. A escolha do termo “Tax Identification Number” como adaptação meramente informativa resulta da sua utilização deste termo pela OCDE <sup>19</sup> na apresentação do conceito do PPS, no caso irlandês, e do CPF e do CNPJ, no caso brasileiro.
“Naturalidade” “Município de Registro e Unidade de Federação” “Local, Município de Nascimento e UF”	“Place of Birth” “Municipality and Federative Unit of Registration” “Place, Municipality and Federative Unit of Birth”	A presença de traços geográficos e culturais no documento original desenrolou uma complexa teia de questões e de desafios de tradução. Deu-se a impossibilidade de omitir os termos respeitantes à divisão administrativa brasileira por ser necessário preencher três categorias diferentes com informações distintas e especificadas. A própria certidão de nascimento irlandesa <sup>20</sup> inclui secções com termos/expressões semelhantes, como “in the superintendent registrar’s district of”, “in the district of” e “in the county of”. Logo, não sendo estranha para o público-alvo a presença destes traços numa certidão de nascimento, decidiu-se transpô-los para o texto de chegada.
“O Conteúdo da Certidão é	“I bear witness to the authenticity	A estratégia utilizada para encontrar um equivalente para esta expressão em inglês foi a da tradução de uma “forma de dizer” de uma cultura, neste caso num contexto específico, o da tradução de documentos oficiais, por outra (Aubert,

<sup>17</sup> Governo Federal. (s. d.). *Meu CPF*. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-cpf/> (consultado a 10 de setembro de 2023)

<sup>18</sup> Ireland – OECD. (s. d.). *Ireland - Information on Tax Identification Numbers*. <https://www.oecd.org/tax/automatic-exchange/crs-implementation-and-assistance/tax-identification-numbers/Ireland-TIN.pdf> (consultado a 9 de setembro de 2023)

<sup>19</sup> Brazil – OECD. (s. d.). *Ireland - Information on Tax Identification Numbers*. <https://www.oecd.org/tax/automatic-exchange/crs-implementation-and-assistance/tax-identification-numbers/Brazil-TIN.pdf> (consultado a 9 de setembro de 2023)

<sup>20</sup> Um exemplo pode ser consultado em <https://timeline.ie/tracing-irish-ancestors-online/irish-births-marriages-and-death-records/>.

verdadeiro. Dou fé.”	of this document.”	2005). A expressão “I bear witness to the authenticity of the/this document” aparece como solução terminológica dentro do léxico especializado estudado e evita o efeito de estranhamento cultural no público-alvo no caso de utilização de uma tradução literal da expressão original.
“Escrevente do Registro Civil” “Oficial de Registro Civil”	“Clerk of the Civil Registry” “Registrar of the Civil Registry”	As dúvidas que inicialmente surgiram sobre as distinções entre as funções dos vários profissionais abrangidos no registo destas certidões, nomeadamente “Notário Público”, “Tabelião”, “Registrador”, “Oficial”, “Escrivão” e “Escrevente”, foram resolvidas por uma pesquisa detalhada e por diversas leituras. A equivalência mais adequada surge após o esclarecimento de quais são os serviços responsáveis pelo registo de nascimentos, casamentos e óbitos nos dois países: no caso do Brasil <sup>21</sup> , trata-se do (Ofício de) Registro Civil, e no caso da República da Irlanda <sup>22</sup> , o General Register Office. Aproximando-se as funções de um “Oficial de Registro”, ou “Registrador”, às de um “Registrar”, exclui-se a possibilidade de traduzir o termo “Oficial”, distinto de “Notário Público” ou “Tabelião”, para “Notary Public”. Já o termo “Escrevente”, cargo ‘abaixo’ do Oficial, corresponde ao de “Clerk”.

Na análise às características da certidão de nascimento e na procura por resolver os problemas acima descritos (e outros não aqui caracterizados), formulou-se uma estratégia comum para a tradução do texto e um conjunto de regras para uniformizar as soluções utilizadas. Não sendo aconselhável a um tradutor que abra um precedente no início de uma tradução e que o rompa no final da mesma, salvo casos excepcionais, manteve-se a coerência ao longo desta tradução e estabeleceu-se uma única postura de tradutor. Ora, aconteceu que sendo encontrada uma solução na permuta dos traços característicos culturais e geográficos para o texto de chegada em alguns sítios, como exemplificado pelos exemplos 1 e 2, o mesmo foi feito noutras questões.

A intenção de soluções conforme explanadas no exemplo 2 não é a de (re)produzir uma certidão de nascimento irlandesa com valor jurídico, mas, sim, de criar uma tradução de certidão de nascimento brasileira que acompanhe o documento original (cuja própria validação só pode ser feita conforme disposto no final do documento).

<sup>21</sup> Lei n.º 8.935/1994 da Constituição Federal (1994). *Constituição Federal*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm)

<sup>22</sup> Government of Ireland. (s. d.). *About the General Register Office*. <https://www.gov.ie/en/organisation-information/143f25-about-the-general-register-office/#> (consultado a 4 de setembro de 2023)

Mayoral (2003) aborda a questão da tradução de divisões administrativas de uma maneira plurilateral, por considerar que seja exatamente uma temática difícil de analisar. O autor afirma que apesar de ser possível encontrar uma solução através da comparação entre as hierarquias administrativas de dois países, não podem ser consideradas equivalências exatas, só sendo possível encontrá-la dentro dos elementos da própria cultura. Não se compreende, nesta tradução e no exemplo 2, que “município” seja traduzido para qualquer coisa que não o termo “municipality”, por ocorrer o mesmo erro que no exemplo 1 e pela supramencionada uniformização de soluções. Contudo, ficam as questões: terão estas soluções causado mais confusão ao público-alvo ou teria, por outro lado, esse efeito ter traduzido para “municipal district”?

Recorreu-se, igualmente, a textos comparáveis para encontrar equivalências discursivas e funcionais e equilíbrios nas “formas de dizer” entre as duas culturas e os seus fraseologismos (Aubert, 2005), como exemplificado pelos casos do exemplo 3 e 4. Este autor descreve a instituição de uma sinonímia funcional e situacional na tradução de documentos oficiais e aponta para as expressões “in witness/testimony whereof” e “referido é verdade e dou fé”, dos termos “notary public”, “notário público” e “tabelião”, entre outros, como exemplos.

Nesta tipologia de documento, há que ter mais considerações quanto às escolhas de tradução que se fazem em prol do público-alvo. Acontece, porém, que o público-alvo principal identificado, as autoridades irlandesas, pode não ser o único. Geralmente, o titular destes documentos oficiais acompanha o processo de imigração e/ou integração num país de perto, e pode querer procurar informar-se pessoalmente dos passos a seguir neste processo, acompanhando-se destes documentos em todos os instantes. Esta foi, também, uma razão pela qual foram deixados elementos do texto original, como no exemplo 1. Mantendo-se a sigla original, evita-se causar estranhamento no titular da certidão (por poder ter um papel ativo na utilização do texto de chegada) e facilitam-se possíveis esclarecimentos futuros da parte das autoridades na validação do documento, como disposto no final do documento.

### **3.1.3 Exemplo Prático II: Diploma**

A seguir às certidões de nascimento, de casamento e de óbito, a categoria dos diplomas e das certidões de formação profissional foi a que teve mais representação no decorrer do estágio curricular. Desse modo, a opção usar um diploma como o segundo

exemplo prático foi a sequência mais natural para este relatório de estágio. Similarmente ao exercício realizado no subcapítulo anterior, aqui serão analisadas as dúvidas que surgiram na tradução deste documento e ponderadas as soluções encontradas.

**Tabela 2 - Exemplos de Problemas e Soluções no Diploma**

Texto de partida	Texto de chegada	Comentários
“no uso das suas atribuições”	[omissão]	Aubert (2005) apresenta o fraseologismo “ <i>by virtue of the powers vested in me</i> ” como equivalente direto discursivo de “ <i>no uso das suas atribuições</i> ”, e indica, também, a implicação de uma alteração do discurso para a primeira pessoa exigida pela mesma no texto de chegada. Contudo, esta expressão é norte-americana e não representa a realidade deste documento, dado o facto da generalidade dos diplomas irlandeses se expressarem na terceira pessoa do singular, como acontece com o texto de partida, um diploma brasileiro. Não se considera que esta alteração seja adequada e propõe-se, devido à própria exclusão de qualquer expressão neste sentido em diplomas irlandeses, a omissão desta expressão no texto de chegada.
“para que possa usufruir de todos os direitos e prerrogativas legais”	“with all the rights and privileges thereunto appertaining”	Várias expressões surgem como solução para a problemática levantada pela expressão do texto de partida (como, por exemplo, a tradução mais literal “ <i>so that (s)he may enjoy all legal rights and privileges</i> ”), que se submete à mesma lógica utilizada pela expressão da linha anterior. Contudo, ao contrário da ausência da expressão anterior nos diplomas irlandeses, encontrou-se nos textos comparáveis a utilização da expressão “ <i>with all the rights and privileges thereunto appertaining</i> ”, disposta no final de dois diplomas distintos de duas universidades de Dublin, mais apropriada para caracterizar os “usos e costumes” da língua e contexto de chegada.
“Reitoria” “Vice-Reitor(a)” “Pró-Reitor(a)”	“Provost’s Office” “Office of the Vice Provost” “Office of the Dean of Graduate Studies”	O dilema da tradução do termo “Reitor” também é estudado por Aubert (2005), que tem em vista a utilização de três termos ingleses neste contexto institucional - “ <i>President</i> ”, “ <i>Rector</i> ” e “ <i>Dean</i> ”. Apesar deste autor chegar à conclusão de que tanto “ <i>President</i> ” como “ <i>Rector</i> ” são soluções adequadas para a combinação linguística em questão (português do Brasil para inglês), não tem em consideração o aspeto cultural em que esta tradução se insere especificamente. Por esse motivo, divergi destas soluções propostas para chegar ao termo “ <i>Provost</i> ” (“ <i>and President</i> ”), utilizado no contexto irlandês para

		determinar a figura máxima de uma instituição de ensino <sup>23</sup> , que também prevê traduções para “Reitoria”, “Vice-Reitor” e “Pró-Reitor”.
--	--	---

Em documentos académicos/escolares, como o do caso analisado, aplicou-se a mesma estratégia de tradução utilizada nos exemplos 3 e 4 da tabela 1 nos exemplos 1 e 2 da tabela 2. Como explanado por Aubert (2005), segmentos e construções idiomáticas de natureza jurídica em documentos oficiais estão sob um modo de escrutínio especial e diferente do tipo de adaptações que é preciso fazer na tradução de marcadores culturais (por marcadores culturais, o autor refere-se a termos como “reitor” e “county”, por exemplo). Se, por um lado, a remoção de marcadores culturais exerce a função de evitar estranhamentos culturais na língua e texto de chegada e no seu público-alvo [“desnecessário para os fins da tradução juramentada”, de acordo com Aubert (2005, p. 251)], a possibilidade de apagar traços característicos jurídicos provém do facto de, em muitos dos casos, serem conceções e “tiques” jurídicos da língua de partida que não têm representação na língua de chegada. Por esse motivo, as suas omissões, como no exemplo 1, ou as suas substituições para um “modo de dizer” da língua e cultura de chegada, como no exemplo 2, tornam-se soluções naturais.

Similarmente com o que aconteceu com a tradução do documento do primeiro exemplo prático, na identificação do público-alvo do diploma surgiram quesitos que exigiam uma análise mais aprofundada. Reichmann & Zavaglia (2014, p. 53), na sua reflexão sobre a tradução de documentos escolares/académicos, discursam sobre como “produzir um texto significa supor a sua recepção e, por consequência, a sua compreensão, ou seja, presumir que seja possível compartilhá-lo em comunidade (no nosso caso, entre estabelecimentos de ensino de dois ou mais países) (...)”. Tendo em conta que um dos aspetos que o tradutor tem de ser em consideração é como o texto de chegada será recebido, o próprio terá de, através da sua experiência, “adivinhar” aquilo que o público-alvo quer saber. Neste caso, na procura por soluções terminológicas terá de considerar a situação atual do estudante (Delvizio, 2017) e os seus objetivos aquando do pedido de tradução de documentos escolares/académicos. O que quererá uma escola ou uma universidade receber? No que diz respeito ao diploma universitário, as horas de contacto de cada unidade curricular poderão ser indispensáveis para encontrar

---

<sup>23</sup> Trinity College Dublin. (s. d.). *Services*. <https://www.tcd.ie/structure/services/> (consultado a 2 de setembro de 2023)

equivalências, ou a tradução do título do grau académico poderá ser a diferença entre reconhecer uma licenciatura pré-Bolonha e uma licenciatura pós-Bolonha. Por outro lado, quando nos referimos a um histórico escolar, as faltas que um aluno deu poderão interessar se a questão for a da assiduidade, ou o nível de domínio de uma língua numa disciplina de língua estrangeira, também para a questão das equivalências (quando não há um quadro de referências comum em vigor). Haverá sempre discrepâncias institucionais e culturais na comparação entre as realidades educacionais de dois países (Reichmann & Zavaglia, 2014; Delvizio, 2017), que nem sempre o tradutor consegue resolver devido à ausência de correspondências diretas e das particularidades de cada caso, mas também existem estruturas em funcionamento nas próprias instituições e técnicos cujo trabalho é exatamente o de combater estes problemas de equivalência. Em suma, tampouco nada garante o tradutor que o público-alvo de um documento escolar/académico seja uma instituição de ensino.

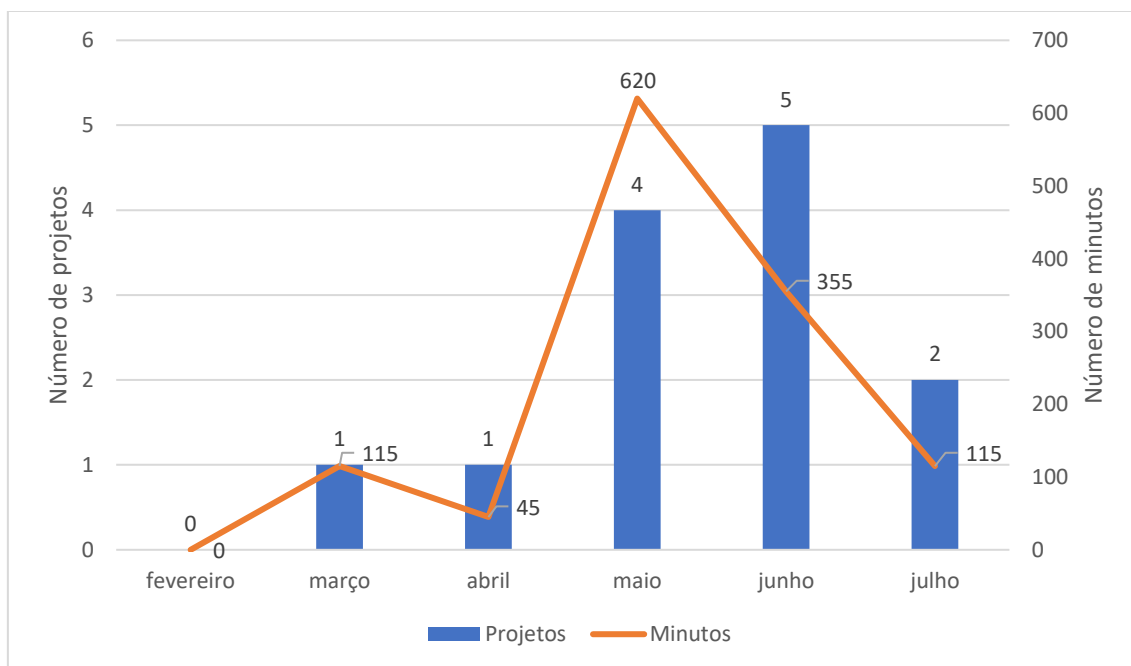
Todos os exemplos deste caso prático, mas especialmente o exemplo 3, são representativos de um problema comum encontrado no decorrer do estágio curricular no que diz respeito à especificidade dos contextos de cada país. Acontece que o exercício de recorrer a bases terminológicas, à leitura de textos académicos e a pesquisas gerais *online* pode ser um exercício limitativo na procura por soluções de tradução. Grande parte do conteúdo *online* na língua inglesa contempla apenas duas variantes linguísticas - a que provém do Reino Unido e a que provém dos Estados Unidos da América, fazendo com que seja absolutamente necessário, ao se retratar a realidade de outro qualquer país, selecionar cuidadosamente as fontes mais adequadas e segregar aquelas que não distinguem contextos culturais. Ainda que a quantidade exponencial de informação que existe atualmente seja mais amiga que inimiga, cabe ao tradutor saber individualizar o seu documento e, subsequentemente, a sua tradução, e as características e necessidades únicas dos próprios, e não deixar que o seu discernimento se turve por soluções gerais, ainda que unânimes, do volume de estudo heterogéneo da terminologia inglesa.

## **3.2 Interpretação**

### **3.2.1 Análise das Tarefas Realizadas**

No decorrer do estágio curricular, foram atribuídos 13 pedidos de interpretações, dos quais apenas 12 se realizaram, visto que um desses pedidos foi cancelado já após a deslocação ao local da interpretação. De forma a elaborar uma análise completa da

experiência como intérprete fora de Portugal, decidiu-se contabilizar as treze oportunidades de interpretação oferecidas pela empresa a que me disponibilizei fazer e a incorporar a interpretação cancelada na caracterização nos casos estudados.



**Figura 5 - Número total de interpretações e de duração por interpretação**

Representada neste gráfico figura-se a distribuição das tarefas de interpretação realizadas por mês, por número de projetos e por minutos decorridos. Esta segmentação foi feita de modo a revelar as circunstâncias da duração de cada interpretação médica, cujo cálculo da média dos minutos por interpretação se aproxima dos 89. Na contabilização da extensão de tempo de cada projeto, deduziu-se o tempo das deslocações aos locais das interpretações, mas foram acrescentados os tempos de espera e os períodos de pausa, por ainda estar de serviço como intérprete.

Como foi explicado na análise das tarefas escritas, a minha disponibilidade para realizar interpretações durante o mês de julho foi vetada pelas Gestoras de Projetos dos escritórios de Dublin devido à quantidade de pedidos de tradução desse mês. Por esse motivo, apenas foram cumpridos dois pedidos de interpretação em julho, ainda que nos dois meses anteriores tenha havido atipicamente muita procura por intérpretes de português e me tenha sido confiada, desde essa altura, uma maior responsabilidade nesta área de especialização. Será, ainda, importante salientar que o número elevado de minutos

passados em interpretações no mês de maio se deve, essencialmente, a um único projeto que demorou 415 minutos, ou seja, quase sete horas.

Outros cálculos relevantes na atividade da interpretação são o da repartição por local, por variante linguística e por tipologia. Quanto à repartição por local, confirma-se o teor médico das interpretações, visto que mais de metade das interpretações, 69% ao certo (9 projetos), realizaram-se num hospital, e 23% (3 projetos) num centro de saúde. Os restantes 7% são equivalentes a uma interpretação em contexto legal que se concretizou num cartório notarial.

O predomínio da variante brasileira da língua portuguesa na República da Irlanda também se estendeu aos serviços de interpretação completados, que regista 85% da totalidade de projetos desta função desempenhada. Aqui, também se levantaram problemas linguísticos e dificuldades comunicativas, onde a diferença entre a variante nativa do paciente e do intérprete criou impedimentos à transmissão e à receção de mensagens entre as três partes participantes. Por existir esta barreira intralinguística era habitual o intérprete deparar com níveis díspares de compreensão da comunicação verbal da variante portuguesa de Portugal por parte dos pacientes. Posto isto, sempre que era identificado este obstáculo, teria de ser feito um esforço adicional da minha parte na qualidade de intérprete para comunicar da forma mais pausada e mais clara possível, sem que isso pusesse em causa o decurso natural do diálogo. Como tal, também era necessário recorrer a trocas recorrentes de termos portugueses por brasileiros, problemática que será analisado e exemplificada nos seguintes subcapítulos.

Dentro da divisão por tipologia, ao invés de ser especificado o departamento onde a interpretação se sucedeu (por exemplo, dermatologia ou cardiologia) ou o conteúdo geral da conversa, será analisada a tipologia da consulta médica em si. Isto dá-se por os dados serem demasiados esparsos. 10 das consultas, que corresponde a, aproximadamente, 77% das interpretações, eram de especialidade, com as consultas de clínica geral e consultas cirúrgicas representarem uma fatia de, aproximadamente, 8% cada uma, ou seja, apenas 1 único caso. Os restantes 7% refletem a experiência de interpretação legal que teve lugar num cartório notarial.

Isto refletiu-se na necessidade de estudar terminologia especializada durante tanto tempo quanto possível antes da interpretação, visto que, como foi supramencionado, geralmente os pedidos não eram atribuídos com muito tempo de antecedência e sobrava

apenas o tempo da deslocação para fazer um pequeno glossário da área de especialização com base na pouca informação disponível. Isto introduziu uma camada acrescida de dificuldade dada à falta de preparação linguística e à ausência da repetição de terminologia. Estas adversidades serão exploradas nos seguintes pontos.

### **3.2.2 Exemplo Prático III: *Child language brokering***

Como explanado anteriormente, os exemplos práticos de interpretação serão desenvolvidos através de um modelo de análise situacional e contextual, ao invés do sistema de apresentação de dificuldades e soluções de tradução tradicionalmente confiado à utilização de uma tabela, conforme visto nos casos exemplificados nos subcapítulos anteriores. Em vista disso, e dada a natureza textual limitada da prática da interpretação e o facto desta se encontrar em “pé de desigualdade” neste meio escrito, serão apresentadas algumas informações-chave sobre caso em questão e relatados alguns dos problemas encontrados e respetivas soluções.

Cada caso de interpretação representou um desafio único e diferenciado, não só pelas características do tema da intervenção, e o nível de gravidade da situação médica do paciente que isso podia simbolizar, como a presença dos próprios intervenientes - do número, das idades, dos géneros, das relações interpessoais, e da capacidade em acolherem um desconhecido nas suas vidas pessoais. Outro fator a ter em conta para que se encontre a melhor abordagem a cada interpretação é a familiaridade que o intérprete tem (de ter) com os procedimentos dos serviços médicos no país em questão (aqui, República da Irlanda) e os procedimentos de interpretação (consecutiva). Especialmente no que diz respeito a situações onde os intervenientes nunca entraram em contacto com um intérprete ou em situações de saúde frágil, é benéfico para a mediação da intervenção que o intérprete domine estes conhecimentos, que os saiba transmitir de uma forma clara, e que contribua para garantir que o meio envolvente seja livre de desentendimentos e que participe como figura modelo de segurança e invulnerabilidade.

Esta questão é particularmente relevante para este terceiro exemplo prático e primeiro caso de interpretação neste relatório de estágio. Seguem-se as informações-chave do mesmo, para que de seguida se analise as condições impostas ao intérprete.

- **Presencial ou à distância:** Presencial, numa unidade de saúde familiar
- **Intervenientes:** 5 (cinco)

- **Combinação e variante linguísticas:** Inglês do Reino Unido e português do Brasil
- **Especialidade médica:** Psiquiatria da Infância e da Adolescência
- **Motivo da intervenção:** O paciente (criança com seis anos) tinha sido previamente diagnosticado com Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA). Tratava-se de uma consulta programada para acompanhar o desenvolvimento da criança, a adaptação à medicação que lhe tinha sido prescrita em consultas anteriores, e para tirar dúvidas que os pais pudessem ter. A médica pediu para que, preferencialmente, o pai e a mãe estivessem presentes, dado o facto de o pai ainda não ter conseguido comparecer a uma consulta por causa do seu horário de trabalho.

Com isto em vista, procedemos à identificação e análise dos maiores problemas encontrados na prática da interpretação com base na caracterização supracitada, às exigências impostas ao intérprete, e às soluções perspectivadas. Caracterizados como facilitadores e complicadores, atendeu-se aos fatores individualizados deste exemplo prático de forma a conseguir reconhecer e adotar as estratégias mais adequadas, atentando, igualmente, aos fatores generalizados supracitados. A participação de uma criança, a natureza das características da sua condição, e o facto de ser o único interveniente bilingue com a exceção do intérprete levantaram algumas questões interdisciplinares interessantes a serem estudadas num episódio que revelou ser dificultoso de mediar e provou ser um desafio de adaptação constante - posto, igualmente, o facto de esta ser a interpretação realizada com o maior número de intervenientes de todas as interpretações realizadas no contexto do estágio curricular.

Pretende-se, com os dois problemas subsequentemente apresentados, explorar os variados aspetos do exercício da interpretação numa situação real de interpretação em contexto médico, e pôr em prova os ensinamentos das unidades curriculares do Mestrado de Tradução e Interpretação Especializadas, especialmente na senda dos estudos da interpretação. Demonstrando os possíveis entraves comunicativos da mediação linguística e extralinguística, considerar-se-á complicadores como as problemáticas inerentes à presença de uma criança como paciente e fatores presumivelmente facilitadores como o papel do intérprete como mediador (inter)cultural - neste cenário, complicador, dada a diversidade intracultural entre os intervenientes.

**Problema um:** A criança, que tinha emigrado para a República na Irlanda quando era muito nova e tinha pais brasileiros, sabia falar inglês e português fluentemente, e, por vezes, intervinha na conversa para acrescentar ou corrigir algo que o intérprete tinha dito - participando na conversa igualmente como paciente e como *child-language broker*. Para além de cortar a palavra ao intérprete, interrompia os momentos de interpretação consecutiva dedicados ao intérprete, especialmente quando este se dirigia aos pais.

Não obstante ser dúbio pressupor as intenções de uma criança em contextos médicos, e não só, especulou-se, aqui, pelas suas interações com os intervenientes, que estivessem a acontecer duas coisas no decorrer da interpretação. Ainda que estivesse um intérprete presente, e que este se tenha apresentado como tal, a perceção da criança do acontecido pareceu ser a seguinte: (1) não é capaz de denotar a presença do intérprete como um profissional e não entende os procedimentos referentes à sua função - a necessidade de transmitir o que está a acontecer aos pais que não falam inglês, e (2) entender a consulta como uma conversa informal com a médica, e não um espaço formal em contexto médico que requiere a participação dos pais.

O primeiro ponto é corroborado e explorado por Nilsen (2013), que questiona, no seu estudo, a capacidade de crianças percecionarem o papel do intérprete não como um participante ativo da conversa, mas como um participante passivo cuja missão é transferir a mensagem dos outros intervenientes. Apesar de não ser a sua primeira experiência com um intérprete numa consulta sobre PHDA, a criança deste caso de interpretação aparenta não compreender o âmbito da atuação do intérprete e interrompe-o regularmente, complicando, naturalmente, o trabalho do mesmo, que não se sente no direito de repreender a criança. Contudo, é perceptível que estas ações não nascem de uma necessidade de isolar o intérprete da conversa ou por necessidade de esconder informações dos pais (que não falam inglês), mas que são fruto das particularidades da sua condição - da sua hiperatividade e do seu hábito em estar irrequieta (algo que os próprios pais mencionam durante a consulta).

Para compreender o papel desta criança dentro das particularidades deste caso e a sua influência no esquema comunicativo analisamos uma definição de *child-language brokering*. Uma prática inseparável dos estudos do fenómeno da imigração, pode-se entender por *child-language brokering* as "interpreting and translation activities carried out by bilingual children who mediate linguistically and culturally in formal and informal contexts and domains for their family, friends as well as members of the linguistic

community to which they belong” (Antonini, 2015, as cited in Antonini, 2016, p. 713). Sendo comum que esta prática ocorra sobretudo em serviços de setor público, nomeadamente médicos ou judiciários, entre outros, são conhecidas as várias objeções a permitir que um intérprete sem formação profissional medeie para familiares, especialmente uma criança. De acordo com Rousseau et al (2011), um dos resultados negativos identificados em casos em que crianças atuam como intérpretes para familiares é a problemática inversão dos papéis e das dinâmicas familiares, que neste caso prático não é possível identificar. Reconhece-se o paciente deste exemplo prático como *child-language broker*, cumprindo os requisitos supramencionados? Ainda que se calhar parcialmente, pela vontade do próprio paciente, não recaem nele o peso das responsabilidades tradicionalmente atribuídas a este papel - a de transmitir informações sensíveis a familiares, entre outros. Compreende-se que a presença de um intérprete profissional inibe possíveis constrangimentos neste sentido, e depende-se que as interrupções do paciente não surjam da necessidade de este controlar uma narrativa, mas, por outro lado, da dificuldade que tem em voltar à sua linha de raciocínio, após ser interrompido pelo intérprete.

Referindo-nos ao segundo ponto, o paciente, que entendia as perguntas da médica, quase sempre dirigidas diretamente a ele - sobre a escola, os amigos, os hábitos alimentares -, como uma conversa leviana entre amigos, podia sentir dificuldades em voltar à história que estava a contar se fosse continuamente interrompido. Isto ocorria dada a natureza pausada da interpretação consecutiva e a obrigação do intérprete em partilhar com os pais o que estava a ser discutido entre a médica e o filho. Podendo este modo de interpretação ser mais disruptivo para este episódio do que proveitoso, tanto para o paciente que queria poder estar sempre a falar, para a médica cuja primeira experiência de interpretação era aquela e, portanto, não sabia oferecer espaços ao intérprete para interpretar, para os pais que sentiam que havia lacunas na informação partilhada, e para o intérprete incapaz de providenciar uma visão completo da situação, deduziu-se rapidamente que ter-se-ia de adaptar a metodologia usada.

A comunicação ininterrupta longa entre o paciente e a médica, sem supervisão dos pais, é contraproducente às necessidades da consulta e ao pedido da médica de ambos os pais estarem presentes, impossibilitando correções e pontos de vista diferentes dos familiares e sendo, também, possível ao paciente mentir a qualquer momento. Isto poderá ter erros catastróficos no que diz respeito à condição do paciente e permitir que a

prescrição errada seja dada à criança. Desta forma, combinou-se com a médica que sempre que conversava unicamente com o paciente, o intérprete estaria paralelamente a sussurrar aos pais o que estava a ser comunicado entre os outros dois intervenientes - a este tipo de interpretação damos o nome de *chuchotage*.

**Solução:** Apesar de ser da responsabilidade do intérprete encontrar os momentos ideais durante a conversa para intervir e cortar o discurso dos intervenientes, de forma a garantir que a mensagem é transmitida claramente e corretamente, uma reflexão sobre as particularidades deste caso de interpretação inviabilizaram uma interpretação consecutiva bem-sucedida. Mesmo após ser corrigida pelos pais, a criança continuou a desestabilizar a interpretação, sendo, portanto, do interesse do intérprete alterar o modo de interpretação para *chuchotage*.

**Problema dois:** De forma a perceber se o paciente notou algumas diferenças ou dificuldades com qualquer tipo de alimento após o aumento da dosagem da medicação da última consulta, a médica pergunta aos pais sobre os seus hábitos alimentares e à criança a sua comida favorita. Esta, encabulada, não sabendo bem o que responder, olha para os pais, para que estes respondam por ela. Quando os pais respondem que ela gosta muito de doces e que a sua sobremesa favorita é a cocada, a médica admite não conhecer este bolo e pede aos pais que expliquem o que é. O pai, entusiasmado por dar a conhecer uma parte da sua cultura, acaba por relatar todos os passos da receita ao intérprete, que prontamente transmite a mensagem à médica. Sem ter conseguido ficar com uma boa ideia do que é esta sobremesa, pede ao intérprete para dar uma breve explicação, e este tem de admitir que ele próprio não conhece esta iguaria, e que, portanto, não é capaz de explicar por palavras próprias.

Quase todos os casos de interpretação realizados durante o estágio curricular, com a exceção de um, implicavam a vertente linguística brasileira da língua portuguesa, que, como já vimos anteriormente, não é a vertente linguística do intérprete. Intérpretes de nacionalidade brasileira possuem, em virtude das suas condições naturais referentes às suas vivências no Brasil ou em comunidades brasileiras, vantagens evidentes que um intérprete português não tem neste contexto. Não obstante um cidadão natural português falar a mesma língua, as exigências a nível cultural, social, histórico, e intralinguístico requerem naturalmente uma acomodação significativa. Rapidamente emergem problemas resultantes da diferença de nacionalidades entre o intérprete português e os intervenientes

brasileiros que podem pôr em risco o exercício de mediação, como foi o caso deste exemplo prático, particularmente no que diz respeito a aspetos culturais.

Rousseau et al (2011) realçam a importância do intérprete de desempenhar o papel de mediador, ou seja, de ser capaz de comunicar os códigos culturais referentes ao intercâmbio de informações, e reforça a necessidade deste papel existir simultaneamente nos planos ético e clínico, quando fala de contextos médicos. Nilsen (2013) subscreve a esta ideia ao utilizar a perspectiva teórica interacionista de Wadensjö no seu estudo (Wadensjö, 1998, as cited in Nilsen, 2013), que promove a interação da interpretação como um todo, e não visa separar a parte tradutora da parte mediadora. Para esta autora, o intérprete tem duas funções diferentes, mas síncronas: a de tradutor e de mediador, em igual medida linguista e coordenador do diálogo. É, portanto, imperativo que o intérprete domine todos os planos da interpretação e que possua todas as competências exigidas em cada contexto.

Coloca-se a questão: será viável para um intérprete português que não tenha uma formação intralinguística especializada na vertente brasileira interpretar contextos unicamente brasileiros? Sendo a função principal do intérprete ser uma representação fiel da participação de, neste caso de interpretação, não falantes de inglês, e não sendo este capaz de reproduzir a felicidade do pai (e, em extensão, a família inteira) em partilhar a sua gastronomia, e, por isso, a sua cultura, a resposta a esta pergunta será, decerto, não. Ao responder à médica que não é capaz de simplificar uma explicação da sobremesa descrita, o intérprete demonstra sinceramente as lacunas da sua atividade como intérprete.

**Solução:** A solução encontrada pelo intérprete passou pela sugestão de mostrar uma foto da sobremesa, explicando que se trata de uma sobremesa tipicamente brasileira, e perguntar apenas os ingredientes-base ao pai para os comunicar à médica. Por iniciativa própria, os pais também se ofereceram para trazer na consulta seguinte um bocado de uma cocada caseira para a médica e o intérprete provarem e darem a conhecer a gastronomia e cultura regional brasileira.

### **3.2.3 Exemplo Prático IV: Mediação emocional**

O exemplo prático IV, cujos problemas e soluções de interpretação serão explorados neste subcapítulo, não é dissemelhante ao exemplo prático anterior (III). No que diz respeito à metodologia utilizada, mantém-se, deste modo, o recurso a uma análise situacional e contextual, que procura destacar e examinar as especificidades deste caso de

interpretação e identificar as estratégias de comunicação mais adequadas face à singularidade das suas dificuldades.

Para além dos fatores enumerados no subcapítulo anterior, a identificação das estratégias de interpretação aplicadas na prática desta interpretação está, igualmente, inerentemente vinculada às condições impostas ao intérprete pela gestão de projetos de interpretação da empresa em questão. Conforme mencionado no primeiro capítulo, constatou-se que nem sempre era possível que o intérprete tivesse acesso a informações básicas e essenciais sobre o pedido de interpretação que ia realizar *na Word Perfect Translations*, dada a natureza do processo de recolha de dados na mesma. Esse fator, em conjunto com a ocasional urgência de preencher uma lacuna deixada por outro intérprete que teve de cancelar à última hora, condicionou uma das fases importantes do processo metodológico do intérprete, a preparação. Em virtude da imprevisibilidade das circunstâncias e dos cenários com que o intérprete se iria deparar, tornou-se inviável o planeamento terminológico e a identificação premeditada de possíveis dificuldades de interpretação.

Deixando o reconhecimento das temáticas e das problemáticas de cada interpretação para o primeiro momento de contacto com os intervenientes, denotou-se, na prática deste exemplo, que esta caracterização não ocorreu tanto ao nível linguístico da expressão verbal ou ao nível da preparação terminológica, mas sim ao nível circunstancial e ao nível das idiossincrasias dos intervenientes. Desse modo, optou-se, aqui, por dar ênfase à questão da mediação emocional, central na discussão das interações paciente-intérprete-familiares em contextos médicos de saúde frágil, por se enquadrar mais no episódio abaixo descrito. Apresentam-se, então, as informações-chave do exemplo prático IV.

- **Presencial ou à distância:** Presencial, numa ala pediátrica de um hospital público
- **Intervenientes:** 4 (quatro)
- **Combinação e variante linguísticas:** Inglês do Reino Unido e português do Brasil
- **Especialidade médica:** Cirurgia Pediátrica
- **Motivo da intervenção:** O paciente (criança com oito anos), acompanhado da mãe, tinha chegado ao hospital na noite anterior para fazer uma cirurgia para retirar um quisto do queixo. O hospital tinha instalado os dois familiares num

quarto privado na ala pediátrica e tinha dado instruções que poderiam ter de ficar à espera de uma vaga para a cirurgia o dia inteiro. Como tal, e porque a mãe não falava inglês (o filho, já tendo nascido na República da Irlanda, era bilingue), disponibilizaram um intérprete para os acompanhar o dia inteiro - antes e depois da cirurgia, e em qualquer altura que a mãe quisesse falar com os profissionais de saúde.

À luz do enquadramento teórico feito no capítulo II e da formação oferecida pelo Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas, foi possível traçar um perfil da situação com a informação presentada e discernir possíveis facilitadores e complicadores para a interpretação, detetando-se aqueles que podem ser assimilados com maior facilidade dada a experiência prévia em contexto académico (e.g., simulações de consultas médicas na unidade curricular de Interpretação de Acompanhamento). Assim como se sucedeu no exemplo prático III, a presença de uma criança como interveniente, em particular como paciente, impôs uma acomodação às abordagens naturais de interpretação que existem só com intervenientes adultos, tendo de se considerar sensibilidades e limitações infantis diferenciadas, nomeadamente, por exemplo, a incapacidade de uma criança compreender a presença do intérprete como um profissional, como estudado por Nilsen (2013). Estas adequações apresentam-se como complicadores para a interpretação e condicionam, naturalmente, possíveis estratégias que podiam ter sido escolhidas unicamente com base noutros fatores, como o tema da situação médica.

Os constrangimentos trazidos à função do intérprete pelos obstáculos descritos e a divisão criada entre os dois tipos de postura a serem simultaneamente adotados constituem apenas dois exemplos de dificuldades encontradas e aludem às inúmeras questões que tiveram de ser estudadas neste caso de interpretação e as dúvidas sobre o melhor modo de as solucionar, particularmente nos dois problemas decorrentes.

**Problema um:** Um ano antes desta intervenção, a criança já tinha sido operada para retirar um quisto situado no queixo, que, entretanto, terá voltado a crescer, daí a necessidade de remeter o paciente a uma nova cirurgia. Tendo o cirurgião informado os intervenientes de que, desta vez, para além do quisto em si, teriam de retirar também um pedaço do osso onde o quisto estava alojado (de forma a evitar que ele crescesse uma terceira vez), era perceptível que tanto a mãe como o filho estavam mais nervosos, dada a seriedade e os perigos acrescidos da situação, comparativamente ao último episódio.

Tendo conhecimento das novas preocupações e das apreensões da mãe face ao estado de saúde (possivelmente frágil) do filho, ainda que o cirurgião tenha tranquilizado os dois familiares de que a cirurgia era segura e que a criança não corria graves riscos de vida, foi considerada a necessidade de alterar o tom utilizado pelo intérprete. Surgem, então, os primeiros indícios da postura que seria mais sensata de assumir, na ótica não do intérprete como figura neutra e imparcial, mas, por outro lado, do intérprete como figura empática e tranquilizadora num contexto médico de saúde frágil e no contacto com crianças. Levantam-se, então, várias questões: deve o discurso e o registo do intérprete ser o mesmo, independentemente das características dos intervenientes e do assunto? Tidos em consideração múltiplos fatores de cada situação, como, neste caso, a idade precoce do paciente e a delicadeza do assunto, e parecendo a criação de estratégias especializadas a mais adequada na generalidade da prática da interpretação, até onde poderá/deverá o intérprete acomodar aspetos da sua intervenção? Ajudará a esta criança e à sua mãe o intérprete ter uma abordagem mais empática?

No seu estudo sobre a perceção que as crianças podem ter do papel de intérpretes nas suas interações em simulações de interpretação, Nilsen cita uma polícia norueguesa: “It is important that the interpreter is pleasant and friendly when interpreting for young children, but she should not be more pleasant and friendly than me” (2013, p. 14). Apesar de, neste exemplo, a autora se estar a referir às limitações do intérprete no que diz respeito ao contacto não-verbal com uma criança durante um episódio de interpretação, o mesmo se aplica à comunicação verbal. Ainda que o intérprete tenha, incontestavelmente, de ter em consideração as especificidades de cada contexto para evitar mal-entendidos dialogados, não deve fazer alterações injustificadas à mensagem dos intervenientes, incluindo o tom utilizado.

Para além dos motivos explanados anteriormente, outro fator que impactou a decisão de o intérprete adotar uma abordagem mais empática com os dois familiares, em particular com a criança, foram as suas interações fora das intervenções do cirurgião e das enfermeiras, no dito tempo de espera. Tendo o intérprete chegado tão cedo quanto as nove e meia da manhã e só ter sido dispensado às quatro e meia da tarde do mesmo dia, é evidente o elemento do tempo da interpretação teve de ser considerado nesta análise. Dada a disposição nervosa da mãe, que ocasionalmente tinha longas chamadas com outros familiares para dar novidades da situação e, que, por essa razão, se mostrava indisponível para ocupar o tempo livre do filho antes da cirurgia, a criança abordava o intérprete para

ir brincar com ela. A ala pediátrica do hospital incluía uma área recreativa para os pacientes infantis, onde a criança deste exemplo prático queria passar grande parte do tempo. Nem sempre tendo companhia para jogar às escondidas ou jogar à bola, a criança recorria ao intérprete para a acompanhar nas brincadeiras de recreio. Ademais, a mãe do paciente regularmente conversava com o intérprete sobre o historial médico da criança e do historial familiar, partilhando detalhes íntimos e privados dos intervenientes e da cirurgia anterior para que, na sua ótica, o conhecimento desta informação ajudasse o intérprete a mediar a situação com uma maior facilidade.

Esta aproximação a nível pessoal com os intervenientes foi única a este exemplo prático (dentro de todos os casos realizados no estágio curricular), fruto das várias horas despendidas à espera de qualquer intervenção de interpretação. Embora o intérprete não tenha procurado diretamente estes procedimentos, foi igualmente incapaz de demarcar limitações específicas e de considerar se esta seria uma abordagem moral, ou não.

**Solução:** O dilema que surgiu na prática deste caso de interpretação da adaptação às sensibilidades dos intervenientes é um reflexo do “aperto de coração” que a situação causou pessoalmente ao intérprete. Quanto à conduta do intérprete durante a interpretação, este impasse não dependeu de uma resolução encontrada pelo próprio. Os intervenientes hospitalares (o cirurgião e as enfermeiras) foram sempre amáveis com o paciente e a mãe, recorriam a terminologia não técnica e facilmente compreendida por não especialistas, disponibilizavam-se para responder a todas as perguntas que pudessem ter e até brincavam com a criança. É de notar que profissionais de saúde na área de pediatria têm uma formação individualizada a episódios deste cariz e possuem as competências interpessoais adequadas para navegarem situações de saúde frágil e interações impressionáveis com crianças. Quanto à conduta extra-interpretação e restando saber as implicações éticas deste género de afinidade numa interpretação e o impacto que poderá ter (tido) no intérprete e nos intervenientes, não é possível concluir qual teria sido a melhor estratégia para confrontar questões emocionais, sendo apenas, aqui, relatado o acontecido.

**Problema dois:** Quando foi permitido à mãe e ao intérprete reencontrarem-se com o paciente após a cirurgia, também estavam presentes duas enfermeiras na sala de recuperação, que cuidavam da criança enquanto conversavam entre si, em termos técnicos, sobre os procedimentos da cirurgia (os medicamentos utilizados, o desenvolvimento da intervenção, entre outros). A mãe, particularmente nervosa por ter

esperado mais tempo do que o que tinha sido notificado que seria e por não ter tido acesso a muitas informações durante esse período de espera, pediu ao intérprete que lhe comunicasse o que estava a ser dito pelas enfermeiras. O intérprete ficou apreensivo e questionou-se se deveria interpretar uma conversa paralela (sussurrada entre as enfermeiras) que não fosse direcionada a mãe e tampouco a incluísse.

Mesmo antes da cirurgia começar, foi pedido à mãe e ao intérprete que saíssem da sala e que retornassem para o quarto privado que tinha sido atribuído ao paciente, ficando à espera de novas instruções. Após a cirurgia, o cirurgião recomendou que o paciente ficasse algum tempo a recuperar numa sala à parte, antes que familiares pudessem ir ter com ele. Passado o tempo determinado, permitiram a entrada à mãe e ao intérprete na sala de recuperação, onde as supramencionadas enfermeiras tomavam notas sobre os procedimentos da cirurgia. Antes que o cirurgião pudesse fazer um *debrief* à mãe do que aconteceu durante a operação e os cuidados que esta teria de ter com o filho daí em diante, a mãe solicitou a ajuda do intérprete em replicar em português a conversa privada das duas enfermeiras. Desconfiado se o deveria fazer, o intérprete pesou esta questão de duas maneiras: (1) quais são as delimitações da atuação do intérprete no contexto de acompanhamento?; (2) que estratégia deve o intérprete adotar quando não está confortável com a terminologia técnica da intervenção?

Quanto à primeira questão extralinguística, ponderou-se o papel do intérprete e as suas responsabilidades e analisaram-se várias problemáticas. Tendo de estar o intérprete disponível o dia inteiro para acompanhar a mãe, faz esta interação parte do leque de funções do mesmo? São abrangidos pelo exercício de interpretação momentos falados na língua que o interveniente não domina que não são dirigidos, diretamente ou indiretamente, a nenhum dos intervenientes? Terá o interveniente direito a obter todas as informações a que o intérprete tem acesso? No contexto do episódio descrito, pode-se entender que se tratava de uma conversa lateral, não direcionada a nenhum dos intervenientes, que já tinha começado ainda antes destes terem chegado ao local.

O intérprete, ainda que esteja alerta a todas as informações apresentadas ao seu redor, incluindo conversas paralelas, para presentear aos intervenientes uma visão completa da intervenção, está predisposto naturalmente a fazer uma separação entre a informação que deve ou não partilhar com os intervenientes, com base na sua relevância. Por esse motivo, e apesar de a conversa entre as duas enfermeiras ser de extrema relevância para o assunto em questão, considerou-se que fosse uma conversa privada

(dado o facto de estarem a sussurrar), de teor técnico (não apropriado a não profissionais), e que não deveria ser partilhada sem o consentimento das mesmas, ainda que estivessem a uma distância pequena o suficiente para ser ouvida. Estas considerações, em conjunto com as que se seguem, referentes aos problemas encontrados no plano linguístico, foram analisadas para que se encontrasse, naquele momento, a solução mais adequada.

Flores et al (2012) versam sobre o impacto que erros cometidos por um intérprete num contexto médico podem ter sobre aspetos clínicos, referindo as potenciais consequências associadas à deturpação ou omissão de informação, como danos evitáveis e lesões graves, entre outros. Também se compreende que estes erros de interpretação conseguem influenciar o entendimento que os pais têm do estado de saúde dos filhos (particularmente interessante para este exemplo prático), e comprometer a segurança dos mesmos (Flores et al, 2012). Com isto em vista, concluiu-se que não seria sensato tentar interpretar simultaneamente a conversa entre as duas enfermeiras, dadas as lacunas apresentadas pelo intérprete na sua falta de domínio da terminologia em questão. Podendo ser desastroso tentar compartilhar à mãe uma ideia errónea sobre a condição do filho, e, conseqüentemente, deixá-la num estado mais nervoso, procurou-se encontrar uma estratégia alternativa que não fosse, por um lado, cometer conscientemente erros de interpretação, e, por outro, não atender ao pedido da mãe de todo.

**Solução:** O intérprete notificou as enfermeiras, com as quais ainda não tinha entrado em contacto, do seu papel como intérprete na intervenção e do pedido que a mãe lhe tinha feito, perguntando se o teor da conversa poderia ser-lhe partilhado. Por sua vez, as enfermeiras responderam à mãe de que o cirurgião principal iria explicar-lhe tudo em breve, mas que ela não tinha nada com que se preocupar. Esta informação, em conjunto com a amabilidade e a atenção dada pelas enfermeiras, pareceu reconfortar a mãe, que não voltou a insistir no assunto, virando a atenção para o filho. Mais tarde, o cirurgião informou a mãe como prometido.

A análise e reflexão crítica destes quatro exemplos práticos nas duas áreas de atuação do estágio curricular permitiu que tivesse um entendimento mais profundo de variadas dinâmicas e perspetivas interseccionais. Identificaram-se não só os pontos fortes e fracos do exercício das atividades da tradução de documentos oficiais e da interpretação médica, mas também a aplicação direta dos conhecimentos teóricos na resolução de problemas reais, definindo-se, assim, abordagens e tomadas de decisão fundamentadas para experiências futuras. Esses exemplos práticos tornaram-se simultaneamente

ilustrações das tarefas desenvolvidas num contexto profissional, mas também contribuições para o desenvolvimento de capacidades analíticas e críticas, essenciais para uma atuação mais eficaz.



O presente relatório de estágio enquadrou-se no âmbito da conclusão do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e da consequente obtenção do grau de mestre. Este relatório teve por base uma análise ao trabalho desenvolvido durante seis meses enquanto estagiária na empresa *Word Perfect Translations*, que proporcionou a oportunidade única de ver em primeira mão o funcionamento de uma empresa de serviços de tradução e interpretação a (quase) todos os níveis. Nesse sentido, verifica-se o cumprimento de um dos objetivos propostos, tendo não só desenvolvido tarefas de tradução de textos e de realização de interpretações, como também contribuído diretamente para a gestão de projetos de tradução e de interpretação e para o trabalho realizado nos departamentos de *Invoicing* e *Payroll*.

Não obstante, por outro lado, é preciso reconhecer que a dimensão plena da experiência foi inibida pelas condições apresentadas pela empresa que, na opinião do estagiário, limitaram o seu alcance profissional, que, apesar delas, foi capaz de traçar metas pessoais e comuns para contornar determinadas dificuldades. A ausência de mecanismos de acompanhamento e de formação levaram a um maior desenvolvimento do trabalho autónomo, e à liberdade de monitorizar o próprio progresso e de gerir um ritmo de trabalho individualizado; a supressão de oportunidades para trabalhar em gestão de projetos, como indicado no primeiro plano de estágio, obrigou a que o estagiário se especializasse e dedicasse mais tempo à tradução de documentos oficiais, abrindo caminho à disponibilidade para interpretar; a dependência no número de estagiários da empresa constituiu a base para o cultivo de um ambiente de entreajuda e de partilha de conhecimentos e momentos de aprendizagem ativa num grupo multicultural de estudantes. Todos estes aspetos, entre outros, formaram um conjunto de vantagens que fundamentam em prol da integração de um mestrando num estágio de carácter europeu, onde competências transversais e de comunicação profissional podem ser desenvolvidas num contexto interdisciplinar.

A par das observações recolhidas da componente prática, grande parte das considerações feitas neste relatório de estágio derivam da revisão de literatura das áreas da Tradução e da Interpretação, e adjacentes, que complementam o trabalho realizado enquanto estagiária. Dada a natureza da versatilidade de oportunidades disponibilizadas na *Word Perfect Translations*, e dada a incerteza da possibilidade de fixar o meu trabalho numa única tarefa, as funções realizadas no decorrer do estágio curricular recaíram em

duas áreas de especialização, ao invés de uma única, delineando os focos de atuação do enquadramento teórico. Embora, num primeiro momento, isto pudesse significar uma ramificação dos objetivos do relatório, levando a duas conclusões distintas, uma para cada área, encontrou-se um elo comum que uniu a tradução de documentos oficiais à interpretação de comunidade: o elemento da (i)migração. Servindo as necessidades de indivíduos de se verem representados através dos seus documentos pessoais e de serem capazes de acederem a serviços públicos, os objetivos do enquadramento teórico recaíram, naturalmente, na ligação entre as línguas, a comunicação e a migração. Esta interseção entre os três domínios permitiu que se analisassem via documentos e encontros em contexto médico os direitos, as convicções e as emoções de (i)migrantes em dimensões socioeconómicas diferentes, incluindo as relações que têm com outros intervenientes que não falam a sua língua e não conhecem a sua cultura. Depreendeu-se que os serviços procurados por estes indivíduos ainda são muito recentes e que se urge, no mundo académico, para que sejam desenvolvidos, tal como a exploração do papel do tradutor/intérprete nestas áreas.

Na avaliação da resolução das tarefas do estágio curricular, o facto de não ter sido potencializada a extensão da ação de acompanhamento por parte dos responsáveis da *Word Perfect Translations* (e de ferramentas de *feedback*) ao estagiário incapacitou uma reflexão aprofundada a ser realizada no capítulo III, sob o pano dos dados recolhidos no decorrer do estágio curricular e dos gráficos apresentados. Se considerarmos o princípio que determina que o estágio curricular não tem a função principal de operar como intermediário entre a esfera académica e a profissional na vida do estudante, podendo, então, representar uma integração imediata num cenário profissional realista, não será de valor ter este fator do acompanhamento em consideração. Se, porventura, aceitarmos esse princípio nesta equação, teremos, igualmente, de o comparar com outros casos de entidades que oferecem aos seus tradutores/intérpretes profissionais acompanhamento e *feedback* do seu trabalho realizado. Em todo o caso, apesar de os exemplos práticos analisados no capítulo III não terem sido alvo de revisões e de supervisão, infere-se que a tipologia de texto dos documentos oficiais e a natureza da interpretação de comunidade em contexto médico impõe a aquisição de aptidões gerais e especializadas de tradução/interpretação. A hipótese de fazer uma análise retrospectiva ao trabalho realizado revelou-se vantajosa para o exercício da tradução e da interpretação e para pôr em prática capacidades de raciocínio e de resolução de problemas.

Em síntese, o estágio curricular representou uma primeira oportunidade de integrar uma empresa de tradução e interpretação, enquanto estagiária, e uma experiência única para desenvolver técnicas, hábitos e competências profissionais, expandindo o meu leque de conhecimentos e aplicando as aprendizagens adquiridas em contexto académico. Este relatório de estágio é o culminar de uma fase importante na minha vida, o fim de mais um ciclo de estudos, e um reflexo do processo contínuo de evolução académica, profissional e pessoal que se tem desenvolvido ao longo dos últimos seis anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Aguado, G., & Álvarez de Mon y Rego, I. (2004). Cultural Aspects in the Translation of Texts in the Domain of Information Technologies. *Proceedings of the 14th European Symposium on Language for Special Purposes*. [https://oa.upm.es/6509/1/Cultural\\_aspects\\_in\\_the\\_translation\\_.pdf](https://oa.upm.es/6509/1/Cultural_aspects_in_the_translation_.pdf)
- Almeida, P. (2022). Pela 1ª vez, IBGE contará com ajuda da ONU para censo de refugiados e imigrantes. *CNN Brasil*, 3 de agosto de 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pela-1a-vez-ibge-contara-com-ajuda-da-onu-para-censo-de-refugiados-e-imigrantes/>
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural [ACIDI] (2008). *Relatório de Actividades 2008*. [https://ec.europa.eu/migrant-integration/sites/default/files/2010-08/doc1\\_15371\\_932676997.pdf](https://ec.europa.eu/migrant-integration/sites/default/files/2010-08/doc1_15371_932676997.pdf)
- Alto Comissariado para as Migrações [ACM] (2021). *Relatório de Actividades 2021*. <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/43252/ACM-Relatorio-Atividades-2021.pdf.pdf/38ae01b5-a876-496b-a218-c30eb9b52b37?version=1.0>
- Andrade R. L., Nohama P, Schulz S., Hanser S, Medelyan O., Bitencourt J.L. (2006). Uma abordagem para o gerenciamento de tesouro multilíngüe baseado em amostra de textos comparáveis. *Congresso Brasileiro de Informática em Saúde*, p. 525-30.
- Antonini, R. (2016). Caught in the middle: Child language brokering as a form of unrecognised language service. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 37 (7), pp. 710–725. <https://doi.org/10.1080/01434632.2015.1127931>
- Artigo n.º 8 da Constituição da República da Irlanda. (1937). *Irish Statute Book*. <https://www.irishstatutebook.ie/eli/cons/en/html>
- Aubert, F. H. (2005). Dilemas da Literalidade na Tradução Juramentada. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 44 (2), pp. 247-263. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132005000200006>
- Bancroft, M. A. (2015). Community Interpreting: A profession rooted in social justice. In Mikkelsen H and Jourdenais R. (Eds), *The Routledge Handbook of Interpreting* (pp. 217-235). Routledge. <https://doi.org/10.1075/intp.1.1.08mik>

Brazil – OECD. (s. d.). Ireland - Information on Tax Identification Numbers. (<https://www.oecd.org/tax/automatic-exchange/crs-implementation-and-assistance/tax-identification-numbers/Brazil-TIN.pdf>) (consultado a 9 de setembro de 2023)

Brennan, M. (2009). HSE gets €750,000 bill for translators. *Irish Independent*, 29 de dezembro de 2007. <https://www.independent.ie/irish-news/hse-gets-750000-bill-for-translators/26341365.html>

Byrne, J. (2012). *Scientific and Technical Translation Explained: A Nuts and Bolts Guide for Beginners*. St. Jerome Publishing. <https://doi.org/10.4324/9781315760391>

Cambridge University Press. (s.d.). freelance. In *Cambridge dictionary*. Consultado a 16 de janeiro de 2023. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/freelance>

Cambridge University Press. (s.d.). in-house. In *Cambridge dictionary*. Consultado a 16 de janeiro de 2023. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/in-house>

Cambridge University Press. (s.d.). in-situ. In *Cambridge dictionary*. Consultado a 16 de janeiro de 2023. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/in-situ>

Cao, D. (2010). Translating legal language. In M. Coulthard and A. Johnson (Eds.). *Routledge Handbook of Forensic Linguistics* (pp. 78-91). Routledge.

Catháin, B. Ó. (2016). The Irish Language in Present-day Ireland. *Sociolinguistics in Ireland*, pp. 41–59. Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9781137453471\\_2](https://doi.org/10.1057/9781137453471_2)

Central Statistics Office (2022). *Census of Population 2022*. <https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cpsr/censusofpopulation2022-summaryresults/keyfindings/>

Direção-Geral da Saúde (2010). *Circular Informativa n.º 15/DQS/DMD de 22 de abril de 2010*. <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/circular-informativa-n-15dqsdmd-de-22042010-pdf.aspx>

Comissão Europeia (2022, dezembro 21). *Erasmus+*. Consultado a 23 de fevereiro de 2023. <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/programme-guide/part-a/priorities-of-the-erasmus-programme/objectives-features>

Couto, A; Chorão, G; Pascoal, S. (2010). Traduzir palavras, aproximar culturas: o ensino da interpretação de acompanhamento no ISCAP. In *Polissema n.º 10*. [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2922/3/A\\_AlbertoCouto\\_2010.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2922/3/A_AlbertoCouto_2010.pdf)

Dam, H. V. (2010). Consecutive interpreting. In Y. Gambier & L. van Doorslaer (Eds.). *Handbook of Translation Studies*, 1, pp. 75-79. John Benjamins Publishing Company.

Davidson, B. (2000). The interpreter as institutional gatekeeper: the social-linguistic role of interpreters in Spanish-English medical discourse. *Journal of Sociolinguistics*, 4(3), pp. 379-405.

Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de agosto de 2023. *Código de Notariado, aprovado pelo DL n.º 207/95, de 14 de Agosto, com alterações até à Lei n.º 89/2017, de 21/08*. [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=457&tabela=leis&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=457&tabela=leis&so_miolo=)

Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/2005, Página 28*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-13609-21-outubro-1943-468062-norma-pe.html>

Decreto n.º 13.609, de 21 de outubro de 1943. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/10/1943, Página 15752*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-13609-21-outubro-1943-468062-norma-pe.html>

Delvizio, I. A. (2007). O Léxico da Tradução Juramentada: Reflexão sobre os Distanciamentos e Aproximações entre o Português e o Inglês em suas Variantes Norte-Americana e Britânica. *VII Seminário de Estudos Linguísticos*, p. 23.

Farini, F. (2013). The pragmatics of emotions in interlinguistic healthcare settings. *Research in Language*, 11 (2), pp. 163–187. <https://doi.org/10.2478/v10015-012-0025-5>

Flores, G., Abreu, M., Barone, C. P., Bachur, R., & Lin, H. (2012). Errors of medical interpretation and their potential clinical consequences: a comparison of professional versus ad hoc versus no interpreters. *Annals of Emergency Medicine*, 60 (5), pp. 545–553. <https://doi.org/10.1016/j.annemergmed.2012.01.025>

Gouadec, D. (2007). *Translation as a Profession*. John Benjamins Publishing.

Gouveia, C. (2005). As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu. In: Duarte, I. M.; Oliveira, F. (Eds). *O fascínio da linguagem*.

*Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*, pp. 91–100. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Government of Ireland. (s. d.). About the General Register Office. <https://www.gov.ie/en/organisation-information/143f25-about-the-general-register-office/#> (consultado a 4 de setembro de 2023)

Governo Federal. (s. d.). Meu CPF. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-cpf/> (consultado a 10 de setembro de 2023)

Hale, S. (2007). *Community Interpreting*. Palgrave Macmillan.

Harvey, M. (2002). What's so special about legal translation? *Meta: journal des traducteurs*, 47 (2), pp. 177-185. <https://doi.org/10.7202/008007ar>

Health Service Executive [HSE] (2009). *On Speaking Terms: Good Practice Guidelines for Staff in the Provision of Interpreting Services*. <https://www.hse.ie/eng/services/publications/socialinclusion/emaspeaking.pdf>

Hertog, E. (2010). Community interpreting. In Y. Gambier and L. Van Doorslaer (Eds). *Handbook of Translation Studies* (pp. 49-54). John Benjamins Publishing.

Hickey, R. (2012). Standard Irish English. In R. Hickey (Ed.), *Standards of English (Codified Varieties Around the World)*, pp. 96-116. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139023832.006>

Hsieh E. & Hong, S. J. (2010). Not all are desired: Providers' views on interpreters' emotional support for patients. *Patient Education & Counseling*, 81 (2), pp. 192-197. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2010.04.004>.

Hsieh, E. & Nicodemus, B. (2015). Conceptualizing emotion in healthcare interpreting: A normative approach to interpreters' emotion work. *Patient education and counseling*, 98, pp. 1474-1481. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2015.06.012>.

Immigration Service Delivery. (s. d.). *How to make a certified translation of a document*. <https://www.irishimmigration.ie/how-to-make-a-certified-translation-of-a-document/> (consultado a 19 de abril de 2023)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Censo Demográfico*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?>

Instituto Nacional de Estatística (2021). *Censos 2021*. [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21\\_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt)

Instrução Normativa DREI/ME n.º 52, de 29 de julho de 2022. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 04/08/2022, Página 21*. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-drei/me-n-52-de-29-de-julho-de-2022-420018872>

Ireland – OECD. (s. d.). Ireland - Information on Tax Identification Numbers. (<https://www.oecd.org/tax/automatic-exchange/crs-implementation-and-assistance/tax-identification-numbers/Ireland-TIN.pdf> (consultado a 9 de setembro de 2023))

Irish Human Rights and Equality Commission (2000). *Equal Rights Acts 2000-2018*. <https://www.ihrec.ie/app/uploads/2022/08/IHREC-Equal-Status-Rights-Leaflet-WEB.pdf>

Irish Translators & Interpreters Association (s. d.). *About Certified Translation*. <https://www.translatorsassociation.ie/about-certified-translation/> (consultado a 19 de abril de 2023)

Keena, C. (2020). Accumulated profits rise at Word Perfect Translation Services. *The Irish Times*, 9 de maio de 2020. <https://www.irishtimes.com/business/retail-and-services/accumulated-profits-rise-at-word-perfect-translation-services-1.4248781>

Kościuczuk, T. (2016) 'L2 translation: to teach or to discourage?'. *Journal of Translator Education and Translation Studies*, (1)1: 4 – 22. [https://www.researchgate.net/publication/310607883\\_L2\\_Translation\\_to\\_Teach\\_or\\_to\\_Discourage](https://www.researchgate.net/publication/310607883_L2_Translation_to_Teach_or_to_Discourage)

Lei n.º 8.935/1994 da Constituição Federal (1994). Constituição Federal. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8935.htm)

Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. *Código de Processo Civil*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

Lei n.º 14.195, de 26 de agosto de 2021. *Código de Processo Civil*.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114195.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114195.htm)

Lei n.º 23/2003 do Parlamento da República da Irlanda (Oireachtas). (2003). *Irish Statute Book*. <https://www.irishstatutebook.ie/eli/2003/act/32/enacted/en/html>

Loutan, L., Farinelli, T., & Pampallona, S. (1999). Medical interpreters have feelings too. *Sozial und Präventivmedizin*, 44 (6), pp. 280-282. <https://doi.org/10.1007/BF01358977>

Lucchesi, D. (2012). A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega*, 4 (1), pp. 45-65.

Maher, G., & Cawley, M. (2016). Short-term labour migration: Brazilian migrants in Ireland. *Population, Space and Place*, 22 (1), pp. 23-35. <https://doi.org/10.1002/psp.1859>

Malekmian, S. (2021). Pleading for Sanctuary Through a Language Barrier Was Tricky Enough – Doing That Online Is Even Harder, Some Asylum Seekers Say. *Dublin Inquirer*, 28 de julho de 2021. <https://www.dublininquirer.com/2021/07/28/pleading-for-sanctuary-through-a-language-barrier-was-tricky-enough-doing-that-online-is-even-harder-some-asylum-seekers-say>

Manole, V. (2013). Uma língua, várias culturas: algumas reflexões sobre os aspectos sociolinguísticos na localização em português brasileiro e em português europeu. *Revue Internationale d'Études en Langues Modernes Appliquées*, 6 (Suppl.), pp. 53-63.

Matos, G. & Paixão, R. (2011). Tradutor Público e Intérprete Comercial: Profissões em Aracaju-SE. *V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*, 5, pp. 1-12.

Mayoral, R. A. (2003). *Translating Official Documents*, Manchester: St. Jerome Publishing.

McNamara, C. (2021). Interpreters and Translators Cost €3.5m last year. *Newstalk*, 18 de novembro de 2022. <https://www.newstalk.com/news/interpreters-and-translators-cost-hse-e3-5m-last-year-1403296>

Neves, M. (2020). A tradução certificada em notário em Portugal. *Translation Matters*, 2 (1), pp. 24-36, [https://doi.org/10.21747/21844585/tm2\\_1a2](https://doi.org/10.21747/21844585/tm2_1a2)

Nilsen, A. B. (2013). Exploring Interpreting for Young Children. *The International Journal of Translation and Interpreting Research*, 5 (2), pp. 14–29. <https://doi.org/10.12807/ti.105202.2013.a02>

Nord~~OR~~D, C. (2006). Loyalty and Fidelity in Specialized Translation. *Confluências*, 4, pp. 29-42.

Origuela, D. (2014). Interpretação Comunitária, Direitos Humanos e Assistência Social: proposta de política pública no contexto brasileiro. *TradTerm*, 23, pp. 225-240.

Phelan, M. (2001). Community interpreting in Ireland. Interpreting in the Community: the Complexity of the Profession. *International Conference Critical Link 3*, Montreal, Canadá.

Pöchhacker, F. (2010:1). Interpreting. *Handbook of Translation Studies*, 1, pp. 153-157. John Benjamins Publishing Company.

Pöchhacker, F. (2016). *Introducing Interpreting Studies* (2nd ed.). Routledge.

Pollak, S. (2021). Lost in translation: ‘You can be shocked by the bad news you have to interpret’. *The Irish Times*, 14 de agosto de 2021. <https://www.dublinquirer.com/2021/07/28/pleading-for-sanctuary-through-a-language-barrier-was-tricky-enough-doing-that-online-is-even-harder-some-asylum-seekers-say>

Portaria GM/MS n.º 1068, de 4 de julho de 2005. *Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais*. [https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/portaria\\_1068.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/portaria_1068.pdf)

Queiroz M. (2014). Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas. *Tradterm*. 23, pp. 193-223.

Reichmann, T. & Zavaglia, A. (2014). A tradução juramentada de documentos escolares (português, francês, alemão). *Tradução em Revista*, 17, pp. 45-56.

Roberts, G. (2015). *Public Service Interpreters: The Emotional and Psychological Impact of Interpreting within Public Service Settings* [Doctoral Dissertation, Cardiff University].

Rousseau, C., Measham, T., & Moro, M. R. (2011). Working with interpreters in child mental health. *Child and Adolescent Mental Health*, 16 (1), pp. 55–59.

- Satalecka, M. (2011). *À resposta do estado às barreiras linguísticas dos imigrantes. O caso Português*. [Master's Thesis, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa].
- Sax, D. (2014). Translating Into a 'Forked Tongue': Helping L2 Translators Strive for Consistency with British, American, and Other Varieties of English. *Intralinea – Online Translation Journal. Challenges in Translation Pedagogy* (2014). [https://www.intralinea.org/specials/article/translating\\_into\\_a\\_forked\\_tongue](https://www.intralinea.org/specials/article/translating_into_a_forked_tongue)
- Smartcat (s. d.). Translation & Localization Platform. <https://www.smartcat.com/>
- Stejskal, J. (2002f). International Certification Study: U.K. and Ireland. *The ATA Chronicle*, 21 (5), pp. 12-23.
- Stupiello, E. N. A. (2014). O status de "Cópia Fiel" da Tradução Juramentada em face às diversidades jurídicas e culturais entre as línguas. *Tradução em Revista*, 17 (2), p. 23-33.
- Translayte (s.d.). Official & Certified Translations. <https://translayte.com/certified-translations> (consultado a 19 de abril de 2023)
- Trinity College Dublin. (s. d.). Services. <https://www.tcd.ie/structure/services/> (consultado a 2 de setembro de 2023)
- Wadensjö, C. (1993). The double role of a dialogue interpreter. *Perspectives: Studies in Translatology*, 1 (1), pp. 105–121. <http://doi.org/10.1080/0907676X.1993.9961204>
- Word Perfect Translation Services. (s. d.). *Translation Services Ireland – Certified Translation Services Dublin*. <https://www.wordperfect.ie/> (consultado a 28 de setembro de 2022)



# Apêndice I – Documento Original – Certidão de Nascimento

  
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

NOME  
[REDACTED]

CPF: [REDACTED]

MATRÍCULA  
[REDACTED]

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO): [REDACTED] DIA [REDACTED] MÊS [REDACTED] ANO [REDACTED]

HORA DE NASCIMENTO: [REDACTED] NATURALIDADE: [REDACTED]

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: [REDACTED] LOCAL MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF: [REDACTED] SEXO: [REDACTED]

FILIAÇÃO: [REDACTED] NATURAL DE [REDACTED] E [REDACTED] NATURAL DE [REDACTED]

AVÓS: [REDACTED] E [REDACTED] E [REDACTED] E [REDACTED]

GÊMEOS: [REDACTED] NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS: [REDACTED]

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO): [REDACTED] DE [REDACTED] DE [REDACTED] NÚMERO DA DNV/DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO: [REDACTED]

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER  
ATO REGISTRADO NO LIVRO [REDACTED] À FOLHA [REDACTED] SOB O Nº [REDACTED] NÃO CONSTAM AVERBAÇÕES À MARGEM DO TERMO.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO  
**SEM INFORMAÇÕES.**

Certifico que, em data de [REDACTED] foi materializada esta certidão enviada pela Central de Informações do Registro Civil, sendo a autenticidade de sua assinatura digital padrão ICP-Brasil por mim conferida.  
Certidão lavrada por [REDACTED] Escrevente do Registro Civil das Pessoas Naturais de [REDACTED] 1º Distrito . o(a) qual assinou eletronicamente aos [REDACTED] nos termos do Provimento nº 46/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais: [REDACTED] O Conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou Fé.  
[REDACTED] - Oficial [REDACTED]  
Rua [REDACTED] - CEP: [REDACTED] - 1º Subdistrito [REDACTED]  
E-mail: [REDACTED] [REDACTED] - Oficial Substituto  
Tel: [REDACTED] Valor recebido pela certidão eletrônica: R\$ [REDACTED]  
Valor recebido pela materialização: R\$ [REDACTED]

**Poder Judiciário Estado de [REDACTED]**  
**Selo Digital**  
[REDACTED]  
Confira os dados do ato em  
<https://selo.tjaj.jus.br>

**Selo Digital:** [REDACTED]



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br/>

# Apêndice II – Documento Traduzido – Certidão de Nascimento

[logo]

[logo]  
 FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL  
 CIVIL REGISTRY OF INDIVIDUALS

## BIRTH CERTIFICATE

NAME

[XXX XXX XXX XXXX]

CPF (TAX IDENTIFICATION NUMBER) XXX.XXX.XXX-XX
---

REGISTRATION

XXXXXX XX XX XXXX X XXXXX XXX XXXXXXXX XX

DATE OF BIRTH (IN FULL) [DAY] OF [MONTH] OF [YEAR]	DAY XX	MONTH XX	YEAR XXXX
---	-----------	-------------	--------------

TIME OF BIRTH XX:XX	PLACE OF BIRTH [CITY]/[STATE]
------------------------	----------------------------------

MUNICIPALITY AND FEDERATIVE UNIT OF REGISTRATION [CITY] / [STATE]	PLACE, MUNICIPALITY AND FEDERATIVE UNIT OF BIRTH [HOSPITAL NAME], IN THE CITY OF [CITY]/[STATE]	SEX MALE/ FEMALE
--	--	------------------------

PARENTAGE [FATHER'S NAME], BORN IN [CITY] AND [MOTHER'S NAME], BORN IN [CITY]
--

GRANDPARENTS [PATERNAL GRANDFATHER'S NAME] AND [PATERNAL GRANDMOTHER'S NAME] AND [MATERNAL GRANDFATHER'S NAME] AND [MATERNAL GRANDMOTHER'S NAME]
---

TWINS YES/NO	NAME AND REGISTRATION OF THE TWINS [INCLUDE IF APPLICABLE/NO INFORMATION]
-----------------	--

DATE OF REGISTRATION (IN FULL) [DAY] OF [MONTH] OF [YEAR]	DNV NUMBER/LIVE BIRTH REGISTRATION [INCLUDE IF APPLICABLE/NO INFORMATION]
--	--

REGISTRATIONS/OBSERVATIONS NOTARIAL ACT REGISTERED IN BOOK X-XX, PAGE XXXX UNDER THE NO. XXXXX. THIS DOCUMENT BEARS NO AMENDMENTS ON ITS MARGINS.
--

CRIMINAL RECORD NOTES [INCLUDE IF APPLICABLE/NO INFORMATION]
---

I hereby certify that on [MONTH] [DAY], [YEAR] this certificate, which was provided by the Civil Registry Information Center, was issued, and the authenticity of its ICP-Brazil standard digital signature was verified by me.

Certificate issued by [NAME] - Clerk of the Civil Registry of Individuals of [CITY] - [NUMBER] District, who signed it electronically on [MONTH] [DAY], [YEAR], pursuant to the terms of Provision No. 46/2015 of the National Council of Justice.

Registrar of the Civil Registry of Individuals  
 [CITY] – [NUMBER] District – [STATE]  
 [NAME] – Registrar  
 [ADDRESS] – Postcode: XXXXX-XXX  
 E-Mail: [EMAIL ADDRESS]  
 Tel: (XX) XXXXXXXX

I bear witness of the authenticity of this document.  
 [signature]  
 [CITY] - [NUMBER] Subdistrict  
 [NAME] - Substitute Registrar  
 Amount received for the electronic certificate: R\$ XX,XX  
 Amount received for the issuance: R\$ XX,XX

<p>Judiciary Power State of Alagoas                  Digital Seal                  XXXXXXXX-XXXX                  Check the information of the notarial act on:  <a href="https://selo.tjal.jus.br">https://selo.tjal.jus.br</a></p>
--

<p>Digital Seal: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX                  [QR CODE]                  In order to check the origin of this document, please scan the QR Code above or access the website  <a href="https://selodigital.tjsp.jus.br/">https://selodigital.tjsp.jus.br/</a></p>
---

# Apêndice III – Documento Original – Diploma

República Federativa do Brasil

**unesp**

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Faculdade de Ciências e Letras

Câmpus de Assis

O Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",  
no uso de suas atribuições, confere a

[Redacted]

de nacionalidade [Redacted], natural do Estado de [Redacted], nascido a [Redacted]  
portador da cédula de identidade RG nº [Redacted] — SSP/SP,  
o grau de [Redacted],  
obtido em [Redacted], por ter concluído o Curso de [Redacted],  
outorgando-lhe o presente Diploma, para que possa usufruir de todos os direitos e prerrogativas legais.

[Redacted] Reitoria, [Redacted] de [Redacted] de [Redacted].

Prof. Dr. [Redacted]  
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

Profa. Dra. [Redacted]  
Pré-Reitora de Graduação

Curso reconhecido pela Portaria CEE/GP nº [Redacted] de [Redacted]  
publicada no D.O.E. de [Redacted]

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"  
SECRETARIA GERAL  
GRUPO TÉCNICO DE REGISTROS ACADÊMICOS

Diploma registrado sob nº [Redacted]  
Processo ASSIS/FCL [Redacted] de acordo com o  
disposto no artigo 48 da Lei 9394/1996.  
São Paulo, [Redacted]

Prof. Dr. [Redacted]  
Secretário Geral

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"  
SECRETARIA GERAL  
GRUPO TÉCNICO DE REGISTROS ACADÊMICOS

O presente documento, expedido pela Universidade  
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" é autêntico.  
São Paulo, [Redacted]

[Redacted]

# Apêndice IV – Documento Traduzido – Diploma

Federative Republic of Brazil

# unesp

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

(São Paulo State University)

Faculdade de Ciências e Letras

(Faculty of Sciences and Arts and Humanities)

Assis Campus

The Vice-Provost on behalf of the Provost’s Office of Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
has conferred upon

[XXXXXXXXXXXX]

of [XXXX] nationality, born in the State of [XXXX], on the [XX] of [XXXX] of [XXXX],  
cardholder of ID no. [XXXXXX] -[XXX],

the title of [XXXXXXXXXX],

obtained on the [XX] of [XXXX] of [XXXX], after having completed the Degree in [XXXXXXXXX],  
granting him this Diploma, with all the rights and privileges thereunto appertaining.

Provost’s Office, [XX] of [XXXX], [XXXX].

Prof. [XXXX], PhD  
Vice-Provost on behalf of the Provost’s Office

Prof. [XXXX], PhD  
Dean for Undergraduate Studies

Degree recognised by CEE/GP Ordinance no.  
[XXX], [XX]/[XX]/[XXXX], published in the D.O.E.  
(State Official Gazette) of [XX]/[XX]/[XXXX].

**Universidade Estadual Paulista  
(São Paulo State University)  
“Júlio de Mesquita Filho”  
GENERAL SECRETARY OFFICE  
ACADEMIC RECORDS DEPARTMENT**

Diploma registered under no. [XXXX]  
Process ASSIS/FCL [XXXXXX], in accordance  
with the provisions in article 48 of Law  
9394/1996.  
São Paulo, [XX/XX/XXXX]

Prof. Dr. [XXXX]  
General Secretary

**Universidade Estadual Paulista  
(São Paulo State University)  
“Júlio de Mesquita Filho”  
GENERAL SECRETARY OFFICE  
ACADEMIC RECORDS DEPARTMENT**

This document, issued by Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” is  
authentic.  
São Paulo, [XX/XX/XXXX]

[XXXX]